



UNIVERSIDADE  
**NOVA**  
DE LISBOA

**Universidade Nova de Lisboa**

**Faculdade de Direito**



**MESTRADO EM DIREITO E SEGURANÇA**

**O Crime de Colarinho Branco e Medidas  
Alternativas a Penas Privativas da  
Liberdade**

**Autor: Maria das Dores Araújo Gomes**

**Orientador:  
Ex.mo Professor Doutor André Claro Amaral Ventura**

**Lisboa, 21 de Maio de 2017**





UNIVERSIDADE  
**NOVA**  
DE LISBOA

**Universidade Nova de Lisboa**

**Faculdade de Direito**



## **MESTRADO EM DIREITO E SEGURANÇA**

### **O Crime de Colarinho Branco e Medidas Alternativas a Penas Privativas da Liberdade**

**Autor: Maria das Dores Araújo Gomes**

**Orientador**

**Ex.mo Professor Doutor André Claro Amaral Ventura**

**Lisboa, 21 de Maio de 2017**



# **O Crime de Colarinho Branco e Medidas Alternativas a Penas Privativas da Liberdade**

Dores Araújo Gomes

*Mestranda em Direito e Segurança na*

*Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa*

*“A lei escrita não pode revogar o que a vida legislou”*

Teixeira De Pascoaes

## Sumário:

---

Neste escrito analisamos o Crime de Colarinho Branco, em particular as suas características *sui generis*, contrapondo-as à eficácia das medidas alternativas, de forma a revelarmos a tensão dialéctica que subjaz à evolução das sanções tradicionais na administração da Justiça Penal.

## Palavras-Chave:

---

Crime de Colarinho Branco, eficácia, penas principais, finalidades das penas, medidas alternativas, reinserção social, reabilitação.



*Lembrai-vos dos que estão presos como se estivésseis presos juntamente com eles, e dos maltratados, lembrando-vos de que também tendes um corpo.*

*Hebreus 13:3*





*As que me fizeram percorrer a distância entre o sítio onde cheguei e  
aquele em que disse que não aguentava mais, aí reside o amor.*

*Obrigada.*

II

## Sumário

---

Sumário: .....	5
Palavras-Chave: .....	5
Considerações Introdutórias .....	12
Definição Conceptual .....	15
A origem do Crime de Colarinho Branco .....	15
Antecedentes teóricos .....	15
O legado de Sutherland.....	22
A Teoria da Associação Diferencial .....	25
A Teoria da Desorganização Social.....	31
Críticas e limites à abordagem de Sutherland .....	32
Novas compreensões de Crime de Colarinho Branco .....	35
Controvérsia em torno do conceito de Crime de Colarinho Branco .....	37
Características do Crime de Colarinho Branco .....	41
Natureza do Crime de Colarinho Branco.....	42
Vitimação.....	43
O ofensor de Colarinho Branco .....	44
Tipologias .....	47
Enquadramento Legal Português.....	51
Finalidades das Penas.....	51
Atual Sistema Punitivo .....	54
Crime de Colarinho Branco no Ordenamento jurídico português .....	57
Medidas alternativas à pena de prisão .....	60
Definição Conceptual .....	60
Resenha histórica .....	63
A eficácia das medidas alternativas à pena de prisão.....	70
Repercussões do encarceramento .....	78
Criminalidade Económica.....	80
Medidas eficazes .....	82
Modelo RNR .....	83
Modelo Cognitivo-Comportamental .....	89
Importância do técnico e dos serviços de reinserção .....	94

Reflexão Crítica.....	98
Bibliografia Consultada.....	101
Anexos.....	133
Anexo 1.....	133
Anexo 2.....	134
Anexo 3.....	137

## Considerações Introdutórias

---

Vivemos num mundo perigoso porque imprevisível e impassível nos trabalhos de Héracles, em número bem superior a doze. Até hoje, a prevalência e o impacto do Crime de Colarinho Branco excedem, dramaticamente, a *criminalidade comum*<sup>1</sup>. Os seus danos atingem áreas cruciais do quotidiano<sup>2</sup>, têm um grande alcance e estendem-se muito para além das repercussões físicas e monetárias do *crime tradicional*<sup>3</sup>. E nós, se criminólogos formos, e criminólogos à altura do desafio, não nos podemos procrastinar à contenda, não nos podemos alhear à (grave) *ameaça à democracia, à sociedade e à economia*<sup>4</sup>, que nos entra pela vista adentro e permanecer num abandono ausente de curiosidade, dentro de uma pilha de livros opacos ao pulsar das gentes que vivem e, por assim viverem no ar livre do bafio do papel, necessitam de respostas atentas e tempestivas, respostas para o aqui e agora, transparentes, cuidadas. Necessitamos, pois, de confluir os livros que lemos com as práticas que aplicamos. É nesse ponto de interceção que surge o presente escrito.

O Crime de Colarinho Branco, tema sobre o qual incide esta investigação, consubstancia-se – pelo seu carácter contemporâneo, difuso, complexo e controverso - numa encruzilhada de saberes, entre os quais invoca e coloca em diálogo a Criminologia, o Direito, a Psicologia, a Sociologia. Conceito criminológico que abarca diversos tipos de crimes, imbuído de inúmeras peculiaridades, com consequências financeiras e sociais superiores em relação à restante criminalidade<sup>5</sup>. Criminalidade, esta, a de colarinho branco, negligenciada por meios de comunicação famintos de pormenores catastróficos.

O roteiro do nosso estudo é iniciado na indispensável contextualização dos fenómenos envolvidos, sua importância e evolução, seguido da apresentação da evidência

---

<sup>1</sup> Ray, 2007.

<sup>2</sup> Croall, 2001.

<sup>3</sup> Friedrichs, 2010; Moore & Mills, 1990.

<sup>4</sup> Morgado e Vegar, 2007, pp.28.

<sup>5</sup> Cruz, 2013a.

empírica ao mesmo associada, acompanhadas pela tentativa de descortinar as suas características, causas e importância.

Ao longo do texto procuraremos estabelecer pontes de diálogo entre os contributos das diferentes ciências, lançando as bases para um entendimento mais transversal dos problemas: iremos brevemente rever algumas das teorias que se mostraram melhor sucedidas ao longo do tempo, bem como as concepções que presentemente mais oferecem promessas de resolução das questões que subsistem. Podendo-se criticar a opção presente, iremos apresentar os diferentes contributos usando o esquema que se segue, alertando para o facto de que sempre se poderá considerar incompleto e falho. Na verdade, um exercício de análise dos múltiplos manuais de criminalidade económico-financeira, sejam eles de inspiração anglo-saxónica ou continental, revelam a dificuldade em encontrar idênticos critérios de delimitação. Se uns categorizam as produções teóricas com base no delito em si, outros elaboram uma análise de acordo com as características do ofensor. Face à diversidade de opções iremos (ainda que em parte e de forma complementada) centrar-nos nas pisadas de Sutherland.

É com base no desenvolvimento da informação supra que preparamos a derradeira análise: esmiuçando o funcionamento do sistema sancionatório e as sanções aplicadas, perscrutando medidas alternativas – em norma desenhadas e moldadas com vista a melhor cumprir as finalidades das penas (principais), cujo escopo se centra na eficácia (sinónimo de diminuição de reincidência) e seus instrumentos. Socorrer-nos-emos de dois exemplos para tornar o novo linha a prumo: o modelo *Risk-Need-Responsivity* (RNR) e as abordagens Cognitivo-Comportamentais, ambos apontados como os mais eficazes pela evidência empírica.

Almejamos, no final da investigação, ser capazes de compreender:

- 1) Quais são as particularidades do Crime de Colarinho Branco?
- 2) A pena de prisão resulta? De que forma podemos aumentar a eficácia das finalidades das penas?
- 3) Quais as alternativas à pena de prisão?
- 4) O que é que funciona com vista à diminuição da reincidência?

Partindo, como hipóteses:

- a) Diminuição da aplicação da pena de prisão, optando por medidas alternativas (como medidas de execução na comunidade);
- b) Diversificação das medidas, associadas à aplicação de programas de reabilitação.

A caminhada, sabemos, é interminável e movediça – a cada passo, um em falso; a cada em falso, um reerguer a custo. Trata-se de uma delicada maratona que resiste à erosão do tempo, porém, a empreender e do maior interesse.

### A origem do Crime de Colarinho Branco

#### Antecedentes teóricos

No que ao conceito de CCB concerne é pertinente ressaltar que, não obstante o seu clímax ter ocorrido em 1939, aquando da participação de Edwin Sutherland perante a *American Sociological Association*, nos Estados Unidos da América, este apenas se consubstancia num (importantíssimo) capítulo de um livro cujos anteriores davam voz à ideia de que as condutas criminosas também eram praticadas por pessoas com elevado estatuto e poder económico. Manual, esse, inserido num conjunto de volumes da arcaica Sociologia Criminal assentes na premissa de que a criminalidade se deve à pobreza dos membros das classes sociais mais desfavorecidas. Frente de batalha artificialmente elencada a um acervo teórico focado já não nas variáveis individuais, tanto na vertente biológica como na perspetiva psicológica, mas na estrutura social – alimentando um bem insidioso de procura endógena das causas da criminalidade, numa vontade de etiologia e comparação.

Não desconsideramos o anacronismo de afirmar que a carência e a miséria não eram, já, apontadas como o único incentivo das infrações por Aristóteles, ao considerar que os crimes de maior gravidade se devem ao excesso e não à necessidade (Mannheim, 1984).

É interessante notar, dado consubstanciar-se nas primeiras desigualdades na justiça, que, sendo o crime tão antigo quanto o homem, e uma vez considerada a vingança privada a primeira forma de resolução de conflito, o mais forte – tanto a nível físico, como social ou económico – impunha a sua vontade. Se todos os homens, por o serem, eram considerados sujeitos, nem todos eram considerados pessoas e, para além da distinção entre os homens livres e os servos, destacava-se, ainda, uma *espécie de nobreza*, uma classe privilegiada dos mais poderosos<sup>6</sup>, que canalizava a sua força, também, para desvirtuar a aplicação das sanções criminais (Costa, 1992).

---

<sup>6</sup> Fosse devido à riqueza, ao desempenho de cargos públicos, à força militar ou à linhagem.

Socorramo-nos, neste ponto, de registos históricos que remontam a 1100 A.C., ao Egipto do Rei Ramsés, que relatam detenções de sessenta pessoas por furto de objetos da *Cidade dos Mortos*, para o que nos ocupa, a maioria desempenhava importantes funções públicas (Santos, 2001).

A *indulgentia*<sup>7</sup> foi, não se pense que os romanos desconhecera a prática de crimes por parte de cidadãos mais influentes, uma figura largamente utilizada com vista à proteção dos favoritos do Imperador, afastando condenações ou efeitos da pena dos privilegiados.

Vemos ainda a gravidade da pena variar de acordo com a *qualidade do agente* durante todo o período medieval, materializando-se numa intensificação do peso do delito se praticado por um servo contra o seu senhor, tratando-se de uma *traição* (Allard, 1868; Rovira, 1945).

*Enquanto as classes privilegiadas eram, via de regra, sancionadas tão-só pecuniariamente, o âmbito das penas corporais restringia-se, grosso modo, aos mais desfavorecidos, sem capacidade económica para as remir* (Costa, 1985, pp. 56).

Alterando o nosso referente temporal para o século XIII, ano 1212, surge-nos o caso de um grupo de jovens que embarcou pensando ir combater nas *Cruzadas* e que acabou sendo vendido no mercado de escravos em Alexandria, reflexo de práticas delituosas cometidas pela burguesia (Santos, 2001).

O clero, feito símbolo, aparece despido da roupagem moralista tantas vezes apregoada e defendida, destacando-se a falsificação de documentos na sua quota-parte da criminalidade real.

Igualmente relevante nos parece as penas em que incorrem os comerciantes apanhados a utilizar escalas alteradas, como pesos ou réguas, ou a adulterar comida na idade média. Por serem castigados nos pelourinhos ou expulsos da cidade, consideramos estar diante uma criminalidade sem relação evidente com a miséria (Croall, 2001).

---

<sup>7</sup> Espécie de *graça individual*.



Aqui chegados, entramos no primeiro dos vários momentos apontados por Pierre Lascoumes & Nagels (2014), numa tentativa de sistematização, da reflexão sobre a delinquência económica: do século XVI ao Iluminismo. Na transição para a idade moderna o *ius puniendo* tende a deslocar-se gradualmente dos senhores feudais para o monarca (Lascoumes & Nagels, 2014). Altura em que Rouland (1998) considera que a atuação da nobreza decorria à margem da lei (Rouland, 1998).

*O Monarca, os Senhores e a Igreja: tais foram os poderes em luta durante a idade média.* No final do século XV a Igreja e o Rei tinham conservado todo o seu vigor, vendo sair diminuído o regime feudal (Allard, 1868).

Destarte, assente na premissa de que o sistema das acusações privadas em nada se coadunava com a repressão dos crimes, surge um corpo hierarquizado e organizado de funcionários reais cujo escopo incidia em punir os agentes das infrações e perseguir os interesses da comunidade - a disponibilidade da ação penal deslocou-se para a figura do Ministério Público (Allard, 1868).

Não se pense com isto que findaram, neste período, as desigualdades no acesso à justiça. As decisões discricionárias, mediante a posição social, é unívoco, continuaram, potenciadas pelo *carácter imperfeito e incompleto da tipificação legislativa*, pela completa discricionariade jurisprudencial e pelas diversas jurisdições especiais (Costa, 1985).

Retornando a Aristóteles, denota-se semelhante visão em Thomas More, bem como nos iluministas Rousseau, Montesquieu e Beccaria, igualmente nas obras de Quetelet, Edwin Hill, Bierre e Bongger, onde são criticados os comportamentos dos grandes proprietários do século XVI pelo facto de os mesmos converterem em pastagens terras férteis, impedindo o seu cultivo, o que originaria furtos, roubos e mendicidade (Santos, 2001).

A par deste posicionamento, Bongger realiza um estudo comparativo da estrutura económica e respetivas infrações penais entre vários países, considerando as diversas classes sociais – temos aqui plasmada uma profunda reviravolta no enfoque das causas do crime. O autor constata que existem crimes económicos praticados pela burguesia e cumpre distinguir (1) delinquência situacional, (2) delinquência por cupidez e (3) delinquência profissional. A primeira explicada por esporádicas dificuldades económicas, a segunda destinada a rentabilizar os lucros e a profissional associada a um carácter de

sistematicidade. Esta corrente é apontada por Braithwaite (1989) como uma das mais importantes do estudo do CCB, a par de Sutherland. A primeira, para quem a explicação do crime reside no egoísmo do sistema capitalista, dá expressão a uma economia política de raiz marxista, a segunda bebe do funcionalismo da sociologia americana do pós-guerra. Ambas comungam que criminalidade e riqueza não são factores mutuamente exclusivos (Braithwaite, 1989; Croall, 2001; Lascoumes & Nagels, 2014).

Neste período inicial a delinquência económica e o surgimento de incriminações relacionadas com o mundo dos negócios não são, ainda, tratados de acordo com as suas especificidades, isto é, os infratores não são vistos como detentores de características distintas dos da *criminalidade comum* (Lascoumes & Nagels, 2014).

Acreditamos que este frémito, por negar os mais elementares direitos fundamentais, por se servir da intimidação geral, da aplicação de penas desumanas e arbitrarias<sup>8</sup>, distintas em função do estado do indivíduo, pela prevalência das ideias de expiação e vingança, gera reais desigualdades ao acesso à justiça e tratamento por parte da mesma. A ocorrer assim, a discrepância de vimos falando, não obstante algumas modificações do sistema sancionatório, mantiveram-se as características do período anterior.

Chegados aqui, “liberdade, igualdade, fraternidade” é o lema de ordem.

Será mesmo assim? Recusamo-nos a crer que o seja. Pelo otimismo antropológico que nos tolhe, acreditamos que as linhas dogmáticas que estudámos não passam de fogachos.

A necessidade material de justiça surge, no século das luzes, como o caminho para a liberdade. A par desta preocupação, não menos importante, está a da necessidade de igualdade perante a lei. Efetivamente, a aplicação da justiça penal sofre inegavelmente uma reviravolta, reflexo das preocupações humanistas da época, nomeadamente a

---

<sup>8</sup> Não obstante a noção de arbítrio, designadamente até ao século XVIII, não estar imbuída de uma conotação negativa. Com fim ao (re)ajuste da pena ao circunstancialismo em particular, o poder atribuído aos magistrados no sentido de *arbitrar* a sanção penal era considerado satisfatório.

proteção dos direitos fundamentais dos cidadãos (Beccaria, 2011; Costa, 1992; Cusson, 2014).

O que queremos neste ponto salvaguardar é que ideais e realidade são conceitos distintos e distantes. Ambiciona-se uma igualdade *geral e abstrata* de todos perante a lei, importa não esquecer as desigualdades iniciais que apenas através de um tratamento diferenciado poderiam ser atenuadas. Podemos ler em Freire (1844) a diferença entre *fidalgo, desembargador, e outros homens*, como se todos não tivessem o mesmo e igual direito à honra (Santos, 2001).

É aqui que surge, e encontra terreno arável, o olhar atento dos criminólogos do século XVIII, sobre a desigualdade de sancionamento das *penas aplicadas ao furto doméstico em comparação com as aplicadas aos negociantes falidos* (Lascoumes & Nagels, 2014). Aqui, socorrer-nos-emos de um autor sagaz, nome incontornável da Criminologia, Michel Foucault, no sentido de fazer uma distinção terminológica entre *illégalismes de droits* e *illégalismes de biens*, baseados numa oposição de classes. Com o primeiro queremos significar os tipos penais indiscutidos, cuja repressão pertence aos tribunais comuns, como os furtos; o segundo, o que mais nos diz respeito, várias outras categorias mais abrangentes cabendo a sua repressão a uma gestão diferenciada, relacionada com jurisdições especiais, não exclusivamente penais, que dão margem, nomeadamente, a transações e sanções atenuadas (Foucault, 2012).

Não queremos com isto, muito pelo contrário, retirar mérito ao século das luzes pelas alterações legislativas e, acima de tudo, pelo grito na mentalidade e atenção doravante prestados a uma aspiração de justiça sentidos até aos dias de hoje.

Também diante um feixe de luz, Morier Evans, no início do século XIX, na Grã-Bretanha, elaborou uma pesquisa na área da criminalidade financeira em que procedeu a um levantamento de estudos de caso cujo escopo se prendeu com a análise dos mecanismos e circunstâncias de fraude, contrafação e especulação (Manouk, 2011).

Para o que nos ocupa, marco fulcral do nosso escrito, a problemática da delinquência transnacional entre Homens de negócios ditos honestos é levantada por Hill (1872) aquando de um Congresso Internacional de Prevenção e Repressão do Crime. Anos mais tarde, entre Novembro de 1902 e Outubro de 1904, a crítica artística e

jornalística, pelos olhos de Ida Tarbell, é orientada no relato detalhado, em dezanove capítulos da Revista McClure's, do uso de práticas antiéticas da família Rockefeller. O levantamento destas táticas comerciais desleais estiveram na base, ainda em 1904, da obra *The history of the Standard Oil company* que contribuiu para a decisão do Supremo Tribunal americano, em 1911, em pôr termo ao monopólio da *Standard Oil* (Tarbell, 2009).

O ano 1903 foi particularmente produtivo, muito devido Franck Norris e Upton Sinclair. O primeiro desvendando, em *The Pit: A Story of Chicago*, os mecanismos de especulação na Bolsa de Chicago; o segundo através da atenção que foca nos, designação atribuída pelo autor, *the empoisonneurs* – proprietários de matadouros cujas condições de trabalho são desumanas e desprovidas de qualquer higiene ou segurança, na sua obra *The Jungle* (Ferreira, 2013).

*Criminaloid* foi a designação atribuída por Edward Ross (1907) a uma nova classe social constituída por indivíduos que enriquecem explorando e manipulando os mercados em seu proveito – uma crescente e compilada forma de interdependência social que origina vulnerabilidades. A característica de destaque desta classe é manter uma duplicidade de vida: exercer atos filantropos e sustentar uma imagem de respeitabilidade, simultaneamente. De igual interesse consideramos o reconhecimento, por parte do autor, de que a comunidade em geral mantém uma grande tolerância para com a criminalidade das pessoas poderosas (Croall, 2001; Cruz, 2013; Manouk, 2011).

Daqui até aos *criminals of the upperworld* foi um passo. Passo, esse, dado por Morris (1935) cuja perspicácia é de salientar, apercebendo-se que indivíduos dotados de determinadas características, como a inteligência, a posição social, o prestígio, ou o uso de técnicas fraudulentas, não só conseguiam escapar à perseguição penal, como não eram reconhecidos enquanto criminosos, uma vez que entre estes e os não criminosos não existiam consideráveis diferenças. Morris (1935) avança mais um pouco contrapondo, já, esta categoria aos *criminals of the underworld*, os criminosos de baixo estatuto (Kindleberger, 2009).

Não só surge, em 1940, a ideia de que a gestão de grandes empresas implicaria (necessariamente) o cometimento de correspondentes tipos de crime como, alerta Mannheim (1986), que o limbo entre ações ostensivamente criminosas e práticas

perfeitamente honestas não só seria útil, como necessário ao bom funcionamento da comunidade em geral (Mannheim, Costa & Andrade, 1984).

Tendo em conta o descrito, facilmente vemos que uma visão compreensiva como esta conceção comunitária - de que os negócios implicam impreterivelmente a prática de algumas irregularidades, *as quais não devem ser vistas como atos criminalmente punidos* - pode trazer nefandas entorses ao sancionamento por parte da justiça (Santos, 2001, pp. 41). É nesta altura que começa a estabelecer-se a distinção entre a criminalidade urbana, onde se insere este tipo de criminalidade como as burlas, os abusos de confiança e os furtos e, por outro lado, a criminalidade rural, de cariz marcadamente mais violento (Cusson, 2014).

Levando este raciocínio a um ponto de rutura: então e as condutas menos claras dos poderosos? Problemática lançada, de forma indignada, pela crítica jornalística. Ainda assim, a preocupação com a moralização do mundo dos negócios ganhará força na teoria criminológica apenas com o início do século XX (Santos, 2001).

## O legado de Sutherland

Foi em Chicago que Edwin Sutherland começou por se interessar pela Sociologia do Trabalho, mas parece ter sido na Criminologia que encontrou abrigo. “O que é o crime?”, “quais as causas do crime?”, “qual é a relação entre o crime e a lei?” parecem ser as questões que o movem, permitindo que os seus percursos se (entre)cruzem, em 1906. Não mais se largaram.

O Crime de Colarinho Branco (CCB) encontra em Sutherland o seu principal cultor, um dos mais famosos autores da Criminologia – deu mais contributos para o desenvolvimento teórico da Criminologia do que qualquer outro criminólogo entre os anos vinte e quarenta do século XX (Alalehto & Persson, 2013; Beirne & Messerschmidt, 2011; Santos, 2001).

Antecipando os princípios das teorias da reação social, delimita a Criminologia no estudo da (1) realização da lei penal (Sociologia da lei penal), (2) infracção à lei (Sociologia do crime e Psicologia do comportamento criminal) e (3) reacção à infracção (penologia) (Sutherland, Cressey & Luckenbill 1992).

Aqui, gostaríamos de invocar o conceito introduzido por Bachelard de *ruptura epistemológica*<sup>9</sup>, aplicando-o: a abordagem racionalista de Sutherland, através do pioneirismo moralista associado à tentativa de provar que a criminalidade não é exclusivamente provocada pelas classes tradicionalmente vistas como perigosas, leva-o a produzir uma ruptura epistemológica com as aspirações etiológicas até aí em voga na Criminologia (Agra, 2001; Lascoumes & Nagels, 2014).

Indo à raiz do termo, que nos leva às camisas, quer o autor significar, metaforicamente, os colarinhos das camisas brancas dos altos executivos (*white-collar*), que cometem crimes valendo-se da sua posição social e económica, por oposição aos fatos de macaco azuis (*blue-collar*) dos operários fabris da América na primeira metade do século XX (Ferreira, 2013).

---

<sup>9</sup> Muito genericamente, corresponde ao momento em que uma dada disciplina científica se emancipa, quando é constituída por corpos com objetivos e métodos próprios, quebrando com o conhecimento comum (Bachelard, 1968).

*A violação da lei por um indivíduo com elevada respeitabilidade e estatuto social no decurso da sua ocupação*<sup>10</sup> (Sutherland, 1940, pp.2) – definição escrita por Sutherland na sua obra *White-collar criminality* no ano seguinte ao seu discurso à sociedade americana (1939) onde colocou em evidência o défice de atenção desta franja da criminalidade por parte dos estudiosos do fenómeno criminal.

Quase um centenário volvido sobre as palavras de Sutherland (1940) e ainda hoje não mais as debatemos do que as admirámos. A ideia é interessantíssima, pelo que não a queremos abandonar.

Dissecando o conceito encontramos cinco compostos: (1) a existência de um crime, (2) cometido por pessoas respeitáveis, (3) com elevado estatuto social, (4) no exercício da sua profissão, (5) ocorrendo, em regra, uma violação de confiança (Mannheim, Costa & Andrade, 1984).

#### *A existência de um crime*

Sutherland, talvez por uma questão de rigor e critério, teve o cuidado de centrar a sua atenção nos ilícitos penais, o que não o impediu de considerar que vários comportamentos exteriores a este ilícito talvez devessem ser por ele abarcados. Neste ponto foi, como veremos no desenrolar da nossa investigação, alvo de diversas críticas, dizendo-se que o CCB abrangia condutas que constituíam meros ilícitos civis ou administrativos (Mannheim, 1986; Santos, 2001).

#### *Cometido por pessoas respeitáveis*

#### *Com elevado estatuto social*

Estes dois elementos levantaram muitas dúvidas na comunidade académica sobretudo pela dificuldade de dissociação um do outro, existe uma fronteira extremamente estreita entre ambos. Talvez se possa, contudo, assumir que enquanto a respeitabilidade (elemento 2) se prende maioritariamente com a inexistência de

---

<sup>10</sup> *White-collar crime may be defined approximately as a crime committed by a person of respectability and high social status in the course of his occupation*, nas suas palavras literais.

antecedentes criminais; o elevado estatuto social (ponto 3) pressuporia uma ligação imediata com as classes sociais. Assumindo esta ordem de ideias leva-nos a assumir que o terceiro composto do conceito o torna bastante mais estreito e limitado (Mannheim, 1986; Santos, 2001).

#### *No exercício da sua profissão*

Com este ponto, o autor exclui todos os crimes que, embora sejam cometidos por agentes que possuem as características até agora mencionadas (pontos 2 e 3), se inserem no âmbito da vida privada dos infratores (Mannheim, 1986; Santos, 2001).

#### *Ocorrendo, em regra, uma violação de confiança*

Na investigação realizada por Sutherland aos crimes realizados por setenta das maiores sociedades americanas, constata que grande parte delas já fora condenada por atos lesivos da confiança, que são *meros exemplos a pilhagem de filiais e uma série de comportamentos adoptados pelos gerentes gravemente violadores das expectativas dos outros sócios ou accionistas* (Santos, 2001, pp. 96).

Sutherland (1940) exemplificou alguns comportamentos associados aos criminosos de colarinho branco, evidenciando a natureza financeira e económica dos mesmos, referindo, entre outros:

- (1) As omissões relativas à situação financeira das empresas;
- (2) A manipulação da cotação dos títulos;
- (3) O recurso a práticas de suborno de clientes e às autoridades públicas para assegurar bons contratos e legislação favorável;
- (4) O desvirtuamento da informação aos consumidores com publicidade enganosa;
- (5) A alteração das especificações e quantidades na composição de produtos;
- (6) A fraude e a má aplicação de fundos;
- (7) A fraude fiscal;



(8) As falências fraudulentas;

(9) Os crimes no exercício de diversas profissões qualificadas (médicos, advogados, consultores e outras) (Cruz, 2013a).

Este conceito teve duas implicações que se destacam. Se, por um lado, (1) chamou a atenção para as violações sérias de leis perpetradas por pessoas de nível mais alto nos negócios, na política e na profissão; por outro, (2) ligou esta atividade criminal a um conceito teórico que o autor designa por associação diferencial (Geis, 2010).

#### A Teoria da Associação Diferencial

*Qual a extensão da criminalidade de colarinho branco? E quais as causas que a determinam?* Estas foram, entre outras, as grandes questões impulsionadoras da procura de Sutherland.

Relativamente à primeira parte da questão, após análise de setenta das empresas mais importantes da sociedade norte americana concluiu que nos vinte anos anteriores todas tinham sido objeto de condenações, sendo o número total de decisões novecentas e oitenta. As condenações penais incidiam sobretudo entre 1935 e 1944, e ascendiam a cento e cinquenta e oito. Sendo que noventa e dois por cento era a percentagem de reincidência destas organizações. Este estudo teve um impacto de tal ordem que apenas trinta e quatro anos mais tarde, em 1983, foram publicados os nomes das empresas (Santos, 2001).

Não obstante as primeiras investigações de Sutherland no âmbito criminológico apontarem no sentido da existência de múltiplas causas para o crime, é em 1939 que inicia a teoria geral explicativa do fenómeno criminal – tendo sido definitivamente consagrada em 1947, onde pretende responder à segunda questão. Explicação, essa, inserida no âmbito de uma teoria monofactorial, idónea à compreensão de tal criminalidade (Santos, 2001).

As teorias explicativas do cometimento do crime, habitualmente, inserem-se numa de duas hipóteses: (1) assentam numa conceptualização em termos de processos que operam no momento de ocorrência do crime – situacional; (2) assentam numa análise dos processos que operam na história prévia do indivíduo que comete crimes – desenvolvimental (Sutherland, Cressey & Luckenbill, 1992).

Segundo Sutherland (1992), a Teoria da Associação Diferencial (TAD) tem um carácter desenvolvimental no sentido em que o ato criminal ocorre quando uma situação é apropriada para tal, definida pela pessoa.

Considerada por alguns a única teoria geral dos processos que conduzem ao crime (Debuyst, Digneffe & Pires, 2008), a TAD, de acordo com Santos (2001), sofre nítidas influências de Mead e de Tarde (apesar de Sutherland nunca ter referido este último). No sentido de uma breve contextualização, por um lado (1) Mead salienta que a forma como cada pessoa interpreta as suas próprias experiências - os elementos cognitivos - depende da condição psicológica e social de cada um. Assim se compreende que dois indivíduos atuem de forma díspar em situações idênticas. Por outro, (2) Tarde considera que o crime resulta de um modo de socialização incorreto pois o comportamento é aprendido por via das *leis da imitação* que, segundo o próprio, decorrem *de cima para baixo*, daí que o funcionário imite o seu superior (Cusson, & Boudon, 2014).

Perante estas breves, e esperamos que esclarecedoras, notas introdutórias os pressupostos da TAD, que dizem respeito aos processos através dos quais um indivíduo se envolve no comportamento criminal e que passaremos a enumerar, tornam-se certamente de melhor compreensão.

### *O comportamento criminoso é aprendido*

Este primeiro pressuposto avançado por Sutherland podemos subdividir em duas ilações. Se, por um lado, (1) o comportamento criminal é aprendido e, como tal, não está na natureza do Homem, não é inato, significa então que, por outro, (2) uma pessoa que não foi treinada no crime não vai delinquir e inventar esse comportamento (Ferro, 2008; Guedes & Cruz, 2013).

*O comportamento criminoso é aprendido em interação com outras pessoas num processo de comunicação*

Com o termo *comunicação* permite-nos a liberdade de, para além da comunicação (maioritariamente) verbal, de inclusão da comunicação gestual como forma de aprendizagem (Ferro, 2008; Guedes & Cruz, 2013).

*A parte principal da aprendizagem do criminoso ocorre em grupos próximos e íntimos*

Ressalta *a priori* a relativa falta de importância a agências como os *media* (Ferro, 2008; Guedes & Cruz, 2013).

*Quando o comportamento criminal é aprendido, a aprendizagem inclui:*

- a) Técnicas para cometer o crime que podem ser simples ou complexas;*
- b) A direção específica dos motivos, impulsos, racionalizações e atitudes* (Sutherland, Cressey & Luckenbill, 1992).

*A direção específica dos motivos e objetivos é aprendida a partir das definições de códigos legais favoráveis ou desfavoráveis*

Sutherland inclui dois conceitos fundamentais na sua teoria, são eles as definições favoráveis e as definições desfavoráveis ao crime. Em alguns contextos sociais o indivíduo está rodeado por pessoas que invariavelmente concebem os códigos legais como normas de observância necessária; ao passo que, em outros contextos o indivíduo encontra-se cercado por pessoas cujas definições apoiam a violação dos códigos legais (Ferro, 2008; Guedes & Cruz, 2013).

*Uma pessoa torna-se delinquente devido a um excesso de definições favoráveis à violação da lei em relação a definições desfavoráveis à violação da lei*

Qualquer pessoa assimila de forma inevitável a cultura envolvente a não ser que haja outros padrões em conflito. Assim sendo, quando determinado indivíduo passa ao

ato criminoso significa que não apenas se encontra em contacto com padrões de comportamento criminal, com definições favoráveis ao seu cometimento, como se denota um isolamento em relação a padrões de comportamento anti criminal.

Este pressuposto da TAD de Sutherland pressupõe que as associações que são neutras em relação ao crime têm pouco ou nenhum efeito na génese do comportamento criminal (Ferro, 2008; Guedes & Cruz, 2013).

*As associações diferenciais podem variar em frequência, duração, prioridade e intensidade*

Percebemos, aqui, que as proposições são dinâmicas e não estanques. A prioridade é essencial no sentido em que tal como o comportamento de conformidade com as normas legais ao longo da vida, também pode acontecer o mesmo para o comportamento delinquente. A prioridade é, portanto, relevante na sua influência seletiva (Faria *et al.*, 2013; Guedes & Cruz, 2013).

A intensidade relaciona-se com aspetos como o prestígio da fonte dos padrões criminas ou anti criminais ou com as reações emocionais relacionadas com as associações (Faria, 2013; Guedes & Cruz, 2013). Apesar de Sutherland nunca ter apresentado, não obstante citar, as definições tanto de prioridade, como intensidade, frequência ou duração (Payne, 2016).

*O processo de aprendizagem do comportamento criminal feito por associação com padrões criminais e anti criminais abrange todos os mecanismos que são envolvidos em qualquer outro comportamento*

Deste modo, o processo de aprendizagem não se restringe ao processo de imitação (Faria *et al.*, 2013; Ferro, 2008; Guedes & Cruz, 2011).

*Enquanto que o comportamento criminal é uma expressão de valores e necessidades gerais, aquele comportamento não é explicado por estes, já que o comportamento criminal é uma expressão dos mesmo valores e necessidades*

Em suma, quer a motivação para a prática do crime, quer o conhecimento dos procedimentos para o cometer são aprendidos através de processos de comunicação no interior de grupos, assim, os poderosos são levados a cometer crimes exatamente pela mesma razão que os elementos das classes mais baixas: ambos estão expostos a um excesso de definições favoráveis à violação da lei. Donde, no final, o comportamento delinquente acontece para satisfazer as mesmas necessidades e cumprir os mesmos valores atingíveis pelo comportamento não delinquente (Faria *et al.*, 2013).

Nas palavras de Sutherland, *o comportamento criminoso é aprendido em associação com aqueles que definem favoravelmente um tal comportamento criminoso, e em isolamento daqueles que o definem desfavoravelmente, e que uma pessoa numa situação apropriada ingressa em tal comportamento criminoso se, apenas se, o peso das definições favoráveis excede o peso das definições desfavoráveis* (Sutherland, 1983, pp. 240).

*Os processos de aprendizagem e desenvolvimento desenham sistemas de vida nos quais o comportamento delinquente ou comportamento normativo não são mais do que uma consequência lógica* (Agra, 2001, pp. 85).

No domínio da criminalidade de colarinho branco, a prova da validade da associação diferencial foi formulada com base em alguns fundamentos (Santos, 2001).

Por um lado, através da (1) análise de dados biográfico (muitas das vezes autobiográficos) de inúmeros homens de negócios. *As descrições da sua atividade, motivações, problemas éticos, sucessos e fracassos têm como denominador comum uma acentuada formação moral aquando do início do exercício profissional e, posteriormente, um abandono dos princípios que começaram por os orientar* (Santos, 2001, pp.49). E, ao adquirirem o muito específico conjunto de representações do mundo dos negócios passam a considerar como normal eventuais incumprimentos da lei, justificados pela ideia de que *business is business* (Santos, 2001).

Por outro, (2) uma vez descoberta uma forma de aumentar os lucros por via do cometimento de infrações, tal prática se generalizar dentro do sector em causa. O que revela que não se trata de uma descoberta individual pois o incumprimento da lei tem,

muitas vezes, a origem na difusão da notícia, dos seus métodos e das vantagens que acarreta (Santos, 2001).

Por fim, geralmente estes indivíduos provêm de boas casas ou bons bairros e não têm qualquer registo de delinquência juvenil, pelo que o crime é aprendido (Sutherland, 1983).

Apel & Paternoster (2009) evidenciam duas realidades empíricas encontradas por Sutherland: (1) alguns tipos de setores parecem ser mais férteis para o cometimento de crimes do que outros; (2) em determinados setores, algumas empresas ou organizações envolviam-se mais em atos ilegais do que outras.

Para explicar o padrão das ofensas nos tipos de empresas diferentes, Sutherland defendeu que a responsabilidade residia na prática da própria empresa. Parecia existir no mundo empresarial um conjunto de normas que eram favoráveis à violação das leis, onde o crime emergia independentemente dos atributos individuais dos que exerciam funções na empresa (Guedes e Cardoso, 2013).

O facto chave seria a cultura empresarial que fornece tanto a aprovação normativa de atos ilegais como uma estrutura de incentivos para premiar a observância das normas e punições para a não observância. Por sua vez, esta cultura e a referida estrutura iriam ser adquiridas ou transmitidas aos empregados da organização tal como qualquer conjunto de normas (Sutherland, 1983).

Mas, então, como é que uma pessoa se inicia no crime? Qual o processo subjacente? Sob o ponto de vista da sociedade, como se explica a prévia existência das infrações?

Do exposto verificamos que a TAD parece apta a explicar apenas a transmissão individual da motivação e dos conhecimentos necessários à prática de infrações já existentes na comunidade. É com base nesta lacuna que Sutherland formula a Teoria da Desorganização Social (TDS).

Como complemento à TAD Sutherland apresenta a TDS, posteriormente intitulada de Organização Social Diferenciada (OSD), onde procura justificar a criminalidade com base numa desorganização da sociedade, ou seja, na diminuição dos controlos sociais (como o papel da família ou da religião), muito por culpa do crescimento económico não controlado e do acentuar do individualismo (Ferreira, 2013).

Neste sentido, verificando-se uma distribuição irregular do crime pelos vários grupos sociais, o autor assenta na base de que a Revolução Industrial provocou uma organização social bastante complexa e diferenciada, enfraquecendo o controlo relativo aos comportamentos individuais. O que explicaria o aparecimento preferencial do crime nas sociedades onde os vínculos fossem mais ténues. Mas de que forma podemos explicar a desorganização social e a consequente insuficiência dos mecanismos de controlo dos comportamentos individuais? (Santos, 2001).

(1) Através de um conflito de valores - reflexo da penetração da intervenção governamental em áreas que, até então, se destinavam a um liberalismo económico, pelo que o mundo dos negócios caracterizar-se-ia por uma anomia;

(2) A dicotomia entre a firmeza da comunidade empresarial na preservação das práticas ilícitas e a fraqueza da estrutura política na erradicação das mesmas (Santos, 2001). *As normas têm pouca importância no controlo dos comportamentos negociais a menos que sejam suportadas por uma administração empenhada em impedir o comportamento ilegal* (Sutherland, 1983, pp. 256).

Se, por um lado, Sutherland com a sua TDS, ao destacar as condições que favorecem a desorganização social no controlo das infrações negociais e ao apontar a inexistência de um verdadeiro conflito entre os homens de negócios que desrespeitam a lei e a sociedade, procurou traçar um diagnóstico da situação; por outro, avançou com pistas para que pudéssemos combater esta criminalidade, assumindo a complexidade e tecnicidade destes comportamentos e a rapidez das mudanças sociais que potenciam o conflito de valores (Santos, 2001).

*Sem o impacto que Sutherland teve na educação criminológica e legal, os governos das democracias ocidentais estariam sob pressão para fazer alguma coisa, pelo menos sobre os tipos mais visíveis de CCB?* (Braithwaite, 1985, pp. 12)

Bruinsma (1992) destaca (1) a procura para uma explicação universal do crime, (2) a atenção dada à interação entre o indivíduo e o seu ambiente, (3) e a proposição de que o crime, tal como qualquer outro tipo de comportamento, é aprendido e não o resultado de fatores hereditários, como sendo as características principais da TAD.

Posto isto, Sutherland provocou uma revolução na Criminologia ao efetuar três descentrações:

(i) Do crime-indivíduo para o crime-sistema: do delinquente e suas características psicológicas para delinquentes que agem no interior de sistemas delinquenciais inscritos na estrutura e funcionamento das sociedades. O crime não está, necessariamente, relacionado com patologias sociais e individuais mas, sim, algo que se aprende no processo de socialização e interação com as demais pessoas (Agra & Kuhn, 2010, pp. 148). Considerou definitivamente a criminalidade como um processo sociocultural, mantendo-se, deste modo, *na linha Durkheimiana* (Manouk, 2011, pp. 17);

(ii) Do crime-pobreza para o crime-poder: o foco no CCB *invalidou definitivamente a representação tradicional do crime como exclusivo das classes deserdadas ou desqualificadamente inseridas na sociedade* (Dias & Andrade, 1997, p. 33). Sutherland contrariou esta ideia introduzindo uma nova abordagem para a explicação do processo geral de toda a criminalidade, insurgindo-se, como referido *supra*, contra as explicações que davam importância à pobreza ou ao estatuto social (Piquero & Benson, 2004). Incitou, designadamente neste ponto, uma verdadeira revolução na Criminologia ao alterar a perspectiva da visão de crime e chamar a atenção para o CCB, cometido pelos ricos, das elites dominantes, dos dominadores, dos poderosos e para o crime inserido na atividade legítima de indivíduos, grupos, instituições e mesmo do próprio Estado (Agra & Kuhn, 2010, pp. 148). Indo um pouco mais fundo, revelou uma preocupação em relação



à forma como os criminosos de maior estatuto social evitam as sanções mais severas (Piquero, Schoepfer & Langton, 2010; Weisburd, Waring & Chayet, 2001).

Visão semelhante do fenómeno é partilhada pelos *teóricos do conflito*, Marx, Rozengart e Bonger, que atribuem o aumento da criminalidade à degradação das condições sociais, afirmando Bonger que *os delinquentes profissionais cometem os crimes que a sociedade prepara* (Bonger, 1905; Manouk, 2011). Perspetiva, esta, contrária aos *teóricos do consenso* que imputavam a criminalidade a falhas individuais, mas que, progressivamente começaram também a integrar alguns fatores económicos e sociais na sua hipótese explicativa da criminalidade (Ferreira, 2013);

(iii) Do *crime-drama* (homicídio, roubo, entre outros) para o *crime-regular*: o crime está infiltrado na legítima e reputada atividade quotidiana de indivíduos, grupos, instituições e mesmo no próprio Estado (Agra & Kuhn, 2010, pp. 148).

Porém, após um largo período inicial em que foi objeto de uma admiração quase incondicional, não obstante o reconhecimento quase generalizado do carácter pioneiro, sofreu duras críticas evidenciando as suas limitações (Santos, 2001).

Um ponto de discórdia e de debate na comunidade científica prende-se com o termo *elevado estatuto social*, pois este revela-se muito vago para ser útil num sistema social de tal maneira complexo (Braithwaite, 1985; Dias & Cruz, 2013; Laub & Sampson, 2003; Mannheim, 1986; Shapiro, 1985). Não existe uma tabela capaz de medir específica e concretamente o estatuto social - este deriva de atributos cuja definição varia não só de indivíduo para indivíduo como de sociedade para sociedade. É esta dificuldade acrescida que devemos ter presente na interpretação do conceito introduzido por Sutherland (Ferreira, 2013).

Vejamos, nas palavras de Weber, e parece-nos importante evidenciar tal distinção, estatuto e riqueza são conceitos que, não obstante se poderem tocar, não são, de todo, equivalentes. Daí podermos ter um indivíduo com elevada riqueza detentor de um elevado estatuto, mas também ter uma pessoa rica com baixo estatuto, tal como alguém economicamente pobre poder possuir elevado prestígio (Barnett, 1981). No mesmo sentido Mannheim (1986) afirma a possibilidade de existência de pessoas com elevado estatuto social mas a quem não seja reconhecida qualquer respeitabilidade, já que esta depende essencialmente de um juízo feito pelas pessoas em geral enquanto o estatuto é um reflexo das conceções e preconceitos de determinados estratos. De acordo com

Ferreira (2013), no sentido de simplificar, *a respeitabilidade “ganha-se” junto de todas as classes, enquanto o estatuto é um julgamento feito pelos pares* (Ferreira, 2013, pp. 20).

A (in)definição conceptual e a variação de autor para autor tornam o conceito um alicerce instável para a definição de CCB de Sutherland. Segundo Araújo *et. al*, (2009) estatuto consiste na distinção pessoal. Já Estanque (2012) o define como a distinção da honra numa sociedade, por outras, ao nível de prestígio ou de reconhecimento social atribuído a um indivíduo ou categoria de indivíduos. Considera, pois, o autor que, nas sociedades industriais o que define o estatuto de um indivíduo é a sua situação socioprofissional, juntamente com riqueza, o tamanho da propriedade e a atividade empresarial que desenvolve. A avaliação da honra social é feita considerando diversos fatores, entre os quais o estilo de vida, a educação formal, o prestígio hereditário ou linhagem e a profissão (Estanque, 2012; Shapiro, 1980); entre o mesmo *grupo de status* tendem a desenvolver atitudes, estilos de vida e identidades coletivas (Ferreira, 2013).

Numa outra perspetiva, a TAD não consegue explicar a origem da própria cultura empresarial criminógena e acaba por confundir um processo de envolvimento criminal com a suposta causa desse comportamento (Friedrichs, 2010). De acordo com Cruz (2013) contribui para o entendimento dos processos de aprendizagem que levam ao CCB, mas é insuficiente para o explicar.

Assim como também não consegue descortinar a razão de diversos indivíduos submetidos ao mesmo ambiente se comportarem diferentemente quanto ao comportamento criminal (Freitas & Dellagerisi, 2016)

Além disso, tende a secundar a noção de responsabilidade individual no cometimento de ofensas. Se, por um lado, é incapaz de explicar o crime realizado num enquadramento estritamente individual, por outro, falha por não captar o papel da criatividade individual, inteligência e inovação - elementos chave de grande parte da criminalidade económica e financeira (Guedes & Cardoso, 2013; Cruz, 2013b).

Pese embora todas as críticas de que é alvo, esta teoria reveste-se de extrema importância por ter contribuído, como referido *supra*, para um olhar mais atento sobre o CCB e tornou-se um dos paradigmas criminológicos mais influentes (Laub & Sampson, 1991).

Concluindo, não obstante a sua considerável e evidente imprecisão, o legado de Sutherland não pode ser ignorado. Para além de polemicamente forte (Shapiro, 1990) é alvo de diversas críticas, sobretudo por ser considerada muito vaga (Ragatz & Fremouw, 2010), pelo que o conceito de CCB tem sido objeto de constante evolução e tem suscitado uma variedade de interpretações (Friedrichs, 2002).

### **Novas compreensões de Crime de Colarinho Branco**

Existem na literatura diversas conceções de CCB, com foco em diferentes pontos de vista (Wheeler, 1988).

Assumimos, de acordo com a evidência empírica e com base no facto de, como referimos anteriormente, a definição de CCB avançada por Sutherland excluir (1) os atos praticados pelos agentes de elevado estatuto e respeitabilidade sociais que não estejam relacionados com a sua ocupação legítima e (2) os atos não éticos e desviantes, que os seguintes avanços se prendem essencialmente com estes dois pontos. Por outras, e numa perspetiva um pouco mais alargada, alguns autores colocam a tónica nas características do ofensor (como indicado o elevado estatuto ou o cargo profissional) e outros nas características da ofensa (como o contexto ou a natureza do dano) (Szockyj, 1999).

Numa primeira fase e socorremo-nos das palavras de Santos (2001), *parecem ter-se calado as vozes que proclamavam a carência de dignidade penal dos comportamentos em análise, por a própria sociedade os não entender como crimes* (Santos, 2001, pp. 59).

Foi após esse período que Edelhertz (1970), membro da *National Institute of Law Enforcement and Criminal Justice*, considerou que o CCB poderia ser realizado no decurso de uma ocupação profissional, mas também a nível individual, não profissional. Define-o como um *ato ilegal ou uma série de atos ilegais cometidos por meios não físicos, e por dissimulação ou astúcia, para obter dinheiro ou propriedade, ou para obter*

*vantagens pessoais ou profissionais* (Brody & Kiehl, 2010; Edelhertz; 1970; Guedes & Cruz, 2011; Weisburd, Chayet & Waring, 1990).

A *Federal Bureau of Investigation* (FBI) considera os atos ilegais que são caracterizados pelo engano, dissimulação ou violação de confiança e que não dependem da aplicação da ameaça da força física ou violência. Acrescenta, ainda, que os indivíduos ou as empresas cometem estes atos para obter dinheiro, propriedade ou serviços, para evitar pagamentos ou perdas de dinheiro ou para garantir vantagens pessoais ou para a empresa (United States Department of Justice, 1989).

Definições mais abrangentes que as de Sutherland (1940), uma vez que incluem crimes que não são cometidos, necessariamente, no decorrer de uma profissão (Ray, 2007). Esta democratização do CCB, associada ao deslocar do problema da esfera do agente para o plano das especificidades do próprio ato, tornou-se comum nas análises posteriores. As definições formuladas, contudo, raramente se apresentaram coincidentes (Santos, 2001).

Shapiro (1990) e Coleman (2005) defendem que um CCB é qualquer delito económico cometido através de uma combinação de fraude ou engano.

Conciliando o tipo de ato e o estatuto do ofensor, Geis (2010) afirma que o CCB envolve abuso de poder por indivíduos que detêm altos cargos que providenciam a oportunidade para cometer tais ofensas.

Por fim, Bickle e colaboradores (2006) definem o CCB como um crime não violento, com ganho financeiro, cometido através do engano e Pickett & Pickett (2002) (*cit in* Gottschalk, 2010) acrescentam que, geralmente ocorre abuso de confiança e ocultação das verdadeiras intenções dos atos.

A definição mais abrangente foi escrita por um grupo de investigadores do *National White Collar Crime Center* e tem sido bastante unânime: *atos ilegais ou não éticos que violam a responsabilidade fiduciária da confiança pública, cometidos por um indivíduo ou uma organização, geralmente no decorrer de uma atividade ocupacional legítima, por pessoas de elevado ou respeitável estatuto social, para ganho pessoal ou da organização* (Helmkamp, Ball & Townsed, 1996, pp. 351).

Neste seguimento, Hagan & Parker (1985) afirma que, embora a definição apresentada por Sutherland seja criticada por ser demasiado geral, todos os sinónimos,

termos substitutos, variações e termos relacionados falharam em fornecer uma melhor precisão lexicográfica. Meier (1996) refere que nenhuma é completamente satisfatória. Esta indefinição tem consequências negativas no estudo e investigação sobre estes comportamentos, além de dificultar a sua deteção e intervenção eficaz (2016).

### **Controvérsia em torno do conceito de Crime de Colarinho Branco**

De acordo com Queloz (1999) conseguimos, mediante as definições propostas pelas diversos autores, encontrar um denominador comum. Uma raiz central decomposta pelo facto do CCB (1) ocorrer num contexto económico, (2) não empregar força física ou violência, (3) exigir conhecimentos profissionais específicos em áreas como a economia, comércio e finanças, (4) ter como finalidade última o enriquecimento ou resolução de um problema económico, (5) integrar uma violação de confiança, fragilizando a credibilidade nos sectores económicos e (6) provocar danos e prejuízos.

Visão plenamente antagónica à de Friedrichs (1992) que nenhuma matriz encontra. Refere, inclusive, que no que ao CCB concerne nos encontramos perante uma absoluta *anarquia conceptual* – não existe concórdia entre os autores, nem nenhuma definição unanimemente aceite (Blickle, Schlegel, Fassbender & Klein, 2006; Friedrichs, 2010; Shapiro, 1990; Sutherland, 1949).

Nesta súmula formulada por Queloz (1999) já não encontramos a referência ao *elevado estatuto socioeconómico* apontada pela definição de Sutherland, tendência da Criminologia ao longo do tempo devido à limitação que implicava à verdadeira natureza do fenómeno (Weisburd, Wheeler, Waring & Bode, 1991).

Um estudo realizado já em 1988 introduz a noção de que *grande parte das infrações cometidas contra os interesses das organizações empregadoras ficou a dever-se a funcionários com uma importância hierárquica diminuta* (Levi cit in Santos, 2001, pp. 68) – designada por criminalidade de Colarinho Azul. Ou seja, o Crime de Colarinho Azul (CCA) diz respeito a indivíduos pertencentes a estratos socioeconómicos mais baixos (Justice Committee, 2013).

Graham (2012) acrescenta um interessante aspeto referente à área de impacto: sendo consideravelmente maior no CCB do que no CCA, que afeta apenas uma pequena fração de uma comunidade, uma família ou apenas um indivíduo.

O que aconteceu, no fundo, foi que a evolução económica das sociedades, com a multiplicidade de formas que entretanto assumiu, originou uma *massificação do CCB*, deixando de ser um crime exclusivo da elite. Paralelamente, muitos acreditam que, ao não incluir este critério relativo à posição socioeconómica, se está a retirar a característica principal do CCB. Além disso, torna-a uma definição demasiado ampla, que integra crimes associados a ocupações de colarinho azul (Croall, 2001).

Reforçamos, por achar de extremo relevo, a adequação do estudo à evolução do fenómeno em questão. Nesse aspeto, destacamos que com a era da globalização novas possibilidades de crime se desmultiplicam diariamente, alterando naturalmente o tipo de criminalidade (Lourenço, 2013).

Assim, nomeadamente devido ao desenvolvimento da internet possibilitou o acesso a tipos de crime, até agora só acessíveis a alguns atores sociais, à generalidade da população, tais como (1) a cópia de dados de cartões de crédito, em que basta a posse de um pequeno aparelho de cópia, em tudo semelhante a um comum gravador, para a prática do crime, não sendo necessário um conhecimento específico, habilitação própria nem mesmo a pertença a determinada classe social, ou (2) ou muitos dos crimes que envolvem burlas nas caixas multibanco, com diferentes *modus operandi*, que vão desde o laço libanês, à dissimulação de gravadores de bandas magnéticas até à colocação de câmaras ocultas para cópia de códigos de segurança, são praticados por grupos, muitos deles provenientes do estrangeiro e que quase não falam a língua do país onde efetuam o crime, pois apenas para ali se dirigem para a prática do crime, pelo tempo estritamente necessário, ausentando-se logo que se justifique e que não fazem sequer parte da estrutura social do país em causa, nem beneficiam nos países de origem de estatuto social elevado. (Ferreira, 2013).

Conclui Ferreira (2013, pp. 33) que *existe um segmento de criminalidade que atenta contra o normal funcionamento da economia, que envolve acesso ilegítimo a bens, de natureza móvel ou imóvel que é praticado por pessoas sem qualquer habilitação especial ou relevante estatuto social, como por exemplo os crimes cometidos com recurso a meios*

*informáticos, nos quais se incluem entre outros, burlas nacionais e transnacionais, burlas com cartões de crédito realizadas por indivíduos sem qualquer ocupação profissional, formação académica ou estatuto social relevante.*

É esta criminalidade que, apesar de não se enquadrar na criminalidade de colarinho branco, também não preenche os requisitos da criminalidade de colarinho azul. É desta forma que surge o conceito de Crime de Colarinho Cinzento (CCC), uma posição intermédia entre ambos.

Ferreira (2013, pp. 33) define então o CCC como *um comportamento ilegal, que envolve o acesso ilegítimo a bens, de natureza móvel ou imóvel, com valor económico, incluindo quantias monetárias, de propriedade pública ou privada, que é praticado por indivíduos ou grupos de indivíduos de classe média e baixa, sem qualquer habilitação escolar ou profissional específica.*

Todavia, Brightman (2009) alerta para a desigualdade do sistema sancionatório relativamente às diferentes classes sociais, afirmando que os indivíduos de estatuto mais elevado têm uma menor probabilidade de ser apanhados e condenados, pelo que ressalva a necessidade de melhor compreender a criminalidade de elite.

Voltando ao entendimento do autor citado no início do parágrafo, Queloz (1999), é referido, no seu ponto segundo, que é denominador comum às diversas definições de CCB não empregar força física ou violência. Mas será correto afirmar que CCB e violência física são variáveis intocáveis?

Brody (2010) assume-se capaz de responder a tal questão. Afirma existir um tremendo e perigoso equívoco em volta deste pressuposto. Ora, tamanha afirmação sugere, falaciosamente, que os infratores de colarinho branco não sejam capazes de cometer atos violentos o que – mais grave ainda – poderá originar um tratamento indiferenciado quanto ao grau de ameaça que representam (comparativamente ao crime comum). Estes criminosos vêm a descoberta dos seus CCB como uma ameaça e como forma de auto preservação estão dispostos a recorrer à violência no sentido de silenciar a vítima ou a testemunha que detetou ou estava prestes a detetar o crime.

Este é o primeiro parâmetro derivado do (aparentemente) erróneo pressuposto: se, como supra mencionado, se coloca a questão do infrator de colarinho branco ser capaz do uso da violência, por outro lado se indaga se, como *mecanismo de diversão*, num exercício

de *zoom out*, se cometem crimes decorrentes do uso da violência para encobrir crimes de colarinho branco. Os atos cometidos no decorrer da relação entre estas duas variáveis – CCB e violência – são denominados Crimes de Colarinho Vermelho (CCV).

Remontando novamente à questão anteriormente abordada da globalização e modernidade, foram encontradas fortes ligações entre o CCB e o crime organizado e violento sob a forma de financiamento para o tráfico de produtos estupefacientes, tráfico de pessoas e mesmo do terrorismo político (Kampa, 2009 *cit in* Manouk, 2011).

Muitos crimes de colarinho branco tornam-se violentos devido à percepção/presunção de que os crimes violentos por eles cometidos são crimes de paixão cometidos sob circunstâncias extraordinárias, quando, se aprofundado devidamente, na realidade são cometidos para ocultar fraudes e outros crimes (Brody, 2010).

Um aspeto inegável é a complexidade inerente ao estabelecimento de uma relação denexo causal entre o cometimento do CCB e as consequências violentas, nomeadamente devido ao espaçamento temporal e espacial entre ambos (Manouk, 2011).

Num outro prisma, *não existe qualquer razão para se excluir a violência e mesmo a morte do âmbito do crime de colarinho branco, mesmo não contabilizando os dados controversos, mas não menos importantes, das mortes provocadas por acidentes de trabalho por desrespeito de normas de segurança pelos patrões* (Ferreira, 2013), existem mesmo vários estudos que demonstram tal evidência (Weisburd, 1991).

Todas estas variações do conceito de CCB parecem-nos, sem abandonar as ressalvas efetuadas por Payne (2016) quanto à acrescida dificuldade em determinar, deste modo, com precisão a verdadeira extensão deste tipo de criminalidade, úteis à compreensão do fenómeno. Apesar das imperfeições apontadas ao termo CCB, este continua a ser o mais utilizado e o que nos parece mais adequado quando se pretende compreender porque é que indivíduos integrados e respeitados na sociedade cometem crimes (Cruz, 2012).

Ora, posto isto, encontramos então terreno arável para prosseguir a nossa caminhada. Sem embargo das diversas formas que o CCB pode assumir (como veremos ainda de forma mais completa adiante) cremos ser possível a identificação de traços caracterizadores deste tipo específico de criminalidade.



Depois de termos procedido a uma desconstrução do conceito e das suas teorias explicativas, tendo nesse caminho (re)desenhado um percurso preenchido de aporias que retiram, aparentemente, o fio condutor do mesmo, impõem-se uma tentativa de construção e de (re)união dos elementos comuns.

### **Características do Crime de Colarinho Branco**

O correto entendimento do CCB, necessariamente associado à compreensão dos fatores que estão na sua base e dos métodos eficazes ao seu combate, deverá passar pela descoberta do seu *modus operandi* que, habitualmente, não só difere como contrasta do da criminalidade comum e *de rua* (Santos, 2001). Esta última, merecedora, por norma, de mais atenção por parte da sociedade em geral como, consequentemente, dos criminólogos e especialistas (Poortinga, Lemmen & Jibson, 2006). Ao contrário da exposição que as condutas da criminalidade comum, *de rua*, esta criminalidade para além de complexa, caracterizam-se as suas condutas pelo facto de se realizarem *entre paredes*.

Estas peculiares características (opostas às da *criminalidade comum*) assumem diferentes vertentes, como no tocante às vítimas, ao ofensor ou à sua própria natureza (Cruz, 2013a). Neste conjunto, Wheeler, Weisburd, Waring e Bode (1988) destacam a natureza da vitimação e a natureza das próprias ofensas.

O CCB – atendendo a todas as *nuances*, ressalvas e referências que fomos fazendo ao longo da investigação – requer indispensavelmente uma sistematização que Benson e Simpson (2009) e Friedrichs (2010) se propõem a fazer, considerando-o caracterizado por (1) não estar associado a violência física, (2) ter lugar em contextos estruturados, (3) ser praticado no exercício de uma atividade profissional, (4) com a existência de abuso de confiança e (5) intenção de ganho de vantagem económica para o ofensor.

O exponencial desenvolvimento da ciência, da tecnologia e dos, a cada dia mais penetrantes, meios de comunicação social, exigiu, naturalmente, uma (re)adaptação da economia. Foram sendo impostas no mundo dos negócios regras da concorrência, uma especialização laboral do trabalho com repercussões na criminalidade de colarinho branco. *Ao pressuporem conhecimentos muito específicos, várias ocupações profissionais tornaram-se quase insindicáveis por todos aqueles que os não possuem*

(Santos, 2001, pp. 101). Por outras, desta na voz de Croall (2001), é a aquisição e o uso de conhecimento especializado e técnico que permite a grande maioria das infrações que integram o espectro do CCB.

#### *Natureza do Crime de Colarinho Branco*

Desenvolvendo o raciocínio acima mencionado, são as características destacadas que tornam esta franja da criminalidade mais complexa e, em consequência, a extensão, duração e as particularidades da ofensa são penosas de determinar. São atos planeados, empreendedores e inovadores que podem envolver vários indivíduos com diferentes graus de responsabilidade, criando uma difusão e, concludentemente, uma acrescida dificuldade na fase da investigação criminal e no julgamento (Cruz *et al.*, 2015; Ribeiro, 2016).

Neste ponto parece-nos o traço de Cruz (2012) bastante sensato e enriquecedor. O autor fala-nos de (1) oportunidade, (2) motivação e (3) técnicas. Começa por salientar a dificuldade na análise destas três variáveis.

Em relação ao primeiro ponto, este depende do acesso legítimo do ofensor à vítima o que habitualmente se consubstancia por uma relação de confiança. Este ponto é fundamental para o que ocorra a infração e, em certa medida, o ofensor encontra nesta relação a legitimação para o seu ato. A complexidade do CCB deve-se, muitas vezes, ao circunstancialismo deste se revestir de atividades lícitas com o fim de o, deliberadamente, camuflar (Ben-David, 1991; Friedrichs, 2010).

A técnica do CCB, por norma, não acarreta força física, nem violência, passando pela fraude, pela mentira, pelo abuso de confiança e pela dissimulação, escondendo o crime sob a aparência de legalidade (Cruz, 2012). Todavia, como veio sendo explicado, o CCB pode também implicar consequências violentas, especialmente o crime empresarial. A técnica inerente ao CCB envolve o planeamento, a inovação e a inteligência (Ribeiro, 2016; Szockyj & Geis, 2002). O CCB envolve normalmente a tomada de risco e o aproveitamento de oportunidades (Benson & Kerley, 2001).

No que ao último ponto concerne, *estes ofensores, que neutralizam a negatividade dos seus comportamentos, são essencialmente motivados pelo interesse económico e procura de sucesso e enriquecimento, que tem como consequência um maior reconhecimento social ou pelos objetivos de uma organização ou empresa* (Ribeiro, 2016, pp.15).

Arnulf e Gottschalk (2013) consideram que as teorias do CCB que se focam essencialmente nos mecanismos que dão origem a este comportamento têm um núcleo comum: oportunidade, confiança e competência.

#### Vitimação

Existe uma dicotomia também no que à vitimação concerne entre o CCB e o *crime comum*: o CCB envolve empresas e organizações, das quais o Estado se inclui, o *crime comum*, regra geral, vítima indivíduos (Wheeler, Weisburd & Bode, 1982).

Neste ponto é importante recordar, como referido anteriormente na investigação, que relativamente a alguns tipos de CCB a dificuldade entre estabelecer nexos causais é acrescida devido às vítimas indiretas e ao desfasamento espacial e temporal entre um acontecimento e outro.

Outra salvaguarda prende-se com o CCB abarcar diferentes padrões de vitimação e incluir vítimas que não têm consciência de que o são - alguns crimes ambientais são exemplo disso (Croall, 2001).

Neste campo surge uma questão interessantíssima que se prende com o acrescido número de cifras negras pois estas questões contribuem para a dificuldade em medir os danos deste tipo de criminalidade, já que o mesmo é pouco reportado (Cruz, 2013).

Em síntese, até aqui podemos depreender que o CCB: tem pouca visibilidade, não é alvo de uma forte reprovação social, desenrola-se em contextos estruturados, as vítimas são difusas e difíceis de identificar e exige conhecimentos específicos (Friedrichs, 2010).

No tocante aos ofensores de CCB, fizemos um levantamento bibliográfico relativo às suas características sociodemográficas, entre elas o género, a idade, a situação face ao emprego, a carreira, entre outras.

Iniciaremos o nosso percurso com base na situação face ao emprego. Constatamos que os ofensores de colarinho branco apresentam menores níveis de desemprego quando comparados quer com os *ofensores comuns*, como com os *não ofensores* (Weisburd, Waring & Chayet, 2001).

Tal como relativamente à situação face ao emprego, os ofensores de colarinho branco apresentam igual ou superior nível de escolaridade ao da população em geral e aos outros ofensores (Poortinga, Lemmen & Jibson, 2006). Este facto assenta no pressuposto de que a detenção de um posto hierárquico importante exige, regra geral, um diploma de ensino superior (Holtfreter, 2005).

A grande maioria dos ofensores de colarinho branco é do sexo masculino (Benson, 2013; Gottschalk & Glaso, 2013; Holtfreter, 2005; Weisburd, 1992). Isto poderá estar relacionado com as diferenças de género na ocupação de determinadas profissões nas sociedades atuais: como as mulheres, habitualmente, não ocupam cargos de estatuto tão elevado como os homens, também não terão o mesmo acesso às oportunidades de cometer este tipo de infrações (Ribeiro, 2016).

Um pouco na lógica do que foi vindo a ser dito, estes indivíduos (os ofensores de CCB) têm, por norma, uma idade superior aos ofensores de *crime comum*, situa-se pois entre os 40 e os 45 anos de idade (Benson, 1988; Holtfreter, VanSlyke, Bratton & Gertz, 2008; Onna, Geest, Huisman & Denkers, 2014; Weisburd, 2001). O que, com base na investigação lograda até ao momento, seria expectável dado que os cargos profissionais mais elevados estão, naturalmente, restritos a indivíduos mais velhos, com mais experiência e carreiras mais longas pelo que os indivíduos mais novos não têm sequer a oportunidade para praticar atos inseridos nesta categoria (Alalehto, 2015). Significa, por

outras, que o CCB difere do *crime comum* em relação à altura da vida em que o indivíduo se envolve na prática criminosa, dado que estes ofensores parecem iniciar estes comportamentos numa fase mais tardia (Piquero & Piquero, 2006).

Para além de serem habitualmente mais velhos, empregados e com uma escolaridade mais avançada, os ofensores de colarinho branco são por norma casados. Estado civil que tende mais frequentemente a alterar-se para divorciado do que no caso dos ofensores comuns (Listwan, Piquero & Voorhis, 2010; Ribeiro, 2016; Walters & Geyer, 2004;).

No tocante à carreira deste tipo de ofensores, antagonicamente ao espectável, a evidência tem mostrado que as taxas de reincidência são cerca de 40%, apesar de se mostrarem mais baixas quando comparadas com os *ofensores comuns* (Benson & Moore, 1992; Ribeiro, 2016).

Anteriormente já se tinha levantado a questão dos ofensores de CCB serem, ou não, detentores de inteligência e conhecimentos distintos. Ben-David (1991) considera que são até porque, diferentemente de outros tipos de crime, o ofensor pretende esconder o próprio ato (e não apenas esconder-se como autor do mesmo) dando-lhe a aparência de legalidade, o que, por si só, exige especial perspicácia. Aliás, referem Sykes e Matza (1957) estes ofensores não se veem a eles próprios como tal e têm inerente um processo de neutralização (Sykes & Matza, 1957). Neste contexto destacamos o estudo realizado por Cruz, Faria, Leite & Sousa (2015) onde conclui que os ofensores de colarinho branco possuem competências profissionais, são inovadores, reconhecem as oportunidades e estão dispostos a correr riscos – estabelece, aliás, um paralelismo curioso entre o ofensor de colarinho branco e um empreendedor, sobretudo pelos aspetos supra (competências profissionais, capacidade para reconhecer oportunidades, criatividade na procura de soluções e propensão para a procura de risco).

Walters e Geyer (2004) realizaram uma investigação cuja finalidade consistia em perceber as diferenças entre ofensores de colarinho branco e *ofensores comuns*. Para isso, dividiram três grupos de reclusos: (1) indivíduos condenados apenas por CCB, (2) indivíduos condenados por CCB mas também por outros crimes e (3) indivíduos condenados por outros crimes que não CCB. Os indivíduos do primeiro grupo, considerados *ofensores de colarinho branco puros*, eram mais velhos, possuíam

habilitações mais elevadas e tinham sentenças mais curtas em relação aos restantes grupos (Walters & Geyer, 2004).

Um estudo realizado por Ribeiro (2016) através da aplicação de um questionário a reclusos do sistema prisional português permitiu constatar a existência de diferenças significativas entre ofensores de colarinho branco e ofensores comuns: os primeiros são mais velhos, têm mais habilitações e são maioritariamente casados, em união de facto ou divorciados, ao invés dos ofensores comuns que são principalmente solteiros. Relativamente à personalidade, a dimensão da abertura à experiência e a dimensão da conscienciosidade também distinguem os dois grupos. No que concerne ao autocontrolo, embora se confirme a sua importância na análise do CCB, os resultados são ambíguos.

Estas características de personalidade que os distinguem e, sobretudo, a definição de Helmkamp, Ball e Townsed (1996) estão relacionadas com o comportamento empreendedor, designadamente a relação entre o CCB e o estatuto profissional, o objetivo de ganho pessoal ou organizacional e a dificuldade em fazer uma distinção entre as infrações e as práticas de negócios (Cruz, Faria, Leite & Sousa, 2015; Ribeiro, 2016). Empreendedorismo, este, *destrutivo* - já que os empreendedores, para a maximização de ganhos, utilizam o seu talento em atividades desviantes (Baumol, 1990).

Um outro tópico que foi já abordado ao longo do presente trabalho prende-se com o estatuto socioeconómico do ofensor que, como vimos, alguns dos crimes referidos como integrantes deste conceito são praticados por indivíduos de estatuto médio ou baixo, para além de elevado (Cruz, 2012).

Sutherland (1939), como mencionado em outro contexto da presente investigação, define os ofensores de colarinho branco como sendo detentores de algumas características específicas. Em particular: indivíduo respeitável, de estatuto socioeconómico elevado, geralmente bem integrado na sociedade, e que exerce uma atividade profissional estável. Brightman (2009) coloca o enfoque nos inconvenientes de tal delimitação apesar de uma das razões que tornam o estudo deste conceito particularmente interessante consistir no facto de os ofensores terem um perfil distinto dos *ofensores comuns* e, muitas vezes, semelhante ao dos não ofensores (Benson, 1990; Friedrichs, 2010; Cruz, 2012; Ribeiro, 2016).

Aqui chegados é importante atender ao facto de as características dos ofensores poderem diferir de acordo com o tipo de CCB cometido – o grupo de ofensores de colarinho branco é um grupo heterogéneo quando consideramos as suas características sociodemográficas (Holtfreter, 2005; Listwan, Piquero & Voorhis, 2010; Ribeiro, 2016; Walters & Geyer, 2004; Wheeler, 1988; Weisburd *et al.*, 2001). Destacamos a investigação de Weisburd e colaboradores (2001) que chegaram à conclusão que o grupo de ofensores de colarinho branco integra diferentes subtipos: (1) indivíduos que cometeram crimes como abuso de confiança e fraude nos seguros, que são predominantemente homens de *meia-idade*, com emprego estável e habilitações mais elevadas; (2) indivíduos que cometeram crimes de fraude fiscal, caracterizados por terem menores habilitações e taxas de desemprego mais elevadas; (3) distinguem-se ainda os indivíduos que praticaram fraudes de crédito, mais novos, de ambos os sexos e diferentes etnias (*cit in* Ribeiro, 2016).

## Tipologias

Aqui chegados, faremos menção a algumas tipologias, chamando já a atenção para o facto de alguns comportamentos mencionados pelos autores em questão não serem considerados, de acordo com a legislação lusa, ilícitos criminais. Por outro lado, alertar para o inerente carácter dinâmico das tipologias, uma vez que estas se encontram em constante evolução e não são, portanto, estanques. Por outro, recordar a heterogeneidade inerente ao conceito, o que torna, aliás, inevitável a sua divisão (Croall, 2001; Listwan, Voorhis & Ritchey, 2007). Porém, devem ser acautelados determinados aspetos, como não serem categorias abrangentes, nem limitativas; não pecarem por defeito, nem por excesso, com o objetivo de não originar uma confusão ainda maior (Friedrichs, 1992). *Para este autor, os critérios de diferenciação entre os vários tipos de CCB devem incluir o contexto em que o ato ocorre, o estatuto ou posição do ofensor, as vítimas primárias, a principal forma de dano e a classificação legal* (Ribeiro, 2016).

Em 1986 foi estabelecida uma tipologia de CCB por Mannheim na qual subdividiu os CCB em quatro tipos. São eles: (1) CCB relacionados com a assunção do contrato de sociedades de capitais, (2) práticas monopolísticas e outras atividades

restritas, (3) fraudes fiscais, (4) uma pluralidade de manifestações diversificadas e heterogêneas como a corrupção, o suborno, entre outras (Mannheim, 1986).

Já em 1988, nos EUA, Wheeler *et al.*, subdividiram os CCB em: fraude, violações de confiança, suborno, infrações fiscais, desfalques bancários, fraudes que envolvem transações eletrônicas, fraudes em que o ofensor desenvolve um sistema usando *e-mails* para defraudar indivíduos, falsas declarações e fraude de crédito e empréstimos e chegaram à definição de CCB como as *ofensas económicas cometidas pela utilização de uma combinação de fraude, engano ou conluio* (Guedes & Cruz, 2011; Wheeler, Weisburd & Bode, 1982). Definição utilizada como ponto de partida por vários outros autores posteriores, como Benson e Moore, 1992, Langton e Piquero, 2007, Poortinga, Lemmen e Jibson, 2006, Walters e Geyer, 2004; Weisburd, Chayet e Waring, 1990, entre outros.

Em 1990, um estudo realizado por Weisburd e colaboradores com o intuito de estudar este fenómeno analisou os registos criminais oficiais de tipos específicos de CCB, como o desfalque, falso testemunho, fraude ao serviço de correios, fraude nas instituições de crédito, suborno, evasão fiscal, fraude nos seguros e crimes contra a concorrência. Outros estudos mediram o CCB de acordo com as intenções de ofender utilizando cenários (Elis & Simpson, 1995; Paternoster & Simpson, 1996; Piquero, Tibbets & Blankenship, 2005; Simpson & Piquero, 2002).

Para Croall (2001) a análise do CCB excede o objeto tradicional de estudo da Criminologia para áreas mais vastas como a regulação financeira, o ambiente, saúde, segurança, assuntos do consumidor e regulação alimentar.

Clinard & Quinney definem em 1967 os crimes empresarial e ocupacional, cujas características e consequências são manifestamente diferentes. Por um lado, o primeiro abrange ofensas cometidas por funcionários para a sua empresa e ofensas da própria empresa, Por outro, o segundo se refere a ofensas cometidas individualmente, no decorrer de uma ocupação profissional e ofensas cometidas pelos trabalhadores contra os seus empregadores. Anos mais tarde, em 2002, Friedrichs considera-os como os dois tipos principais de CCB e a investigação tem seguido estas duas tradições distintas.

Por terras lusas foi em 2007 que Morgado e Vegar dividiram o estudo do CCB em três: (1) os crimes tributários (que utilizam a corrupção como crime instrumental), que abarcam os crimes aduaneiros (contrabando, fraude no transporte de mercadorias em



regime suspensivo), os crimes fiscais, enquanto apropriação dos valores que deviam ser entregues ao Estado (fraude ao IVA, abuso de confiança fiscal) e os crimes contra a segurança social (fraude conta a segurança social); (2) a burla informática e nas telecomunicações, onde se englobam a pornografia infantil na Internet e a intrusão de piratas informáticos em redes; e (3) a corrupção e o peculato, incluindo tráfico de influências e o branqueamento de capitais.

De acordo com a classificação dos crimes na legislação portuguesa, segundo Faria e colaboradores (2013), o conceito subdivide-se em quatro categorias, que incluem crimes significativamente diferentes: (1) crimes contra o património, (2) crimes contra a sociedade, (3) crimes contra o sector público e (4) crimes regulados por legislação avulsa.

É com as noções de globalização, de reflexividade, de modernidade, que surge em 2011 Manouk advertindo para o surgimento de novas formas de criminalidade económica e financeira, destacando a cibercriminalidade e os crimes ambientais. Cita ainda a fraude na bolsa, o uso de informação privilegiada, a fraude no acesso aos tratamentos de saúde, o abuso de confiança, os crimes nos serviços bancários, nos serviços de saúde, na segurança, o branqueamento de capitais, as práticas de corrupção, entre outros.

O ano passado (2016) Payne salienta o facto de podermos olhar para o mesmo fenómeno, o CCB, sobe três ângulos distintos. Podemos analisar o comportamento em termos de (1) motivação, (2) a partir das vítimas e (3) a partir dos esquemas que são utilizados na prática do crime. Posto isto, o autor elabora uma tipologia subdividida em quatro categorias não mutuamente exclusivas (Payne, 2016).

Ao primeiro grupo o autor denomina de crimes pessoais. Diz respeito aos crimes em que o infractor estabelece um objetivo individual e habitualmente não tem uma relação direta com a vítima são exemplos as violações relativas a impostos, fraudes conta o Estado e fraudes com cartões de crédito (Payne, 2016).

À segunda categoria o autor chama de abusos de confiança. Trata-se dos crimes respeitantes aos desfalques por funcionários ou fiduciários, aos subornos ou outros favores para conceder contratos em nome de um governo ou empregador, ao mau uso da propriedade ou informações de um empregador para obtenção de lucro privado, à utilização indevida de fundos de pensão sindicais, à criação de contas fictícias na folha de pagamentos. Este grupo abarca por norma criminosos a quem é dado uso de bens ou o poder de decidir em nome de outrem (Payne, 2016).

Quanto ao terceiro agrupamento, este é constituído por crimes como licitação em conluio para contratos públicos, tráfico de influências no setor político para apoiar um interesse comercial ou criar ou salvar uma brecha fiscal, suborno de agentes no mercado interno ou externo para contratação de bens ou serviços, fraudes no sistema de saúde, alteração de escalas e pesos, falsificação de declarações para obtenção de crédito, entre outros. Esta é indiscutivelmente a categoria mais controversa uma vez que inclui indivíduos que dificilmente se consideram a eles próprios criminosos e que habitualmente gozam de elevado estatuto socioeconómico na sociedade (Payne, 2016).

A última categoria refere-se ao CCB enquanto atividade central de uma empresa. Categoria constituída por *vigaristas profissionais - os vigaristas que estão no negócio apenas para obter lucro a troco de nada e que podem vitimizar governos ou público em geral e os crimes passam por esquemas que envolvem vendas de terras no deserto ou títulos de investimento a preços elevados, com base em descrições fraudulentas, falsificação de declarações de impostos e criação de empresas fictícias* (Payne, 2016, pp. 15).

Em forma de conclusão reiteramos que a elaboração de tipologias poderá ser bastante útil e metódica, porém, não obstante facilitar na uniformização do conceito, é interessante notar que existem definições que servem propósitos diferentes. E, por outro prisma, a principal causa de não existir um significado unívoco de CCB deve-se à utilização de diversas designações que caberiam no conceito de CCB, tais como crime económico, crime comercial, crime respeitável, crime político, crime corporativo, crime ocupacional, entre outros (Friedrichs, 1992).

### Finalidades das Penas

É com base no art. 40º do Código Penal de 1982 versão consolidada posterior a 1995 que podemos retirar que, relativamente às finalidades das penas e medidas de segurança, estas *visam a proteção de bens jurídicos e a reintegração do agente na sociedade*. Pelo que, do exposto, podemos subdividir a seguinte premissa em duas orações: a primeira que as penas e medidas de segurança almejam a proteção de bens jurídicos, por um lado; por outro, na segunda metade, percebemos que as penas e medidas de segurança pretendem a reintegração do ofensor na sociedade. Proteção dos bens jurídicos (prevenção); limite da medida da culpa (retribuição) (Beleza, 2008).

Num segundo patamar podemos, uma vez mais, subdividir esta prevenção a que as penas se destinam em (1) geral e (2) especial. Porém, *umas e outras devem coexistir e combinar-se da melhor forma e até ao limite possíveis, porque umas e outras se encontram no propósito comum de prevenir a prática de crimes futuros* (Dias, 2001, pp. 32).

Da exegese da norma surgem algumas dúvidas. Ao referir *bem jurídico suscetível de proteção* estará o legislador a ser redundante dado o carácter subsidiário e fragmentário do Direito Penal? Por nós, sabemos antemão que o Direito Penal não deverá ser aplicável à tutela de todo e qualquer bem jurídico mas, apenas e só, deverá intervir para tutelar bens jurídicos fundamentais, correspondem *a valores, interesses sociais e individuais juridicamente reconhecidos, quer do próprio, quer da sociedade, em virtude do especial significado que assumem para a comunidade* (Rodrigues, 2012, pp.9).

Acontece, para o que nos interessa, que a criminalidade económico-financeira, como aprofundamos no capítulo anterior, é munida de um conjunto de peculiares características. Especificidades, essas, que têm vindo a ser interpretadas como uma mudança de paradigma do conceito de *bem jurídico tutelável* para o que se pretende ser, hoje, o objeto da tutela do Direito Penal Económico (Rodrigues, 2012, pp.9). Neste

sentido, *os bens jurídicos tutelados pelo Direito Penal Económico caracterizam-se materialmente pela sua relevância direta para o sistema económico cuja sobrevivência, funcionamento ou mesmo implementação se pretende assegurar* (Andrade, 1998)

Aqui chegados, há que referir que o bem jurídico tutelado na criminalidade económica não é já de cariz vincadamente individual, mas bens jurídicos coletivos que se situam num plano macrosocial. *A aplicação de uma pena criminal implica o sacrifício de bens jurídicos constitucionalmente protegidos, in casu, a liberdade, pelo que e, por essa razão, o recurso à pena privativa de liberdade só poderá ser justificado se tiver por finalidade a tutela de outros bens socialmente dotados de relevância constitucional.* Motivo pelo qual, significa uma menor carga axiológica em relação aos bens jurídicos individuais (Rodrigues, 2012, pp.10).

Ainda inserido neste propósito, não podemos esquecer que o Direito Penal obedece a determinados princípios e iremos abordar apenas os que consideramos relevarem para o nosso propósito de investigação. É neste sentido que iniciaremos com o princípio da solidariedade, que se traduz na responsabilidade atribuída ao Estado para que reúna as condições necessárias para que o ofensor tenha a possibilidade de se reintegrar na sociedade e não reincidir. Princípio, aliás, basilar do nosso trabalho, uma vez que esta premissa suporta todo o contexto de reinserção que aprofundaremos devidamente adiante.

Não menos importante, o princípio da proporcionalidade (art.18º da Constituição da República Portuguesa) remete-nos para uma reflexão acerca da medida exata da pena e do ato cometido, no caso, aplicado ao nosso objeto, leva-nos genericamente a analisar as medidas privativas da liberdade e os crimes de colarinho branco. As penas criminais devem limitar-se ao necessário para salvaguardar outros direitos e interesses constitucionalmente protegidos e não exceder a gravidade do mal causado pelo crime. A este, anexamos que *Portugal é uma República soberana, baseada na dignidade da pessoa humana e na vontade popular e empenhada na construção de uma sociedade livre, justa e solidária*, (art. 1º da lei lusa fundamental) para que melhor se compreendam os próximos capítulos.

Em matéria de Direito Penal Económico, para cumprir o desiderato de aplicar a sanção penal que mais se ajuste à situação de facto e ao princípio da proporcionalidade, é imprescindível que a lei penal preveja aparato sancionatório suficiente capaz de

legitimar a persecução penal, inclusive com medidas para além das tradicionais pena de prisão e de multa (Almeida, 2015).

Em Portugal, há uma imposição normativa prevista no Código Penal que incentiva a implantação de penas não privativas de liberdade: *Se ao crime forem aplicáveis, em alternativa, pena privativa e pena não privativa da liberdade, o tribunal dá preferência à segunda sempre que esta realizar de forma adequada e suficiente as finalidades da punição* (art. 70 do Código Penal). Assim, entre 1990 e 2000, os números do Ministério da Justiça revelam uma redução de mais de 20% na taxa de aplicação da pena de prisão (Gomes, Albuquerque, Ferreira, & Wulk, 2012).

Quanto ao princípio da humanidade das penas, prima por ser um elemento ativo na tentativa de reintegração do ofensor na sociedade, o que implica uma abordagem holista e compreensiva do mesmo. Bem como preconiza que a pena aplicada deve consubstanciar o mínimo de sofrimento possível para o condenado.

Concluindo, as características dos ofensores *de colarinho branco* exigem uma análise indissociável do juízo de culpabilidade por ocasião da aferição da sanção adequada e valoração da justa reprimenda em concreto, atendendo, inclusive, aos fins dissuasórios ou intimidatórios e de prevenção especial característicos do Direito Penal (Almeida, 2015).

No que à segunda finalidade das penas referida, a reintegração do agente na sociedade, cremos referir-se, aqui, à socialização do agente. *As doutrinas da prevenção especial ou individual* (outra designação atribuída) *têm por denominador comum a ideia de que a pena é um instrumento de atuação preventiva sobre a pessoa do delinquente, com o fim de evitar que, no futuro, ele cometa novos crimes* (Figueiredo Dias, 2001). Por outras, a finalidade de prevenção especial compreende e consiste tanto na prevenção da reincidência, como na reintegração e ressocialização do ofensor.

Pretende-se, portanto, que o ofensor não reincida, não por antecipar e, como tal, recear sofrer uma *penalização criminal*, mas porque não padece da necessidade de cometer crimes, uma vez que pode enveredar por uma vida ética e socialmente não reprovável, sendo que é, desta forma, que emerge o conceito de reinserção social que exploraremos ao pormenor no capítulo seguinte, acompanhada de modelos de intervenção

tidos como os mais eficazes. Em suma, com a institucionalização do princípio da humanidade e a afirmação da dignidade da pessoa humana como valor base do ordenamento jurídico português (explanados anteriormente) de toda uma sociedade moderna, a aplicação das penas criminais ao caso concreto, não pudesse deixar de ter um objetivo ressocializador do delinquente. Assunto, este, que deixaremos para aprofundar adiante. O que, aplicando ao CCB, se compactua com a opinião geral dos autores de que a maioria dos ofensores de colarinho branco nunca se encontraram totalmente inseridos na sociedade (Silva, 1998).

### **Atual Sistema Punitivo**

Aludindo à realidade portuguesa, no âmbito penal, uma das principais operações, consiste na determinação da sanção. Como nota introdutória, há que referir que as penas principais são *as que, encontrando-se expressamente previstas para sancionamento dos tipos de crime, podem ser fixadas pelo juiz na sentença independentemente de quaisquer outras*.

É com base no Título III, Capítulo II, da Parte Geral do Código Penal de 1982 versão consolidada posterior a 1995, que *retiramos* as penas principais em vigor no sistema jurídico-penal português, designadamente: (1) a pena de prisão (que se enquadra no âmbito das penas privativas da liberdade, com vista ao encarceramento do ofensor e privando-o, durante o período determinado pelo juiz e no estabelecimento prisional pelo mesmo designado, da liberdade de movimentação) e (2) a pena de multa<sup>11</sup> (que tem um carácter exclusivamente pecuniário, tendo o indivíduo que proceder ao pagamento da quantia fixada pelo juiz no âmbito da condenação à qual foi sujeito) (DGRS, 2017).

À análise em apreço se acrescenta que, apesar de serem a pena de prisão e a pena de multa as únicas penas estatuídas para a punição de todos os tipos incriminadores

---

<sup>11</sup> Pena substitutiva não detentiva por excelência.

previstos no Código Penal, outras penas poderão ser consideradas como penas principais. A determinação da sanção consiste numa operação complexa, dado que às duas penas principais mencionadas pode ser aplicada uma medida alternativa ou, após determinada a pena de prisão, esta pode ser comutada por uma pena de substituição (Pedroso, Trincão, & Dias, 2001).

No já citado diploma encontramos além da multa outros importantes substitutos da pena de prisão, são eles a suspensão da execução da pena e a suspensão com sujeição a deveres<sup>12</sup>, regras de conduta e com regime de prova, a admoestação<sup>13</sup> e a prestação de trabalho a favor da comunidade<sup>14</sup> (Pedroso, Trincão, & Dias, 2001).

Porém, poderão ser apontados para a aplicação de outras penas principais vários elementos, como o elemento sistemático e o elemento histórico. Porque, se por um lado, o legislador colocou no mesmo capítulo das penas principais, diferentes formas sancionatórias (como as supra suspensão da execução da pena, prestação do trabalho a favor da comunidade e a admoestação), parece fazer crer que a sua intenção seria a de considerá-las como verdadeiras e próprias penas capazes de cumprir as mesmas finalidades que as consideradas penas principais por excelência; por outro lado, em 1963, no Projeto, no art. 47.º estava plasmado que *as penas principais são: (1) a prisão; (2) a multa; (3) a sentença condicional; (4) o regime de prova*. O que revela uma possível intenção por parte do legislador abarcar outro tipo de reações criminais como penas principais a vigorar no ordenamento jurídico português, para além da pena de prisão e da pena de multa (Rodrigues, 2012).

A não o ser, e sabendo as penas principais como sendo a de prisão e a multa, estamos perante uma pobreza sancionatória do sistema jurídico-penal português pois, no confronto com a realidade do CCB, não se têm demonstrado capazes de dissuadir os indivíduos da prática do crime, nem de fazer face a esta nova realidade crescente e dinâmica. Além do mais, se por um lado, a pena de prisão se caracteriza pelo cariz estigmatizante, dessocializador e criminógeno; por outro, a pena de multa aplicada à

---

<sup>12</sup> Como se pode verificar, a pena de suspensão de execução da prisão pressupõe um prognóstico favorável quanto ao futuro comportamento e poderá ou não ser acompanhada de deveres e/ou regras de conduta e/ou de regime de prova. Para além disso, constitui a mais importante das penas de substituição.

<sup>13</sup> Consiste numa sanção de carácter meramente simbólico, trata-se de uma solene censura oral feita ao agente, em audiência, pelo tribunal.

<sup>14</sup> *Alternativas, quer à própria prossecução do processo penal, quer à aplicação de penas de prisão de curta duração ou à continuidade da execução de penas de prisão mais longas. Têm conteúdo probatório, caracterizando-se pela possibilidade de imposição de injunções de diversa natureza, como condição da sua aplicação* (DGRS, 2017).

realidade da criminalidade económico-financeira subentende a mensagem de que o crime compensa (Pedroso, Trincão, & Dias, 2001; Pacheco & Pacheco, 2002). Especialmente existindo a pena de prestação de trabalho a favor da comunidade que se traduz pela prestação de serviços não remunerados ao Estado, a pessoas coletivas de direito público ou a entidades privadas cujos fins o tribunal considere de interesse para a comunidade (Pacheco & Pacheco, 2002).

As considerações atinentes à pena de prisão e medidas alternativas serão devidamente exploradas adiante, cremos fugir ao escopo do nosso trilha a exaustão dos motivos pelos quais a pena de multa não é eficaz, não obstante a sua consagração como sanção criminal seja passível de ser aplicada a este tipo concreto de criminalidade, porém sucintamente e para que o raciocínio se torna mais nítido daremos os moldes gerais.

Parte da criminalidade económico-financeira é cometida em nome ou no interesse de empresas das mais diversas atividades comerciais, em regra com potencial lesivo de grandes proporções e nefasta repercussão social, difusa ou coletiva. Dado a natureza da infração e os interesses para os quais o delito foi realizado, o montante da pena de multa poderá ser facilmente anexado aos custos de produção ou de serviço da *empresa delinquente*, transferindo-se indiretamente os ônus pecuniários a consumidores ou usuários (Almeida, 2015).

O que significaria, como supra mencionado, que o crime compensaria. Premissa que também se adequa ao caso de conversão de pena privativa de liberdade em prestação pecuniária. Com isto, acrescenta o autor que *o argumento não quer invalidar a pena de multa em sede de criminalidade econômica, mas somente atribuí-la peso secundário em relação às demais possibilidades sancionatórias quando se apresentarem mais eficaz aos fins que se propõe* (Almeida, 2015).

Numa outra ótica, a aplicação da pena de multa revela-se sem qualquer efeito dissuasivo não apenas devido ao pouco desconforto provocado perante os titulares de grandes fortunas como, e, nas palavras de Dias (2001) *em certas circunstâncias, podem ter só a consequência de se verem diluídas na opacidade da sua repercussão nos preços dos produtos da empresa ou empresas pertencentes ou dominadas pelo agente da infração criminal*.



Em suma, no atual sistema de justiça português, é consensual a preferência pelo recurso às várias penas de substituição previstas, a aplicar mediante a concordância do condenado, considerando-se a prisão como a *ultima ratio* entre as possíveis sanções a aplicar (Pedroso, Trincão, & Dias, 2001; Pacheco & Pacheco, 2002).

### **Crime de Colarinho Branco no Ordenamento jurídico português**

No que concerne à tipificação penal do CCB existem diversas ressalvas que deverão ser, associadas às peculiaridades da criminalidade em questão, apontadas. Isto porque se, por um lado, existem autores como Tappan (1947) que consideram e defendem que apenas deverão ser considerados crimes as infrações que, por lei, sejam puníveis; por outro, autores como Sutherland (1940), e esta é mais uma das críticas apontadas ao mesmo, até porque defende que muitos dos atos referidos na lei civil são semelhantes às ofensas criminais, consideram que, por se tratar de um conceito criminológico, por a legislação (na perspetiva do que é catalogado como crime) se alterar de país para país, pelos crimes serem alvo de evolução ao longo do tempo (o que antes não era crime, hoje, na mesma sociedade, poderá ser – ou vice-versa), que a análise do fenómeno não se pode prender com o estatuto jurídico. Nesta linha de raciocínio se enquadram Ponsares e Ruggiero (2002) que vão mais longe, afirmando que, pelos motivos explanados, a definição legal deste tipo de criminalidade pode prejudicar a comparação entre estudos empíricos.

Para além disso, ao nível legal o CCB é um conceito ambíguo, o que poderá estar relacionado com a própria intervenção pelo sistema de justiça (Croall, 2001). Acresce ainda que algumas ofensas podem aparentar uma falta de intenção, particularmente quando está inerente uma difusão de responsabilidade por diferentes indivíduos (Cruz *et al.*, 2012).

Um outro aspeto de relevo prende-se com os ofensores de colarinho branco possuírem influência na criação e aplicação das leis (Benson & Simpson, 2009).

A restrição ao catálogo da lei incluiu ainda o inconveniente de nem sempre este ser o reflexo daquilo que a restante sociedade perspetiva como sendo ilegal. É deste modo que Morgado & Vegar (2007) afirmam que este novo tipo de criminalidade esbarra num Direito Penal que realça a proteção de direitos individuais, negligenciando o interesse social.

Além do mais, a consagração penal do CCB encontra-se plasmada em diversos diplomas legais e legislação avulsa, originando uma tipificação em vários tipos de ilícito criminal, não apenas autónomos como díspares. É desta forma que se destaca o facto do fenómeno se consubstanciar num conceito criminológico que engloba também comportamentos ilícitos de diversa natureza e, como tal, não pode ser categorizado simplesmente porque não constitui um tipo objetivo de crime. É desta forma que, uma vez que a previsão desta nova criminalidade se manifesta essencialmente além do Código Penal, que passa uma ideia de secundarização dos bens-jurídicos macrosociais e de uma desorganização da legislação e subsequente aplicação (Morgado & Vegar, 2007).

Tendo em conta o que foi dito, facilmente percebemos que uma visão de segregação como esta, de uma delimitação estritamente jurídica de um conceito criminológico como o CCB, pode trazer nefandas entorses, se assumido como rígido, fechado e estanque, ao estudo do fenómeno. É assim que o entendemos, como uma dimensão de abertura repleto de elementos normativos, conceitos difusos e expostos por outros ramos jurídicos, como o Direito Tributário, Comercial, Administrativo ou Civil, proporcionando uma ampla liberdade interpretativa uma vez que a lei não consegue acompanhar a criatividade e capacidade empreendedora destes ofensores (Cruz, 2012).

Pelo exposto, resulta claro que esta nova criminalidade abarca, atualmente, uma panóplia de crimes tal que seria impossível, nesta investigação, fazer menção, ainda que de forma sintética a todos eles, pelo que foi nossa opção, admitindo as contrapartidas da mesma, cingirmo-nos especialmente aos crimes tipificados no Código Penal como por exemplo: abuso de confiança (artigo 205.º, CP), burla com fraude bancária, burla relativa a seguros, burla informática e nas comunicações (art.º 221.º CP), burla relativa a trabalho ou emprego (art.º 222.º CP), outras burlas, abuso de cartão de garantia ou de crédito (art.º 219.º e ss., CP), insolvência dolosa (art.º 227.º, CP), insolvência negligente (art.º 228.º, CP), apropriação ilegítima (art.º 234.º, CP), administração danosa (art.º 235.º, CP), tráfico de influências (art.º 335.º, CP), falsidade depoimento ou declaração (art.º 359.º, CP), suborno (art.º 363.º, CP), favorecimento pessoal praticado por funcionário (art.º 368.º,

CP), branqueamento (art.º 368.º-A), CP, violação de segredo de justiça (art.º 371.º, CP), corrupção passiva para ato ilícito (art.º 372.º, CP), corrupção passiva para ato lícito (art.º 373.º, CP), corrupção ativa (art.º 374.º, CP), peculato (art.º 375.º, CP), participação económica em negócio (art.º 377.º, CP), abuso de informação, manipulação do mercado, outros (Decreto-Lei n.º 486/99, de 13 de novembro), fraude fiscal, abuso de confiança fiscal, outros (Lei n.º 15/2001, de 5 de junho), branqueamento de capitais (Lei n.º 25/2008, de 5 de junho).

Apesar da enumeração, é necessário ter presente que *Portugal é um país com uma grande tradição de lei civil, pelo que os conceitos legais requerem hermenêutica sofisticada e têm de se conciliar com definições de outros ramos do Direito* (Ribeiro, 2016).

Percebemos que *o próprio legislador tem dificuldade em estabelecer conceitos precisos e permanentes em relação a esta criminalidade caracterizada pelo dinamismo e inovação constante do modus operandi* (Ribeiro, 2016, pp.31).

Para finalizar este ponto socorremos de Shapiro (1990) que alerta para o risco de elaborar tipos penais somente de acordo com as características (por serem tão peculiares) do ofensor de colarinho branco, sublinhando a importância do abuso de confiança que nem em todos os casos se trata de crime. Deste modo, também o conceito criminológico e o conceito legal poderão convergir, já que é mais provável que um indivíduo de estatuto socioeconómico elevado desrespeite a confiança numa relação jurídica (Cruz, 2012).

Em suma, não obstante a problemática da delimitação legal do conceito, esta revela-se também útil devido às operacionalizações destas variáveis de forma a suplantar a dificuldade de definição do conceito de CCB e encontrar um critério delimitativo para o seu estudo (Blickle, Schlegel, Fassbender & Klein, 2006; Wheeler, 1992). Pelo que não deverão ser evitados os desvios aos critérios jurídicos que enquadram determinado ato (Cruz, 2012). Por outras, a preferência pelas definições legais prende-se com o objetivo de standardização da investigação (Perri, 2011).

### Definição Conceptual

Tal como supracitado no capítulo anterior, as penas principais em Portugal consistem na multa e na pena de prisão (Ministério da Justiça, 2017). Uma vez que a pena de multa parece não cumprir os efeitos desejados da finalidade da pena no que ao CCB diz respeito e devido ao aumento da descrença na eficácia da prisão, têm-se tentado conceber outras medidas adequadas para ajudar os ofensores, sem os retirar do contexto comunitário. Destarte, o escopo das medidas não privativas de liberdade incide em encontrar alternativas à pena de prisão, moldando-se as sanções penais às necessidades de cada delinquente, proporcionalmente ao crime cometido (ONU, 2003).

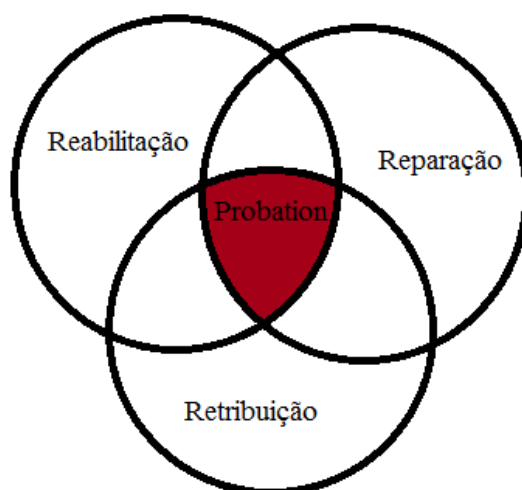
*A probation<sup>15</sup> poderá ser definida enquanto um período de prova ou teste em que são dadas, aos ofensores, alternativas a penas mais duras, possibilitando-lhes permanecer na comunidade sob supervisão, sujeitos a condições específicas, como sugere Canton e Hancock (2007, p. 220 cit in Geiran, 2011); ou como um método de lidar com criminosos especialmente selecionados e consiste na suspensão condicional da pena, enquanto o criminoso é colocado sob supervisão pessoal e lhe é dada orientação individual ou tratamento (United Nations, 1951, pp.4 cit in Klaus, 1998).*

A *probation* no sistema de justiça demarca-se, nomeadamente, através de critérios organizacionais: (1) é uma organização administrada separadamente do sistema de justiça, (2) a supervisão deve resultar de uma decisão judicial e (3) de um mandato legal, (4) não prescinde de supervisão dos ofensores e (5) não deve apenas controlar os ofensores mas ajudá-los, também, ao seu reajustamento na comunidade (Hamai *et al.*, 1995 cit in Geiran, 2011).

---

<sup>15</sup> A expressão *probation* corresponde ao termo português *reinserção social*, pelo que nos parece impreterível fazer esta ressalva inicial de que o termo será utilizado ao longo da investigação indistintamente. Reporta-se a uma panóplia de penas e medidas executadas na comunidade com a participação dos serviços de reinserção social (DGRS, 2017).

McNeill (2011) descreve a *probation* como uma instituição mediadora entre diferentes finalidades e funções, tal como pode ser representado de forma mais elucidativa no seguinte esquema:



---

Fig. 1: Constituição da *probation* (McNeill, 2009).

Contextualizando, a contribuição fornecida pelos serviços de reinserção social permite controlar os excessos que surgem *quando perdemos a nossa razão em relação à política penal* (McNeill, 2009, pp.1), na justa medida em que permite estabilidade entre os diferentes objectivos a que o sistema de justiça se propõe a cumprir. Diferentes teorias dão de beber às práticas dos serviços de reinserção social, variando de acordo com a dimensão com que cada uma das metas se impõe ao longo do tempo. Entre elas podemos encontrar as teorias da detenção, do controlo, do *just deserts* e da justiça restaurativa (Schwalbe, 2012).

Ainda sobre o escopo de contextualização, daremos uma breve noção de cada uma delas e sobre a pronúncia da evidência empírica a respeito.

No que concerne às primeiras, baseadas na detenção, olham para o controlo e vigilância legais como maneiras de suportar as punições mais severas a aplicar sobre aqueles que delinquem. Porém, importa considerar, de acordo com investigações realizadas, que a eficácia em concreto da detenção depende de fatores de ordem individual, como a perceção do indivíduo sobre a certeza e severidade da sanção (Pogarsky, 2007). Apesar disso, os resultados provenientes da investigação empírica sobre a eficácia das medidas decretadas com base nestas teorias têm revelado um modesto sucesso (Lipsey & Cullen, 2007).

Relativamente às teorias do controlo, estas dão suporte às intervenções que acarretam o envolvimento dos indivíduos em instituições e atividades pró-sociais (MacKenzie, 2009). A evidência empírica destaca *as formas de controlo social formal e informal, os laços sociais e as redes sociais de trabalho* (Schwalbe, 2012, pp. 186) enquanto variáveis modeladoras dos resultados alcançados (Skeem, Louden, Manchak, Vidal & Haddad, 2009).

As teorias do *just deserts* levantam bastantes questões acerca da eficácia das sanções admissíveis (Lipsey, Chapman, Landenberger, 2001). Isto porque, ao verem os delinquentes como pessoas em dívida para com a sociedade devido à sua conduta, consideram-nos merecedores de sanções *ao nível do que eles merecem* (Bender, King, & Torbet, 2006; Ghetty & Redlich, 2001; Kurlychek, Torbet, & Bozynski, 1999 *cit in* Schwalbe, 2012), incluindo, designadamente, o encarceramento ou outras medidas que os privem da sua liberdade (Schwalbe, 2012).

Finalmente, a teoria da justiça restaurativa defende a implementação de medidas a nível comunitário, incitando a participação das vítimas num processo que enfatiza a reparação do dano provocado (Bazemore & Schiff, 2005 *cit in* Schwalbe, 2012). Cabe aqui a mediação vítima-ofensor e conferências familiares de grupo no sentido de reduzir a reincidência (Bradshaw & Roseborough, 2005 *cit in* Schwalbe, 2012).

*Apesar de não satisfazerem as necessidades teóricas substantivas dos programas* (Schwalbe, 2012, pp. 187), todas estas correntes revelam influência nas práticas decorrentes dos serviços de reinserção social.

A reinserção social, no fundo, consiste num método de punição aplicado a ofensores selecionados segundo a sua personalidade criminal, o tipo de crime cometido e a sua recetividade à intervenção, com uma base socio-pedagógica que agrega, por um lado, a supervisão, por outro, a assistência, facultando-lhes a possibilidade de mudar a sua vida em sociedade e de se integrar no ambiente social sem o risco de violar de novo as normas penais (Klaus, 1998).

### **Resenha histórica**

Os serviços de *probation* têm sofrido, com o avançar dos anos, reestruturações e (re)definições do seu caminho (Robinson & Raynor, 2006). O que entendemos hoje como *probation* surgiu no seguimento de práticas inglesas, sendo que desde o século XIX se tem observado um gradual desenvolvimento, alastrando-se a outros territórios desde 1880 (Klaus, 1998).

Ao falar-se de reinserção de ofensores, está-se a fazer apelo a um subjacente: a reabilitação. Historicamente, e sempre na tentativa de remodelar e reestruturar a vida dos ofensores para os tornar cidadãos bons, honestos e cumpridores da lei, a evolução da *probation* reflete, ao longo do tempo, diferentes tendências dominantes, das quais se destacam (1) a reintegração, por um lado, e a (2) repressão, por outro (Klaus, 1998).

O ideal reabilitador no sistema de justiça criminal não remete para um método em concreto e foi assumindo diferentes formas, desde a imposição de trabalho forçado, passando por intervenções religiosas e psicoterapêuticas. Em todos os casos este pode ser descrito como *the notion that a primary purpose of penal treatment is to effect changes in the characters, attitudes, and behavior of convicted offenders, so as to strengthen the social defense against unwanted behavior, but also to contribute to the welfare and satisfactions of offenders* (Wodahl & Garland, 2009).

Até ao século XVIII a resposta aos comportamentos delinquentes incidia essencialmente na aplicação de penas corporais e pena de morte. É em meados deste século que vemos uma alteração nestas condições. Começa a ganhar terreno, a partir do século XIX a privação da liberdade – passando a ser a principal e mais dura modalidade de sancionamento na maioria Estados de Direito, reflexo das críticas levadas a cabo pela

Escola Clássica do Direito Penal<sup>16</sup> contra as penas até então aplicadas e com a valorização da liberdade humana defendida pelo Iluminismo (Foucault, 2012; Leite, 2011; Wodahl & Garland, 2009).

Devido ao desenvolvimento tanto económico como científico, a tónica desloca-se ao longo do século XIX dos procedimentos meramente punitivos para uma vertente regeneradora. Passa, neste sentido, a prisão a ser perspectivada como uma instância socializadora, procurando sanear a mente dos delinquentes com base no trabalho, no isolamento e na reflexão espiritual (Foucault, 2012; Provedor de Justiça, 1997; Wodahl & Garland, 2009).

Os que iniciaram a tentativa de tentar reintegrar quem, por inúmeros circunstancialismos, se desviou da norma e que por isso estava sujeito a condições degradantes nas prisões - o que marcou o surgimento dos institutos de reinserção social - foram as filantropos, precisamente no século XIX, não obstante não existir uma data exata deste momento. Porém, estas iniciativas não nos elucidam sobre esta instituição enquanto estrutura integrante do sistema de justiça criminal (Klaus, 1998; Vanstone, 2008; Wodahl & Garland, 2009).

Deste modo, devido à crise penal que emergiu em meados do século XIX – marcada pela progressiva aceitação de formas de controlo e disciplina dos ofensores que extravasam as instituições fechada alastrando-se para a comunidade, reflexo da descrença na capacidade reabilitadora da prisão – dá-se a integração nas legislações a nível internacional deu-se entre 1878 e 1920 (O’Brien, 2015).

É no século seguinte que brotam os institutos de reinserção social ligados ao paradigma *welfare* penal no qual o Estado se assume como protagonista na tarefa de reabilitação, munindo-se de equipas de profissionais treinados para cumprir tal função (Garland & Wodahl, 2009; Klaus, 1998). A filosofia que imperava entre os serviços nesta altura consistia num modelo médico de intervenção (Alarid, Cromwell & Carmen, 2010). Consistia em um modelo com um ideal reabilitador que atendia ao comportamento de cada indivíduo, levando em consideração as circunstâncias psicológicas, biológicas e contextuais de cada um. O pressuposto inerente seria o de que essas circunstâncias poderiam ser alteradas, sendo assim o papel dos técnicos, o de diagnosticar e *tratar* aquelas que se mostrassem mais problemáticas (Teague, 2011).

---

<sup>16</sup> Destacando-se autores como Beccaria, que considerava o efeito de dissuasão passava pela certeza da pena e não pela sua severidade, devendo esta ser graduada de acordo com o tipo de ofensa cometida (Wodahl & Garland, 2009).



Após a Segunda Guerra Mundial o fenómeno criminal era entendido como uma disfunção dos indivíduos e famílias de uma comunidade desorganizada, isto é, como um problema que necessitava de intervenção. A mesma focava-se, primordialmente, nos problemas pessoais e sociais que sustentam o comportamento criminal. Altura em que se realizaram os maiores esforços para o desenvolvimento da moldura pela qual, actualmente, a complexa e moderna *probation* se caracteriza. O *casework* consistia no método utilizado por excelência, acompanhado de uma abordagem predominante do *welfare*, que se destacava pelo enfoque numa reabilitação individualizada. O ideal reabilitador atinge, assim, o seu apogeu. Período em que a determinação das sanções era orientada principalmente pela finalidade de prevenção especial, sendo este denominado na história da *probation* por *gold old days* (Leite, 2011, Raynor & Robinson, 2009).

Nos anos 60', ainda na mesma lógica orientativa, a prática penal gradualmente vai-se tornando mais humana e mais racional, o que impõe a procura de profissionais sociais a cada medida mais especializados e de técnicos com conhecimento criminológico a exercer na área (Klaus, 1998). Deste modo, passamos de um modelo médico para um modelo comunitário, que enfatiza a necessidade de criação de laços sociais que aumentassem as oportunidades de educação e emprego. O tratamento psicológico deixa, assim, de ser uma prioridade (Teague, 2011).

Em Portugal, a história dos sistemas penitenciário e da reinserção social (intrinsecamente relacionados) acompanharam as tendências internacionais, embora de forma mais tardia. No século XIX iniciam-se as transformações penais de acordo com os princípios subjacentes à Escola Clássica de Direito Penal, abolindo-se a pena de morte em 1826 e a pena de prisão perpétua em 1884 (Leite, 2011; Provedor de Justiça, 1997).

Também no século XX se iniciaram os movimentos de reinserção social, verificando-se de seguida um forte desenvolvimento. O ideal reabilitador é introduzido como um princípio orientador da intervenção de delinquentes no Código Penal de 1954 como uma das finalidades da pena. A partir de 1956, o Estado passa a responsabilizar-se pela reinserção dos ofensores, contratando trabalhadores sociais para os estabelecimentos prisionais, cujas competências eram de apoio técnico ao Tribunal de Execução de Penas (TEP) e de acompanhamento das liberdades condicionais (Santos, 2001; DGRS, 2016). No final dos anos 60' e início dos anos 70', os serviços de *probation* foram alvo de um elevado número de estudos avaliativos e um célebre artigo publicado por Martinson em 1974 veio inverter a panorâmica que se instalava, afirmando que, relativamente aos programas reabilitativos, nada funcionava - esta crise materializa-se na expressão *nothing*

*works* (Durnescu, 2012), sendo que poucos seriam os programas de reabilitação que permitiriam prevenir a reincidência (Klaus, 1998, Raynor & Robinson, 2009). Por outras, Martinson afirmava que, à exceção de casos excepcionais, os esforços efetuados para reabilitar delinquentes não tinham, até à data, mostrado provas da sua eficácia (Sarre, 1999).

À semelhança deste, outros estudos (Brody, 1976; Folkard *et al.*, 1974 *cit in* Durnescu, 2012) vieram apontar idênticos resultados, o que deram origem a uma era pessimista no que diz respeito à reabilitação de delinquentes. Assim sendo, o novo modelo não só desaconselhava a aplicação das técnicas anteriores como as destacava como perigosas e contraproducentes – habita pois um clima de descrença na reabilitação e de mudança de práticas e ideologias (Durnescu, 2012).

Destarte, esta crise deu lugar a uma fase de *punitive turn*, na qual se verificou um retrocesso no que toca aos direitos e garantias dos arguidos e condenados e o colapso das práticas e ideologias vigentes até então no sistema de justiça criminal (Leite, 2011). Entramos num momento que prioriza o encarceramento e a supervisão comunitária mais restritiva e punitiva (Teague, 2011). Efetivamente por volta de 1980 inaugura-se um modelo de justiça - *just deserts* - que se mantém na atualidade em alguns países, nomeadamente nos EUA, em que a pena constitui um fim em si mesmo, no qual a finalidade é de retribuição e incapacitação (Klaus, 1998; Wodahl & Garland, 2009).

Juntamente com o movimento de descrença da reabilitação surge o lado positivo dos investigadores começaram a ser mais rigorosos nas suas avaliações de tratamento e iniciarem pesquisas no sentido de perceber porque é que algumas intervenções são mais eficazes do que outras (Bonta & Andrews, 2007).

*Se a reabilitação dos ofensores não é possível, o que é que sobra para os serviços de probation fazerem?* (Durnescu, 2012, pp. 200).

No sentido de dar uma resposta, Bottoms e McWilliams (1979 *cit in* Durnescu, 2012), propõem o *paradigma do não-tratamento* – que consistiria numa abordagem de *apoio*, na qual os técnicos e clientes cooperariam entre si na definição dos problemas, tarefas e metas a cumprir (Bottoms & McWilliams, 1979 *cit in* Remington & Remington, 1987).

Entramos deste modo num período em que se prioriza a alteração da conduta, em detrimento da personalidade dos indivíduos. É necessário (1) fornecer ajuda adequada aos

ofensores, (2) supervisionar legalmente os ofensores, (3) evitar o recurso a penas privativas de liberdade para certos ofensores e (4) reduzir o crime através de estratégias de prevenção que envolvam os elementos da comunidade (Commission, 1989).

Os ofensores deixam, em suma, de ser vistos e tratados como objetos ou como doentes tornando-se em pessoas inseridas num contexto social (restrito pelo tribunal). Dá-se agora mais importância à atribuição de tomada de consciência e responsabilização por parte das suas escolhas e decisões, o que faz do papel dos técnicos limitado apenas a prestar auxílio nos aspetos delineados pelo cliente (Durnescu, 2012).

Perante tal cenário, alguns autores afirmam que este período se caracteriza pela profunda crise e anomia profissional que se sentiu entre os técnicos de *probation* (Garland, 2001 *cit in* Durnescu, 2012).

A política *nothing works* começa a ser colocada em causa no final nos anos 80' por diversos pensadores (Raynor & Robinson, 2009; Roberts & Hough, 2011) e passamos de uma época de *nothing works* para a procura do *what works* - surge a lógica do novo reabilitacionismo: colocar em execução programas de reabilitação que mostrem evidências empíricas de que efetivamente funcionam, que diminuem o risco de reincidência (Castro, 2000). A credibilidade e reconhecimento públicos são recuperados pela *probation* na época do *what works* que, antagonicamente ao período anterior, procurou demonstrar a possibilidade de uma redução efetiva do crime (Robinson & Raynor, 2006).

A ferramenta estatística utilizada por excelência para avaliar as investigações/programas passa a ser a meta-análise. No campo da redução da reincidência o primeiro investigador a utilizar este método foi Garrett. À sua semelhança, Losel e Kofler descreveram que os regimes de prisão sócio terapêuticos têm resultados positivos na reincidência (McGuire, 1995).

Gendreau e Ross (1987) realizaram uma investigação entre 1981 e 1987, munidos de metodologias matemáticas inexistentes até então, onde perceberam que o sucesso da reabilitação é possível (não só a curto prazo) e que programas que continham uma componente *cognitiva* tinham mais resultados positivos. Fundamentando as suas conclusões com períodos de *follow-up* de, pelo menos, dois anos (Sarre, 1999).

O reforço da punitividade vivido desde o final da década de 70' e durante a década de 80' em virtude do movimento *nothing works* que fomentou a adoção de políticas de tolerância zero nos países anglo-saxónicos, não teve o mesmo impacto em terras lusas,

não obstante se ter verificado um alargamento da duração das penas de prisão, a criação de novos tipos legais de crimes e um maior enfoque atribuído à finalidade de prevenção geral e especial (Leite, 2011).

No nosso país o primeiro serviço de reinserção social surge na sequência da reforma penal de 1982. Reforma, essa, que introduziu mudanças consideráveis na justiça penal lusa, afastando-se a partir de então do racional meramente ético-retributivo. Segundo o Código Penal desse mesmo ano, os vetores orientadores da ação penal são a (1) subsidiariedade, a (2) intervenção mínima e a (3) preferência por medidas não privativas da liberdade. Facto que se traduziu na introdução de um variado leque de penas de substituição e penas alternativas, assim como numa maior individualização das penas.

Em Portugal o Instituto de Reinserção Social foi impulsionado por parte do Estado (contrariamente aos países anglo-saxónicos em que a emergência destes institutos se deveu a iniciativas privadas) no seguimento do Decreto-Lei n.º 319/82, de 31 de Março, onde se estipulam as principais sanções não privativas da liberdade pelos quais este instituto se torna responsável - pautadas por um carácter pedagógico, como a suspensão da execução de pena e a liberdade condicional, que foram implementadas no ano seguinte, tal como a prestação de trabalho a favor da comunidade (Santos, 2003; DGRS, 2016).

Atualmente no sistema de justiça português é consensual a preferência pelo recurso às várias penas de substituição previstas, continuando a pena de prisão a ser encarada como a *ultima ratio* do Direito Penal (Pedroso, Trincão, & Dias, 2001; Pacheco & Pacheco, 2002). Tendência que se denota nas sucessivas reformas penais dos anos 80' e 90'.

Neste seguimento é de salientar a reforma do Código de Processo Penal de 1987, devido à qual emerge o relatório social para determinação da sanção, a perícia sobre a personalidade e a suspensão provisória do processo. Mais, de destaque a revisão do Código Penal de 1995, na qual se substituiu o regime de prova pela suspensão de execução da pena com regime de prova, e se alargou o campo de aplicação da prestação de trabalho a favor da comunidade, redefinindo o seu regime jurídico, como o quadro legal da liberdade condicional (Provedor de Justiça, 1997).

Posteriormente, em Portugal, à luz do Decreto-Lei n.º 126/2007, de 27 de Abril, o Instituto de Reinserção Social passou a designar-se por Direção Geral de Reinserção Social, passando as suas funções a estarem sob dependência direta do Ministério da

Justiça. De acordo com o Decreto-Lei n.º 215/2012<sup>17</sup>, de 28 de Setembro, devido à contenção de despesas por parte da Administração Pública, criou-se um organismo denominado de Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais, reflexo da fusão da Direção Geral de Reinserção Social com a Direção Geral dos Sistemas Prisionais (DGRSP, 2012).

As justificações que subjazem à reinserção social desde o final do século XX, permitindo a sua expansão e diversificação, prendem-se com argumentos economicistas e por comparação à prisão, que se revela sobrelotada e criminógena (Klaus, 1998; Wodahl & Garland, 2009). É neste contexto que se insurgem alguns pensadores reforçando a necessidade de reconhecimento da *probation per se*, com raízes - valores e objetivos - distintas da prisão e não como mera resposta face à insuficiência e debilidades das mesmas (Landreville, 1995 *cit in* Klaus, 1998).

Sintetizando, a *probation* diz respeito a atividades dispendiosas, complexas, que contêm com a maior das sensibilidades e sem garantias de sucesso. Assim sendo, revela-se imperativa a constante necessidade de demonstrar os fundamentos que sustentam os vários modelos de reabilitação adotados. A reabilitação de ofensores é encarada - tanto ao nível da sua definição como interpretação - de diversas perspetivas de acordo com os modelos vigentes em diferentes momentos espaciais e temporais. Cada um desses modelos abarca um conjunto de argumentos através dos quais se autojustificam, acompanhados de diferentes implicações para as políticas, sentenças e práticas diretas com os delinquentes. (Robinson & Raynor, 2006). É nesta lógica que, a cada dia, existe um esforço maior de perceber o que realmente diminui a reincidência - foco central de qualquer modelo de *probation*. Seguida da desconstrução da política de Martinson surge a vontade de encontrar o caminho para atingir os objetivos de forma mais eficaz (Robinson & Raynor, 2006).

Surge, em suma, na reabilitação dos delinquentes uma tendência pela adoção da procura da eficiência, da evidência, do racionalismo, da classificação, da normalização (Farrant, 2006), bem como pelo recurso a intervenções multimodais que desenvolvam as cognições e capacidades individuais e, mais se acrescenta, pelo foco na comunidade, dado

---

<sup>17</sup> Todavia, não obstante a nova lei orgânica já se encontrar em vigor legalmente, ainda não se difundiu completamente nas práticas correntes das duas instituições iniciais - daí que a maioria dos aspetos relativos à Direção Geral de Reinserção Social continuem a orientar a atuação dos técnicos superiores de reinserção social. No fundo, com esta nova lei orgânica mantiveram-se as mesmas competências a nível técnico, sendo que as alterações se verificam substancialmente ao nível da estrutura organizacional.

que neste contexto os resultados tendem a ser mais favoráveis (Stanley, 2009). *What works é, aparentemente, um simples conceito do senso comum – as intervenções mais eficazes com ofensores devem ser utilizadas para suportar a política e a prática* (Farrant, 2006, pp. 326).

Posto isto, *como é que os ex-ofensores deixaram de delinquir?* Substitui *como deve ser desenhada a prática para obtermos uma redução da reincidência?* Num paradigma ainda mais recente na literatura designado de *paradigma da desistência* (Durnescu, 2012).

Farral (2002) concluiu que somente em algumas situações a variável *desistência* pode ser atribuída ao facto dos serviços de *probation* terem ajudado os ofensores na procura de emprego ou na reconciliação com a família. À exceção destes casos, a *desistência* do crime toma lugar independentemente da *probation*. Em 2004, Farral destaca a necessidade dos técnicos desempenharem um papel de ajuda aos ofensores, para que ultrapassem os obstáculos que se opõem ao término da atividade criminal, no seu próprio contexto individual e social (*cit in* Durnescu, 2012).

### **A eficácia das medidas alternativas à pena de prisão**

Encontramos força empírica na afirmação de que a prisão se consubstancia numa pena severa, que acarreta elevados custos económicos e que, resultado da sobrelotação das mesmas, tem vindo a propiciar o investimento em medidas alternativas, executadas na comunidade. Medidas, essas, com vista à diminuição das taxas de reincidência, em detrimento das sanções tradicionais (Marion, 2002).

*O fim da pena deveria ser não outro senão o de impedir o réu de fazer novos danos aos seus concidadãos e de dissuadir os outros de fazer o mesmo* (Cesare Beccaria 1998, pp.85 *cit in* Lopes, 2003). Será assim?

A questão inevitável que se coloca nestes termos é a de perceber se se trata, afinal, a pena de prisão de uma medida eficaz para os ofensores.

Iniciaremos este roteiro com uma visão de senso comum, passaremos pela evidência empírica, pela percepção dos próprios ofensores e, no final, pretendemos ser capazes de dar resposta a tal dúvida.

Assentando numa base do senso comum, a resposta positiva a tal questão, isto é, admitindo a conceção da pena de prisão como uma pena eficaz para delinquentes, é fundamentada de acordo com duas filosofias conservativas: por um lado, (1) a incapacitação, na medida em que a prisão impede os ofensores reclusos de cometer delitos enquanto estão privados da sua liberdade; e, por outro, (2) a *just deserts*, supra explicitado, ou seja, aqueles que cometem crimes devem ser punidos por tal.

Ainda nesta linha, da (in)eficácia da prisão, pronunciam-se criminólogos como Charles Murray (1997) confirmando tal opinião, segundo os quais há evidência de que o crime pode ser reduzido através da detenção (*cit in* Henry, 2003). Porém, uma vez que se trata de uma questão da maior sensibilidade e assumidamente complexa iremos proceder ao devido levantamento bibliográfico de investigações a respeito.

Iniciaremos com Peter Saunders e Nicole Billante (2003) que, se por um lado, concluem que a prisão é eficaz no impedimento das delinquentes reincidirem, por outro, percebem que a mesma não os reabilita de modo a se tornarem cidadãos seguidores da lei. Esta investigação é consistente com a constatação de Charles Murray, de que a diminuição do recurso à pena de prisão é associada a um aumento das taxas de crime (Saunders & Billante, 2003).

*Estudos bem desenhados mostram que programas baseados na detenção são ineficazes na redução do crime e o foco deve estar no desenvolvimento de programas de reabilitação que reduzam efetivamente a probabilidade de reincidência* (Ore & Birgden, 2003, pp. 63). O mesmo autor acusa Saunder e Billante de realizarem observações demasiado abrangentes e simplistas para serem tidas em conta e servirem de orientação política.

Smith e os seus colaboradores (2002 *cit in* Kevin Marsh, 2009) realizam um levantamento de 117 investigações cujo intuito consiste em analisar qual o impacto das

medidas alternativas quando comparadas com penas de prisão longa, de acordo com as taxas de reincidência. Após análise dos resultados concluíram que as variações nas taxas de reincidência, atendendo ao tipo de sanção, não são significativas. Ainda no mesmo ano de acordo com este levantamento, Marion chega à conclusão, após investigação, que apesar das medidas alternativas não apresentarem efeitos piores que a pena de prisão, também não são significativamente mais eficazes na redução da reincidência (Marion, 2002).

É nesta perspetiva, de que as diferenças de eficácia entre as medidas tradicionais e as alternativas não se revelam significativas, que McDonald's (1986 *cit in* Bouffard & Muftic, 2007) se pronuncia, cingindo-se ao serviço comunitário afirma que o mesmo não apresenta qualquer impacto sobre as taxas de reincidência mas que, ainda assim, se revela vantajoso pelo facto de permitir diminuir a população prisional e, consequentemente, economizar dinheiro ao Estado. O autor defende, por isso, que se trata de uma medida adequada a aplicar a ofensores menores e não violentos. Neste sentido surge Bouffard e Muftic (2007) assentes na base de que apesar de não terem encontrado evidência que lhes permitam indicar o serviço comunitário como uma medida com maior sucesso relativamente à diminuição da reincidência, trata-se, pelo menos, de uma medida tão eficaz quanto as tradicionais.

Ainda em 2007 é-nos apresentada a investigação de Lipsey e Cullen cuja questão de partida se debruça sobre a eficácia e os efeitos das intervenções correcionais e sobre a reincidência dos mesmos, tendo procedido para o efeito à análise dos artigos, revisões sistemáticas e meta-análises internacionais. Atendendo aos programas de supervisão intensiva<sup>18</sup>, Petersilia e Turner (McKenzie *et al.*, 1999) analisaram o efeito dos mesmos em quatorze locais, escolhidos de forma aleatória, recorrendo a desenhos experimentais, e concluíram que em nenhum dos locais se registaram diminuições nas taxas de reincidência, sendo que, passado um ano neste regime as taxas de reincidência eram superiores às registadas naqueles que estavam sujeitos à comum *probation* (37% *versus* 33%). Uma possível explicação para tal sustenta-se no facto de existir uma maior deteção de violações devido à mais eficaz supervisão dos indivíduos (Petersilia & Turner, 1993 *cit in* McKenzie *et al.*, 1999).

---

<sup>18</sup> Situações em que os indivíduos são colocados em pequenos *caseloads*, enfrentam visitas regulares e não anunciadas pelos técnicos e são ameaçados com pena de prisão, caso não cumpram as obrigações (Lipsey & Cullen, 2007).



Corroborando esta ideia foi realizada uma análise à relação entre os *caseloads* e as taxas de crime na Califórnia (Worral, Schram, Hays, & Newman, 2001) que revelou, igualmente, que não há diferenças significativas no número de violações entre os indivíduos colocados em diferentes níveis de supervisão. As diferentes meta-análises encaminham-se neste sentido - os resultados não sustentam a ideia de que os programas de supervisão intensiva dissuadem os delinquentes de voltar a cometer crimes, dado que as taxas de sucesso se mantêm, modestamente, entre os 2% e 8% (Lipsey & Cullen, 2007).

Bonta *et al.*, em 2008, conclui, de acordo com o levantamento de uma revisão de quinze investigações, que há apenas dois pontos percentuais a favor das medidas de supervisão na comunidade em relação às outras sanções criminais, como a pena de prisão ou multa, no que diz respeito à reincidência dos ofensores (Bonta *et al.*, 2008 *cit in* Lipsey & Cullen, 2007).

Assim, a revisão de Lipsey e Cullen (2007) permite concluir que todas as meta-análises identificam resultados favoráveis à aplicação de regime de *probation* com tratamentos de reabilitação, com médias de redução das taxas de reincidência nunca inferiores a 10%, sendo que a maioria apresenta taxas de sucesso situadas entre os 20% e os 40%. Atendendo, ainda, àquelas que analisam os efeitos dos tratamentos conduzidos na comunidade e no encarceramento em estabelecimento prisional, encontramos, em ambos os meios, resultados positivos. Contudo, as meta-análises de Andrew *et al.* (1990) e Lipsey e Wilson (1998) evidenciam que, quando ocorridos em meio comunitário, os tratamentos produzem resultados mais favoráveis. Devido, em parte, ao facto da supervisão em comunidade proporcionar a oportunidade aos indivíduos de colocarem em prática novas capacidades, novas maneiras de pensar, de tomar decisões e de resolver problemas em situações reais, no seu contexto social (Priestley & Vanstone, 2006).

Cohen (1975) refere que a ineficácia da prisão é de tal ordem, que nem a sua reforma permitiria alterar o quadro de paradoxos e contradições em que se insere apontando, mesmo, como possível solução a esta questão a extinção dos estabelecimentos prisionais.

Sampson e Laub realizaram um estudo longitudinal concluído em 1993 segundo o qual perceberam que medidas privativas de liberdade não dissuadem os ofensores de reincidir, muito pelo contrário, a prisão aumenta a probabilidade de reincidência, devido ao enfraquecimento dos laços sociais

A probation *reduz o número de ofensores que continuam com comportamentos de alto risco (consumo excessivo de álcool e drogas ilegais). Verifica-se uma maior adesão aos tratamentos e as mulheres têm muito menos probabilidade de ser batidas ou violadas* (MacKenzie *et al.*, 1999, pp.435). No que diz respeito ao álcool, há uma redução dos casos de embriaguez e problemas causados pela bebida de sensivelmente 14,7 %; relativamente ao consumo de droga, a diminuição atinge cerca de 47%. Os autores concluem ainda que durante o período de *probation* há um aumento das inscrições em tratamento de substâncias, mais frequentemente em grupos de Narcóticos Anónimos, Alcoólicos Anónimos ou tratamentos de grupo. O que se manifesta, resultado da investigação, ao nível conjugal, do registo de uma diminuição de agressões para com as mulheres. Porém, a investigação dos autores vai bastante mais longe e inclui a administração de inquéritos de delinquência autorrevelada.

Mckenzie e colaboradores interrogaram os sujeitos antes e após a detenção, no que diz respeito ao cometimento de seis crimes (furto, roubo, agressão, droga e, para o que mais nos interessa, fraude e burla) e concluíram que há uma redução significativa no número de crimes cometidos, durante o período de *probation*. No entanto, os autores especificam, reflexo da pesquisa, os diferentes fatores associados com as atividades criminais: referem a idade como um dos que mais interfere sobre a eficácia da intervenção. Não obstante as atividades criminais diminuírem em todos os grupos etários, observa-se um menor impacto nos indivíduos mais novos – para uma melhor compreensão procedemos à elaboração do gráfico abaixo (figura 2). Do exposto se depreende que a *probation* aparenta ser mais eficaz aplicada a indivíduos mais velhos. Estudo que, aplicado à nossa investigação, nos permite concluir que, considerando a evidência empírica analisada na primeira parte do roteiro do nosso estudo, a *probation* se adequaria aos crimes de CCB, nomeadamente devido aos indivíduos serem habitualmente mais velhos do que nos *crimes comuns*.

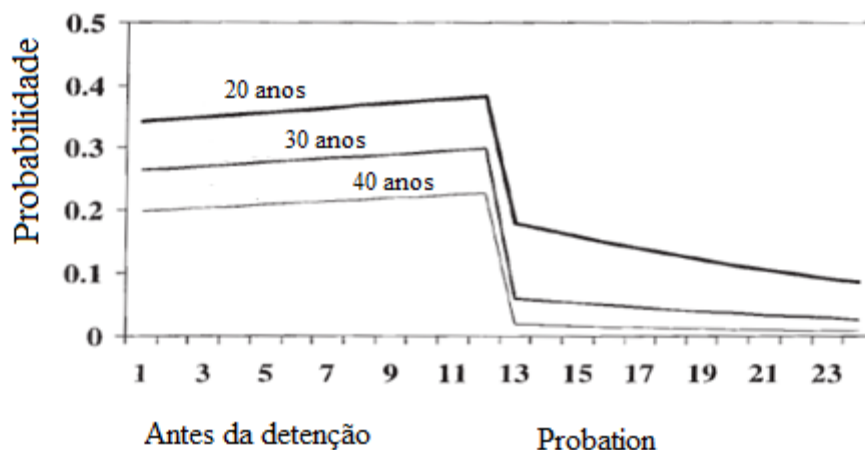


Fig. 2: Probabilidade de cometer uma ofensa por idade - baseado nas atividades criminais autorreveladas (McKenzie, 1999)

Este estudo sugere que a reinserção demonstra ser um método viável, pelo menos, para o controlo do crime a curto prazo, verificando-se uma redução no número de crimes cometidos, bem como dos comportamentos de alto risco associados à conduta criminal (McKenzie, Browning, Skroban & Smith, 1999).

Matthews (2003) conclui que o encarceramento não só não intimida os delinquentes, não os reintegra na sociedade, nem os reabilita; como, pelo contrário, potencia e corrompe os ofensores já orientados no sentido do crime, uma vez que se encontram em contacto com outros delinquentes que acabam por incutir no próprio condenado valores negativos e próprios do ambiente de promiscuidade, bem como devido ao contacto com infratores experientes em que passa a inserir-se, servindo-lhes, inclusivamente, como aprendizagem e aperfeiçoamento na prática do crime, ao invés de proporcionar a reeducação e reintegração na vida social.

Ainda no âmbito das meta-análises realizadas com vista à comparação da diminuição das taxas de reincidência entre, por um lado, as medidas privativas da liberdade e, por outro, as medidas alternativas à prisão, surgem Villettaz *et al.* (2006 cit in Kevin Marsh, 2009) com treze comparações entre umas e outras, das quais onze

revelam que as sanções alternativas apresentam mais resultados positivos do que o encarceramento no que respeita à reincidência dos ofensores.

Neste sentido, Cid (2009) realizou um estudo no sentido de perceber as alterações das taxas de reincidência de acordo com as medidas aplicadas aos ofensores. Nesse sentido, recorreu a uma amostra representativa de 483 ofensores sentenciados no ano de 1998 e selecionou duas subamostras. Uma primeira população com pena de prisão (n=179) e outra com pena suspensa (n=304). Após controlar outros fatores de risco preditores da reincidência, foram utilizadas técnicas de regressão logística para analisar se a variável *tipo de sanção* se consubstancia, ou não, num preditor das taxas de reincidência.

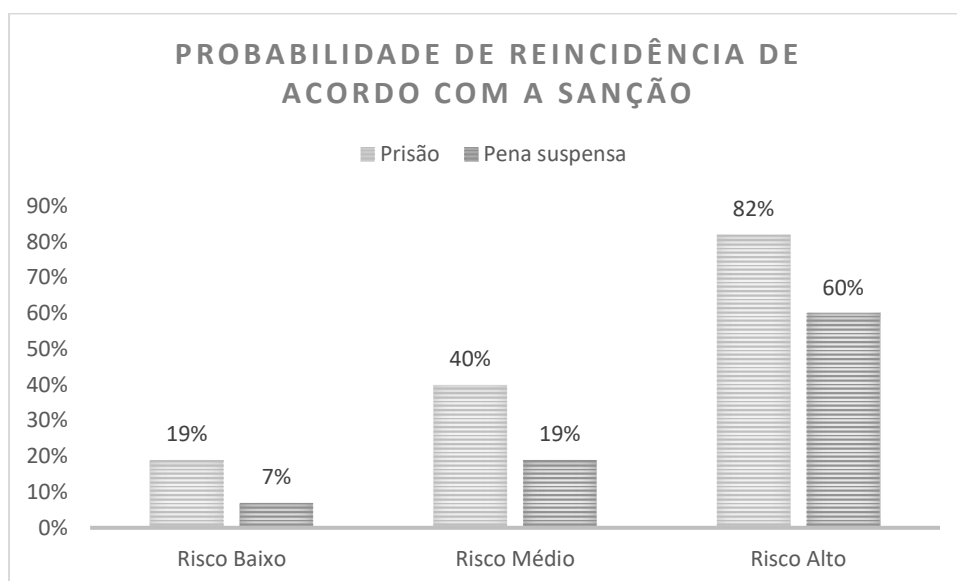
Os resultados obtidos por Cid (2009) suportam a teoria do *labeling*<sup>19</sup>: revelaram uma maior probabilidade de reincidir entre aqueles que cumpriram pena de prisão, comparativamente àqueles que foram sentenciados com pena suspensa. Os fatores associados aos resultados obtidos pela investigação prendem-se, nomeadamente, com o facto de os reclusos experienciarem um processo de autodefinição enquanto delinquentes, bem como com a dificuldade dos mesmos estabelecerem laços sociais aquando do termo da sanção. Obstáculos, estes, que não se põem em causa no caso das penas suspensas.

Cid catalogou os ofensores em três diferentes categorias consoante o nível de risco: (1) risco baixo, que corresponde à categoria de ofensores sem condenações anteriores e que nunca cumpriram pena de prisão; (2) risco médio, que se consubstancia nos ofensores com condenações anteriores, mas que nunca cumpriram pena de prisão; e, por fim, (3) risco alto, categoria constituída pelos delinquentes com condenações anteriores e que cumpriram pena de prisão.

Os resultados indicam que, para os três níveis de risco, os ofensores sujeitos a pena suspensa apresentam uma menor probabilidade de reincidir, durante o período de *follow up* de oito anos (os resultados apresentam-se visualmente representados na figura 3) (Cid, 2009).

---

<sup>19</sup> Esta abordagem analisa o sistema de justiça e as suas reações, entendendo que estas, ao contrário do que se defendia, podem contribuir para a continuidade do comportamento criminal (Dias e Cruz, 2013). Ou seja, abordagem que estuda a forma como o sistema de justiça define certos atos como criminosos, como reage aos indivíduos que são detetados no cometimento desses atos, como aplica uma etiqueta de delinquente a esses indivíduos e como este rótulo contribui para a perpetuação do comportamento delituoso (Rains *et al.*, 2003).



**Fig. 3: Probabilidade de reincidência de acordo com a sanção (prisão ou pena suspensa) (Cid, 2009).**

Em síntese, compilando as meta-análises recentemente elaboradas acerca de estratégias correcionais e reabilitativas - apesar dos diferentes métodos utilizados - os resultados têm sido bastante consistentes (Andrews *et al.* 1990; Lipsey & Wilson, 1998; Lipsey & Cullen, 2007; MacKenzie, 2009): as estratégias de supervisão e tratamento focadas na detenção e retribuição não cumprem o objetivo de diminuir a reincidência e, pelo contrário, há indícios de que têm o efeito oposto, aumentando a probabilidade de reincidência dos delinquentes (MacKenzie, 2009).

Num outro prisma, desenvolveu-se um estudo acerca da percepção dos próprios delinquentes da aplicação das sanções em regime de *probation*. Investigação com uma amostra de 369 indivíduos, da qual se se percebeu que há um consenso (90%) sobre a finalidade destas medidas - de que o principal propósito será o de evitar futuros crimes para que não haja necessidade de se encontrarem de novo sob a alçada destes serviços. A grande maioria considera ainda que a sanção aplicada possibilita a sua reabilitação na comunidade. Mais de 60% dos indivíduos da amostra pensa que a experiência lhes possibilita um desenvolvimento a nível individual, como assistência na resolução de problemas. Por outro lado, quase 44% dos inquiridos responderam que a experiência nada lhes trouxe de proveitoso, quer a nível individual como social (Applegate, Smith, Sitren, & Springer, 2009).

#### *Repercussões do encarceramento*

Para além do descrito e das consequências sociais, acrescem as repercursões ao nível físico e psicológico a que os indivíduos ficam sujeitos aquando da aplicação de medidas privativas da liberdade.

Muito brevemente, a nível físico podemos, desde logo, destacar todas as doenças a que um recluso poderá estar sujeito representando por vezes danos irreversíveis na saúde, como infecções, a tuberculose, a hepatite, em última instância a SIDA, que não obstante não serem directamente geradas devido ao ambiente prisional, trata-se de um espaço propício ao seu contágio (Rodrigues, 2002).

Por outro lado, não revestem menor importância os efeitos negativos produzidos sobre o recluso a nível psíquico dado que, salvo raras excepções, a reintegração do agente na sociedade se vê dificultada. Reflexo de vários estudos que têm vindo a ser efectuados ao longo dos anos, tem-se demonstrado que a personalidade do agente, durante o tempo de clausura, sofre diversas mutações acabando por se reflectir em graves perturbações (Rodrigues, 2002).

Em suma, nenhuma das meta-análises que procuraram apurar acerca da eficácia da prisão, prevê que esta pena privativa da liberdade seja capaz de inibir o comportamento delinquente dos indivíduos.

Considerando importantes estudos, como a revisão elaborada por Lipsey e Cullen (2007), concluímos que há, efetivamente, resultados de sucesso na prática de *probation*, desde que acompanhada de tratamentos de reabilitação, denotando-se, assim, o seu potencial para reduzir significativamente a reincidência de ofensores e, consequentemente, diminuir o crime e aumentar a segurança pública (Lipsey & Cullen, 2007).

Terminamos com um exemplo prático e com algumas ressalvas a tomar em consideração em estudo deste cariz, explanando inicialmente o caso dos EUA, que se trata de um país onde os reclusos correspondem a 25% de todas as pessoas a cumprir pena de prisão no mundo (Gottschalk, 2002 *cit in* Frana & Schroeder, 2008) e onde mais de metade dos detidos todos os anos são reincidentes, o que leva, consequentemente, a questionar a eficácia da prisão e a caracterizar o sistema de justiça criminal como uma *perpetual incarceration machine, onde os ofensores são repetidamente reciclados da prisão para a liberdade condicional, apenas para voltarem a regressar à prisão* (Richards, Austin & Jones, 2004; Dyer 2002 *cit in* Frana & Schroeder, 2008, p. 4).

Gostaríamos ainda neste capítulo, no sentido de concluir acerca do efeito da prisão e das penas alternativas, de reforçar a importância de realizar estudos experimentais e quasi-experimentais, que incluem dois grupos distintos (um grupo sentenciado com pena de prisão e outro com uma pena alternativa), apontados pela evidência empírica com sendo os mais adequados ao estudo do fenómeno.

De todo o modo, recordar ainda que este tipo de investigação acarreta consigo toda uma panóplia de questões éticas e legais que se materializam em razões que justificam o baixo número de estudos sobre o assunto (Kevin Marsh, 2009).

Villettaz e seus colaboradores (2006 *cit in* Kevin Marsh, 2009) consideram que as contradições que se observam na literatura existente resultam do controlo insuficiente das diferenças pré-interventivas existentes entre reclusos e os indivíduos que cumprem medidas alternativas.

Transpondo a aplicação da pena de prisão ao objeto de estudo da nossa investigação, facilmente, pela evidência empírica até então esplanada, conseguimos depreender a ineficácia da aplicação desta sanção criminal a este tipo específico de criminalidade.

Existe, até ao facto de existir uma diferença estrutural entre as finalidades da pena dos CCB e da criminalidade *comum*, consenso com Costa (2003). Porém, discordamos do autor relativamente à *teoria dos três “S’s”* ao referir que as sanções aplicadas aos CCB deverão cumprir três princípios: *sharp*, *short* e *shock*. O que se traduz em penas privativas da liberdade imediatas, de curta duração e acutilantes devido às características específicas (devidamente explicitadas em período anterior na nossa investigação) do ofensor de CCB. Questão, esta, que nos remete e estabelece um ponto de ligação não apenas para os efeitos perversos das medidas de encarceramento acompanhados da evidência empírica supra mencionada, como para a questão, também ela aprofundada em capítulo anterior, da controvérsia/promiscuidade entre a relevância atribuída à natureza do acto praticado *versus* as características do agente (que, segundo Costa, se consubstanciam como o fundamento da medida da pena).

Contudo, é unânime o campo específico, dentro do Direito Penal Clássico, que a criminalidade económico-financeira assume o que, impreterivelmente, implica uma adaptação e reajuste dos meios de combate tradicionais.

*O facto da evolução do sistema económico ter gerado uma maior liberdade de mercado e, com ela, se ter verificado a alteração do modelo económico liberal para o modelo social determinou uma profunda alteração no contexto criminal português, fazendo emergir um novo tipo de crime que deixou de representar uma violação directa de direitos de terceiros mas, e pelo contrário, passou a representar uma manifestação da tendência capitalista que se tem vindo a evidenciar, marcada pela ausência de ética no mercado e pela procura incessante da obtenção do lucro, ainda que de uma forma não*



*conforme com o Direito* (Correia, 1998). Reflexo desta transformação social e, consequentemente, criminal que emergiram ofensores com (novas) características específicas, assunto explorado anteriormente no presente trabalho, das quais podemos destacar o elevado estatuto socioeconómico.

E, aqui chegados, tocamos num outro ponto pelo qual a pena de prisão não é adequada aos CCB: as peculiares notas caracterizadoras dos ofensores do CCB. Este *novo delinquente* é definido, também, pelos seus vastos conhecimentos e inteligência, sendo capaz de construir um ato pensado e complexo. É legítimo, tal como a doutrina tem feito, perguntarmo-nos se: *é (des)necessário (res)socializar este tipo de ofensor?*

*Esta forma de delinquência não está a lidar com agentes que necessitem de qualquer efeito ressocializador das penas, eis que os criminosos se veem (e são vistos pela comunidade) como símbolos do próprio sistema* (Costa, 2003).

Concordamos com os escritos de Rodrigues (2002) ao discordar das palavras de Costa, referindo que é insustentável semelhante posição, devido ao facto da prática de um crime culminar, independentemente do modo de vida do agente e a posição social que ocupa, num défice de socialização, uma vez que o infrator não se conformou com os paradigmas sociais já instituídos, *representando a prática de um crime económico um ataque ao Estado económico-social, do qual todos nós fazemos parte* (Rodrigues, 2002). Por outro lado, apoiando ainda a posição de que um ofensor de CCB padece de (res)socialização, a prática deste tipo de ofensas consubstancia um modo de vida orientado sobre si próprio e seus interesses desrespeitando ao valores comuns da sociedade.

*Não obstante o surgimento desta nova espécie de criminalidade, acentuada pelos níveis de especificidade dos ilícitos criminais, bem como a especificidade das sanções criminais e da sua concreta aplicação, não devemos olvidar as finalidades de prevenção geral e especial que constituem, prima facie, a razão da aplicação de uma pena criminal e que se apresentam, pela impossibilidade da sua verificação, como argumento a confirmar a teoria da falência da pena de prisão* (Rodrigues, 2002. pp. 27).

Neste aspeto pronuncia-se Dias (2006) no sentido de alertar para uma dupla finalidade da pena mediante os crimes em questão, os crimes de colarinho branco. Assim, para além da tutela dos valores expressos pelos bens jurídicos protegidos pela norma incriminadora, a pena pretende ainda acautelar a efetiva exigência de intimidação e

dissuasão que se fundam na íntima convicção do agente da prática de um crime de colarinho branco de que moldará o sistema punitivo. Ressalvando ainda que o autor material do CCB possui condições *melhores condições para suportar o processo de estigmatização que a aplicação de uma pena de prisão consubstancia* (Dias, 2006).

Em síntese, a tentativa de combate aos CCB através da acusação, condenação e imposição de penas privativas de liberdade aos seus autores materiais revela-se ineficaz e inadequada. A aplicação da pena de prisão, ainda que (de acordo com a teoria dos três “S’s”) imediata, acutilante e de curta duração, não parece, aos nossos olhos, oportuna e, muito menos, eficaz na reincidência. Para além disso, os prejuízos que acarreta estão longe de cobrir as vantagens que apresenta.

É pelo exposto que concordamos com as palavras de Rodrigues (2002) ao reivindicar a necessidade de mudança de paradigma relativamente às finalidades da punição na criminalidade de colarinho branco. E, por isso, fazemos das de Rodrigues as nossas palavras: *não obstante a necessidade de alteração de paradigma no que respeita ao tratamento deste novo tipo de criminalidade são imperativos, quer constitucionais, quer subjacentes ao ordenamento jurídico-penal português as finalidades da punição, mormente, a proteção dos bens jurídicos e a reintegração do agente na sociedade que, como vimos anteriormente, não poderá deixar de ser tido em conta, bem pelo contrário, deverá ser valorizado e atendido por forma a criar no agente a convicção íntima de que se deve orientar no sentido de atuar de acordo com a lei* (Rodrigues (2002, pp. 29).

## **Medidas eficazes**

*O maior desafio para a investigação sobre a reabilitação contemporânea consiste em identificar os fatores que mais influenciam a probabilidade de obter efeitos positivos com os tratamentos* (Lipsey & Cullen, 2007, pp. 306).

Andrews & Bonta concluem que existem seis princípios necessários para uma reabilitação eficaz (*cit in* Ward *et al.*, 2007): (1) os programas de tratamento devem ter uma orientação cognitivo-comportamental; (2) devem ser altamente estruturados especificando-se os objetivos e tarefas a serem abrangidos em cada sessão; (3) devem ser

implementados por profissionais treinados, qualificados e supervisionados de forma apropriada; (4) deve-se assegurar a integridade do tratamento através da aplicação pretendida do programa; (5) deve ser baseado no manual; e, por fim, (6) deve ser realizado com pessoal comprometido com os ideais de reabilitação.

O que se revela essencial para melhor se compreenderem os mecanismos de mudança, através dos quais o comportamento indesejado dos indivíduos pode ser alterado (Lipsey & Cullen, 2007).

É com base no exposto que o modelo RNR e as abordagens cognitivo-comportamentais são considerados pela evidência empírica como sendo os mais eficazes na alteração do comportamento (McGuire, 1995).

#### Modelo RNR

O movimento *what works*, já abordado anteriormente no decorrer da investigação, trouxe contributos como o modelo RNR, proposto por Andrews, Bonta e Hoge em 1990 e é considerado pela evidência empírica, até hoje, como um dos modelos mais eficazes na reabilitação de ofensores. É precisamente por esse motivo que o apresentaremos de seguida.

Como vemos o RNR não nasceu, deste modo, no vazio - surge como uma reação à abordagem punitiva que predominava no sistema de justiça e é produto de uma década de procura incessante de conhecimento sobre a eficácia dos programas de reabilitação. Concretamente, deveu-se ao decorrer de uma série de meta-análises levadas a cabo por Andrews e seus colegas, no sentido de deitar por terra a ideia de Martinson (1974), que foi generalizada para todos os contextos, de que nada funcionava, tal como já tínhamos constatado anteriormente (Bonta & Andrews, 2007; Ward *et al.*, 2007).

Contextualizando, acontece que após o contributo de Martinson se iniciaram um conjunto de investigações no sentido de comprovar e atestar a viabilidade dos mesmos, tendo constatado a existência de falhas nos seus escritos, dado que os trabalhos que lhe estavam subjacentes não eram, por si só, rigorosos (Andrews & Bonta, 2006; McGuire, 1995). Aliás, anos mais tarde, o próprio Martinson reformula a sua perspetiva, adapta-se

e admite que, se por um lado, alguns programas não funcionam, como a punição que aumenta a reincidência, por outro, existiam os que eram eficazes (Andrews & Bonta, 2006; Bonta & Andrews, 2007; McGuire, 1995). Reviravolta, esta, largamente ignorada devido a inúmeros interesses: no caso da Criminologia, a corrente criminológica dominante era a sociológica, isto é, procurava a explicação do crime não nas características individuais, mas sim na sociedade; o mesmo pode ser aplicado ao contexto da política, em que a Esquerda deixou de apoiar a reabilitação, em detrimento da punição dos ofensores (Andrews & Bonta, 2006).

*Os métodos de reabilitação tendem, de forma alargada, a não reabilitar* (Pitts *cit in* McGuire, 1995, pp.5) foi escrito quase vinte anos após as primeiras conclusões de Martinson, de que nada resultava. Por outro lado, tantos outros investigadores continuaram a realizar estudos com o intuito de contrariar esta ideia, tais como Gendreau & Ross, Palmer (*cit in* Andrews & Bonta, 2006), Blackburn e Thornton (*cit in* McGuire, 1995).

Traçando o percurso para o que nos interessa, uma conclusão extremamente pertinente e sensata retirada nesta altura foi a de que alguns programas e abordagens resultariam de acordo com determinados tipos de ofensores. O que, inerentemente, pressupõe uma promessa razoável de reabilitação (Palmer *cit in* Andrews & Bonta, 2006). O que, por outras, resulta numa maximização das hipóteses de resultados satisfatórios ao existir uma preocupação na adequação/classificação tanto dos programas como dos clientes: ao fazer-se corresponder, portanto, o tipo de cliente ao tipo de tratamento (Andrews & Bonta, 2006).

Andrews, Lipsey e seus colaboradores concluíram que modelos psicoterapêuticos, modelos médicos e punição não eram eficazes ao nível da reabilitação dos delinquentes; classificação do risco (correspondência entre o risco do ofensor e o grau de serviço), intervenção sobre as necessidades criminógenas, responsividade (modelos adequados às características dos indivíduos), programas baseados na comunidade (maior proximidade ao meio do indivíduo), modalidade de tratamento (programas multimodais com conteúdos orientados para as competências e que usam métodos cognitivo-comportamentais) e a manutenção da integridade dos programas (depende da equipa de técnicos) eram os mais eficazes (Andrews, 2006; McGuire, 1995; Taxman *et al.*, 2006; Ward *et al.*, 2007). O RNR, baseando-se em alguns destes métodos, apresenta-se como

um modelo com eficácia na redução da reincidência (Andrews, Bonta & Wormith *cit in* Fretz, 2006).

São os modelos que servem de base ao RNR o *Psychology of Criminal Conduct*, o *General Personality and Social Psychological Perspective on Criminal Conduct*, o *Personal Interpersonal Community-Reinforcement*, e o *General Personality and Social Cognitive Learning*.

Com base nestes pressuposto, este modelo de intervenção, tal como o nome assim o sugere, assenta em, essencialmente três princípios: (1) risco, (2) necessidades e (3) responsividade (Andrews, Bonta & Hoge *cit in* Andrews & Bonta, 2006). Porém, outros princípios foram sendo incorporados com vista a melhorar e fortalecer o modelo, almejando intervenções mais eficazes (vide anexo 2). Destacamos o princípio das ligações na comunidade que coloca em relevo a importância dada ao estabelecimento de um trabalho em rede em que se promova a colaboração e o respeito mútuo. Todavia, debruçar-nos-emos apenas nos três grandes princípios basilares do modelo (Andrews & Bonta, 2006; Bonta & Andrews, 2007).

O primeiro princípio, o princípio do risco, significa que (1) o comportamento criminal é passível de ser previsto com base em certos fatores de risco (que podem ser estáticos, ex. antecedentes criminais, ou dinâmicos, ex. abuso de substâncias), e que (2) as estratégias a aplicar devem ser adequadas ao risco de reincidência que o ofensor compreende, ou seja, a redução do risco de reincidência é possível caso o tratamento prestado seja proporcional ao risco do infrator reincidir. Deste prisma, as estratégias de tratamento intensivas e extensivas devem ser empregadas apenas nos casos de elevado risco, sendo que a possibilidade de delinquentes de baixo risco serem submetidos a tratamentos intensivos podem ter, inclusivamente, efeitos indesejados, tais como o aumento do risco de reincidência (Andrews & Bonta, 2006; Andrews & Bonta *cit in* Fretz, 2006; Bonta & Andrews, 2007; Ward *et al.*, 2007). A diferenciação do risco revela-se, deste modo, fundamental para a escolha e consequente eficácia do tratamento (Bonta & Andrews, 2007).

Em suma, este princípio apresenta-se como “a ponte entre a avaliação e o tratamento eficaz” (Andrews & Bonta, 2006, pp. 279).

Quanto ao princípio da necessidade, refere-nos que os alvos das intervenções devem incidir apenas sobre as necessidades criminógenas, isto é, os fatores dinâmicos e

suscetíveis de serem alterados, que podem estar ou não diretamente relacionados com o crime. Ou seja, a importância deste tipo de necessidades prende-se com o facto de estas serem mutáveis (fatores de risco dinâmicos) e de estarem intrinsecamente ligadas ao comportamento delituoso e, por isso, associados à possibilidade de redução da reincidência (Andrews & Bonta 2006; Bonta & Andrews, 2007; Ward *et al.*, 2007). Estas podem ser encontradas sob a forma de preditores criminais nos *Central Eight*, à exceção do histórico de comportamentos antissociais (Consultar anexo 1) (Andrews & Bonta; Andrews *et al. cit in* Bonta & Andrews, 2007; Gendreau & Andrews *cit in* Fretz, 2006).

Em síntese, será a avaliação das diferentes necessidades que irá orientar a direção das intervenções (Bonta & Andrews, 2007; Taxman *et al.*, 2006).

Por último, é de apontar o princípio da responsividade. Este remete-nos para a importância de conceber programas de acordo com aquelas que são as especificidades do indivíduo: as suas capacidades e estilos de aprendizagem, os seus níveis de motivação, os seus valores (Andrews & Bonta, 2006; Bonta & Andrews, 2007; Fretz, 2006; Ward *et al.*, 2007; McWhinnie, 2006). A ideia latente, no fundo, prende-se com o facto dos indivíduos não serem todos iguais, de que é necessário considerar a dinâmica de cada um (Bonta *cit in* Fretz, 2006).

Para além disso, a responsividade pode subdividir-se em duas categorias: a geral e a específica (Bonta & Andrews, 2007; Fretz, 2006). Relativamente à primeira, esta está associada ao uso do programa de tratamento correcional mais eficaz para alterar as necessidades criminógenas dos delinquentes (Fretz, 2006), diz respeito às intervenções cognitivas da aprendizagem social que, para além de serem aquelas que tem demonstrado empiricamente uma maior eficácia, pretendem ensinar aos indivíduos novos comportamentos (Bonta & Andrews, 2007). A específica, refere-se à prestação de serviços de acordo com as características individuais do ofensor (fatores sociológicos, biológicos e de personalidade), tais como o género, a linguagem, a etnia ou a motivação (Fretz, 2006; Ward *et al.*, 2007). Esta responsividade específica revela-se não só complementar, como imprescindível, pois permite um adequar do tratamento ao sujeito, através de um olhar sobre as suas idiossincrasias. Pode-se dizer que ocorre um *fine tuning*<sup>20</sup> (Bonta & Andrews, 2007; Fretz, 2006; Ward *et al.*, 2007).

---

<sup>20</sup> Um aperfeiçoamento da intervenção cognitivo-comportamental.

Através de um desenho experimental, Bonta *et al.* (2010 cit in Durnescu, 2012) demonstram, ainda, que os técnicos com treino na aplicação dos princípios risco-necessidades-responsividade são mais eficazes do que os restantes. Sucede, deste modo, um retorno ao juízo profissional (1ª geração de instrumentos), mas que agora decorre de forma estruturada. Esta flexibilidade profissional denota grande relevância do ponto de vista prático, uma vez que permite que cada tratamento seja adequado a cada caso (Andrews, 2006).

Assim, o modelo RNR não só contribui para o desenvolvimento de instrumentos de avaliação de risco, como também fornece informação importante e útil para o tratamento de ofensores (Bonta & Andrews, 2007).

Por ser um modelo de predição e por classificar os delinquentes para o tratamento mais adequado, o RNR operacionaliza-se em diferentes modelos e metodologias, com vista a atingir os melhores resultados quanto possíveis. No sentido de uma melhor compreensão, iremos enumerar algumas das metodologias que são usadas para avaliar e para intervir nos delinquentes após serem classificados mediante os princípios do risco, necessidade e responsividade, previamente explicados.

A avaliação deve ser adequada e compreensiva e incluir variáveis que a investigação determinou como preditivas da reincidência (Ward *et al.*, 2007). Assim, destacam-se os instrumentos *Level of Service Inventory – Revised* e o *Level of Service/Case Inventory Management* como dos melhores avaliadores dessas mesmas variáveis.

Quanto ao primeiro, o *Level of Service Inventory – Revised*, tem sido apontado pela evidência empírica como o melhor preditor da conduta criminal (Andrews & Bonta, 2006). É um instrumento de 3ª geração, desenvolvido em 1995 por Andrews & Bonta, composto por cinquenta e quatro tópicos que avaliam uma série de fatores estáticos e dinâmicos associados à conduta criminal, como é o caso da história criminal, da educação, da situação de emprego, família, uso de álcool e drogas, amizades, problemas emocionais e atitudes perante a ofensa (ver anexo 1). Este instrumento mede o risco e determina a *dose* necessária de tratamento (Ward *et al.*, 2007).

A reavaliação dos riscos/necessidades do ofensor deve ocorrer em intervalos discretos a fim de se poder delinear o seu progresso (Fretz, 2006).

No que diz respeito ao segundo, o *Level of Service/Case Inventory Management*, é um instrumento de 4ª geração de avaliação de risco que apresenta uma abordagem sistemática e abrangente. A avaliação não se fica pela adesão ao princípio do risco e pelo sinalizar das necessidades criminógenas, ele reconhece também o papel das forças individuais na construção de uma orientação pró-social, a avaliação de fatores de responsividade específicos para maximizar os benefícios do tratamento, e o acompanhamento estruturado do caso desde o início até ao fim da intervenção.

Recobrando desta forma os três grandes princípios de intervenção eficaz (risco, necessidade, responsividade), o *Level of Service/Case Inventory Management* traz de novo, quanto ao *Level of Service Inventory – Revised*, a vinculação/integração entre a avaliação e a gestão de casos, permitindo a utilização de métodos adequados a cada indivíduo para se alcançarem os objetivos (Andrews & Bonta, 2006; Bonta & Andrews, 2007).

Sintetizando, o modelo RNR pretende combater a noção que se tinha instaurado de que nada funcionava, almeja encontrar, portanto, sucesso na reabilitação (Andrews, Bonta, & Wormith, 2011). Objectivo aparentemente conseguido: na realidade, várias são as meta-análises que sugerem que as intervenções baseadas neste modelo estão associadas a maiores taxas de sucesso na diminuição da atividade criminal (Durnescu, 2012).

Em suma, *o princípio do risco diz quem deve ser tratado (ofensores de alto risco), o princípio da necessidade diz o que deve ser tratado (necessidades criminógenas) e o princípio da responsividade ajuda a determinar como tratar* (Bonta & Andrews, 2007, pp.11).

Complementarmente, acrescentam Gendreau e colaboradores (1993) que programas como o *Intensive Probation Supervision* demonstraram que a supervisão qualificada dos técnicos e o facto de estes mesclarem a questão legal com a questão social apresentava menores taxas de reincidência nos ofensores (McGuire, 1995). Assim, foi lançado o alerta para a necessidade de técnicos num modelo de intervenção com delinquentes, já que são modelos pró-sociais para os indivíduos, bem como se evidenciou



que a boa relação que estes estabelecem com os ofensores influencia os resultados (Andrews & Bonta, 2006; McGuire, 1995).

Como foi referido inicialmente, além destas metodologias, utilizadas na avaliação, existem outras que, para além de avaliarem, são utilizadas, complementarmente ao modelo RNR, a nível da intervenção dos ofensores, de modo a ajudarem a minimizar o comportamento criminal, tal como o Modelo Cognitivo-Comportamental.

### Modelo Cognitivo-Comportamental

As abordagens Cognitivo-comportamentais são, igualmente, tidas como das mais eficazes na prevenção da reincidência criminal. As meta-análises, de um modo geral, revelam uma eficácia significativa da terapia cognitivo-comportamental na redução da reincidência (Bourgon, Gutierre, & Ashton, 2001; Durnescu, 2012; Landenberger & Lipsey, 2005; Lipsey, Chapman e Landenberger, 2001). Particuplarmente, Lipsey, Chapman e Landenberger (2001) levaram a cabo uma meta-análise de quatorze estudos realizados nos EUA e no Canadá, no qual concluíram que os ofensores que frequentaram o programa de cariz cognitivo-comportamental reincidem três vezes menos do que o grupo de controlo.

É por esse motivo que, juntamente com o RNR, iremos explorar esta abordagem.

Modelo caracterizado por uma terapia de curta duração, aplicável a grupos de ofensores e económica, uma vez que procura intervir sobre as áreas prioritárias que tenham influência sobre o comportamento criminal.

Uma das premissas base do Modelo Cognitivo-Comportamental assenta no pressuposto de que os défices comportamentais e as distorções são aprendidos e não algo inato, ou seja, acredita-se que o indivíduo é dotado de livre-arbítrio e, portanto, o seu comportamento é passível de ser alterado. Extrapolando o raciocínio para o objecto de estudo em questão, é assumida como uma das características típicas do ofensor crónico precisamente a cognição distorcida, que compreende o pensamento autojustificativo, incorreta interpretação das pistas sociais, entre outros (Beck, 1999; Dodge, 1993; Walters, 1990; Walter & White, 1989; Yochelson & Samenow, 1976 *cit in* Lipsey, Chapman, &

Landenberger, 2001), funda-se, assim, na assunção de que a atividade criminal deriva de padrões disfuncionais de pensamento (Milkman & Wanberg, 2007).

Os programas desenvolvidos no âmbito desta terapia enfatizam a responsabilidade individual, bem como a capacidade de compreensão dos pensamentos e escolhas que precedem o acto criminal. O primeiro passo a efetuar debruça-se sobre a auto monitorização do pensamento. Uma vez que, ao possuir estas alterações no plano cognitivo, o sujeito ofensor poderia reagir face a estímulos benignos como se tratassem de situações ameaçadoras, ou ainda possuir visões de si mesmos e dos outros que justificam o seu comportamento antissocial (Lipsey, Chapman, & Landenberger, 2001). Posto isto, numa fase subsequente, procura-se ajudar os ofensores a identificar e corrigir padrões de pensamento tendenciosos, arriscados ou deficientes.

Aponta-se ainda que estes indivíduos possam possuir competências cognitivas deturpadas no que diz respeito à *projeção de planos a longo prazo, resolução de problemas, e tomada de decisões que contribuem para um comportamento desadaptado e rígido. Os tratamentos cognitivo-comportamentais para ofensores foram desenhados para corrigir estes padrões de pensamento disfuncionais e criminógenos, sendo o propósito que os ofensores desenvolvam padrões mais adaptativos de razão e reação em situações que acionam o seu comportamento criminal; ou para monitorizar os seus padrões automáticos de pensamento em situações em que tendem a reagir com violência* (Lipsey, Chapman, & Landenberger, 2001, pp. 145).

As intervenções cognitivo-comportamentais aplicam um conjunto de técnicas, como a *dessensibilização sistemática*<sup>21</sup>, destinadas a reestruturarem as cognições nas áreas em que os pensamentos são enviesados ou distorcidos, como a desenvolverem competências nas áreas em que os ofensores apresentam défices (Lipsey & Landenberger, 2006; Lipsey, Landenberger & Wilson, 2007). Para além da reestruturação cognitiva, esta corrente teórica apoia-se noutro princípio basilar, que consiste no treino de competências<sup>22</sup> sociais e interpessoais. Almeja-se fomentar competências como: a resolução de problemas interpessoais (através da recolha da informação, do

---

<sup>21</sup> *Dessensibilização sistemática* consiste na construção de situações desencadeadoras de medo e de ansiedade no paciente, evoluindo num crescendo de intensidade. O paciente é convidado a imaginar um cenário que suscite algum tipo de ansiedade, permitindo-lhe experienciar o evento desagradável (via imaginária) e mais tarde, testar as suas reações *in vivo*. Nesta técnica examina-se as distorções e treina-se a capacidade do indivíduo para diferenciar ideias racionais de irracionais (Beck, 1991).

<sup>22</sup> A competência é um padrão organizado ou sequência de respostas (Sartain, 1973).

desenvolvimento de soluções alternativas e da avaliação das consequências), pensamento abstrato, estabelecimento de objetivos a longo prazo, tomada de perspectiva do outro, comunicação, assertividade<sup>23</sup>, relacionamento e gestão de raiva/agressividade<sup>24</sup>. Pois, mais uma vez, a abordagem cognitivo-comportamental preconiza que estes défices cognitivos ou características comportamentais não são inerentes, mas sim aprendidas (Lipsey, Chapman, & Landenberger, 2001). O mesmo que dizer que é possível modificar aspetos antissociais da personalidade e do comportamento dos ofensores, ao alterar a rotina de interpretações desacertadas dos diversos eventos da vida (Milkman & Wanberg, 2007).

Neste tipo de programas utilizam-se estratégias como o *role-play* no sentido de trabalhar mecanismos de *coping*, aumentando assim a sua capacidade de lidar com situações que propiciam o comportamento criminal (Lipsey, Chapman & Landenberger, 2001; Lipsey & Landenberger, 2006; Lipsey, Landenberger & Wilson, 2007; Thigpen *et al.*, 2006). No entanto, no contexto judiciário não basta intervir ao nível das competências interpessoais e das cognições do sujeito, sendo imperativo efetuar-se um treino de competências pró-sociais, no sentido de tornar o indivíduo moralmente responsável, capaz de viver em harmonia na comunidade, sentir empatia e preocupação com o bem-estar e segurança dos que o rodeiam<sup>25</sup>.

Estes programas diferem consoante a problemática a que se aplicam, sendo adaptáveis a diferentes contextos e situações pois embora este programa tenha sido criado para ofensores, o mesmo não se restringe ao contexto criminal, podendo estender-se a uma variedade de comportamentos antissociais. No fundo, trata-se de uma forma de munir os indivíduos das competências pró-sociais necessárias para evitarem futuros problemas ou para lidar com eles da melhor forma (Thigpen *et al.*, 2006). No entanto, no contexto de justiça os principais programas deste modelo aplicados são: *Reasoning and Rehabilitation (R&R e R&R2)*, *Moral Reconation Therapy (MRT)*, *Thinking for a change (T4C)*, *Relapse Prevention therapy (RPT)*, *Aggression Replacement Training (ART)* e *Criminal Conduct and Substance Abuse Treatment: Strategies for Self-Improvement and*

---

<sup>23</sup> No treino da assertividade trabalha-se com o indivíduo no sentido de o tornar mais assertivo nas situações interpessoais que o incomodam. O processo subjacente é o *contra condicionamento*, no qual se procura dissociar o estímulo da resposta habitual (Beck, 1991).

<sup>24</sup> Pretende-se que os agressores consigam monitorizar padrões de comportamento e pensamentos automáticos que influenciam a reação. O objetivo é que o indivíduo substitua interpretações enviesadas e encare o comportamento dos outros como sendo não hostil.

<sup>25</sup> Vide anexo 3.

*Change*. Porém, Pearson *et al.* (2002) chamam a atenção para a necessidade de implementar o programa em contextos não institucionais.

De todos, por considerarmos o mais adequado ao nosso objecto de estudo, focar-nos-emos no programa Reasoning and Rehabilitation (R&R), que foi desenvolvido por Ross e Fabiano, em 1985.

Composto por trinta e cinco sessões, que variam entre os noventa e cento e vinte minutos, o R&R parte do fundamento que os ofensores sofrem de défices cognitivos e sociais, daí o seu comportamento resultar na infracção à lei.

O R&R resulta da ideia, por parte dos autores, de fornecer um programa que pudesse ser aplicado simultaneamente aos programas com os quais os indivíduos já estivessem a participar e, por isso, vai beber também deste conhecimento e resulta num aperfeiçoamento de métodos e de técnicas que se provaram ser eficazes.

Numa fase inicial, procura-se encorajar os indivíduos a aceitar os seus problemas, só desta forma é possível iniciar a aquisição de competências pró-sociais. Processo em torno dos seguintes eixos: o aumento do autocontrolo, a resolução de problemas interpessoais, bem como a adoção de perspectivas sociais e de atitudes pró-sociais. Pretende-se que os sujeitos sejam capazes de antecipar as consequências das suas ações e, posteriormente, que sejam capazes de conceptualizar e executar padrões alternativos de comportamentos. Na prossecução de tais fins são utilizadas técnicas como a discussão de grupo ou exercícios de raciocínio (Thigpen *et al.*, 2006).

O programa está estruturado em torno de sete módulos: resolução de problemas, competências sociais, competências de negociação, gestão das emoções, pensamento criativo, assimilação de valores e raciocínio crítico<sup>26</sup> (English, Woodward & Ashlstrom, 1996).

Posteriormente, em 1996, no sentido de corrigir a versão anterior que não permitia aceder às necessidades e aos fatores contextuais do grupo alvo da intervenção, surge o R&R 2 aplicado por Ross e Hilborn numa versão especializada para adultos que tinham sido encaminhados para os serviços de *probation* ou para as instâncias de justiça criminal. O R&R 2 destina-se a pequenos grupos de indivíduos, compostos por quatro a dez elementos, administrado em quinze sessões. Neste programa as sessões devem ser

---

<sup>26</sup> Consultar anexo 3.

flexíveis, variando entre duas a três sessões de noventa minutos por semana. Para esta edição relevam variáveis como a idade, o sexo, a natureza do comportamento antissocial, o risco de reincidência e a cultura.

Mais uma vez, tal como vimos em relação ao modelo RNR, também aqui os autores enfatizam o princípio do risco, apelando para a necessidade de diferenciação dos sujeitos de acordo com o seu nível de risco (baixo, moderado ou elevado), devido à possibilidade de modelagem do comportamento criminal. Este aspecto é do maior interesse uma vez que constatamos anteriormente na presente investigação que uma das críticas atribuídas às medidas privativas da liberdade são os efeitos perversos do convívio com outros reclusos onde se aprendem técnicas do crime, onde o espectro de conhecimento relacionado com o cometimento de infracções aumenta, assim sendo, é fundamental destacar esta característica do programa, da separação dos indivíduos em função das suas necessidades, para que os ofensores de baixo risco adquiram competências para viver em sociedade de forma normativa, evitando, deste modo, o contato com ofensores de alto risco.

No sentido de atestar a eficácia do R&R, Wilson, Bouffarde e Mackenzie (2005) efetuaram uma revisão de sete estudos, nos quais concluíram que o *R&R* tem efeitos positivos na redução da reincidência, de forma particular em ofensores de alto risco.

Também Tong e Farrington (2008) efetuaram uma meta-análise, na qual avaliaram dezanove programas realizados no Reino Unido, Canadá e Estados Unidos. No que se refere aos resultados, a maioria dos programas demonstra ser eficaz, uma vez que a média de redução da reincidência é de 14%, comparativamente ao grupo de controlo. Além disso, a destacar, esta meta-análise sugere que o *R&R* é igualmente eficaz em contexto institucional e em comunidade. Numa outra perspectiva, conclui que a voluntariedade dos sujeitos de intervenção não influencia os resultados e que o *R&R* tem resultados mais satisfatórios em ofensores de baixo risco, na medida em que estão menos propensos a desistir do programa. Os investigadores também procederam à comparação dos resultados entre os vários países, constatando-se que Canadá teve melhores resultados, em oposição aos EUA.

Considera-se ainda bastante pertinente a análise de um outro estudo relativo à avaliação da eficácia do programa cognitivo-comportamental para ofensores adultos correntemente em *probation*, *Thinking for a Change* (T4C). Este estudo avalia a eficácia

do Programa Cognitivo-Comportamental, T4C, do *National Institute of Corrections*, quer em termos de reincidência, quer capacidades e pensamentos criminais (Golden, 2002). No fundo, o que é pretendido é avaliar-se o impacto do programa cognitivo-comportamental em indivíduos em regime de *probation*.

Analisaram-se para este caso os resultados relativamente aos efeitos ao nível da reincidência, sendo que estes se basearam numa amostra de cento e vinte indivíduos. De acordo com o *follow up*, a percentagem de indivíduos no grupo de tratamento foi de 13,2%, face a 18,2% para o grupo de indivíduos que abandonou o tratamento e 20% para o grupo de controlo. No que concerne às violações da *probation* verifica-se novamente uma percentagem inferior para o grupo de tratamento.

Em suma, pode dizer-se que há uma tendência, considerando a reincidência, para uma diminuição das novas ofensas ou violações da *probation* para indivíduos que são submetidos ao tratamento cognitivo-comportamental (Golden, 2002).

#### Importância do técnico e dos serviços de reinserção

Um aspeto que merece a nossa atenção por ser mencionado como determinante na eficácia de qualquer um dos programas prende-se com a *administração* do mesmo, isto é, com a importância do papel do técnico, que não só não é negligenciada, como se revela decisiva na eficácia do programa (entenda-se como a redução da reincidência criminal). A aliança terapêutica e as características individuais do técnico, tais como a escuta reflexiva, a empatia ou a aceitação incondicional, são apontadas como fundamentais (Thigpen *et al.*, 2006).

*Para alcançar a segurança pública, os técnicos definem dois objetivos a longo prazo: redução de risco/necessidades e responsabilização dos ofensores* (Schwalbe, 2012, pp. 191). O que, por outras, significa dizer que os técnicos dos serviços de reinserção são responsáveis por uma vasta série de funções e tarefas, requeridas pelo tribunal e por agências associadas com a finalidade de prevenir a reincidência. Na

realidade, visando os grandes objetivos sociais e organizacionais, o trabalho destes serviços consiste em *reabilitar, punir, controlar, mudar e gerir* (Geiran, 2011, pp. 19).

É com base no *background* recolhido, confirmado pela recente teoria da desistência, que a finalidade última consiste em ajudar os ofensores a desistir do crime, evitando a reincidência com o recurso de métodos testados e aprovados pela investigação moderna, exemplo disso são os que mencionamos no capítulo anterior. Actualmente o procedimento realizado pelos serviços de reinserção social, passa por *ajudar, guiar, aconselhar e ensinar os ofensores. Isto envolve falar, ouvir, direccionar, controlar, monitorizar, avisar, avaliar e reavaliar de forma contínua* (Geiran, 2011, pp. 19).

Para isso, Durnescu (2012) procura demonstrar qual a importância relativa das características dos técnicos, das suas capacidades e dos programas desenvolvidos, no que respeita aos serviços de *probation*. O autor define as características como *qualidades ou traços de personalidade que podem ser considerados como intrínsecas ao técnico que são relevantes para a sua profissão, enquanto as capacidades seriam organizações complexas do comportamento, redireccionadas para um objectivo, que podem ser aprendidas e aperfeiçoadas através de orientação e experiência*. (Durnescu, 2012, pp. 194). Assim, a função dos técnicos de reinserção social passa pela personificação de um *significant other*, isto é, de uma pessoa pró-social, capaz de direccionar, apoiar e encorajar a mudança dos ofensores no sentido de, num ambiente favorável ao delinquente, trabalhar para que este, mediante o seu esforço, possa controlar os seus comportamentos e (re)defini-los em concordância com a sociedade.

De acordo com a meta-análise de Lipsey e Landenberger (2006), constituída por catorze estudos, onde se procurava observar as diferenças entre os projetos R&D<sup>27</sup> e as práticas rotineiras<sup>28</sup>, os tratamentos implementados no quadro de projetos R&D apresentam maior impacto do que aqueles implementados nas práticas rotineiras.

Comparando o grupo de controlo com uma média de reincidência de 45%, os ofensores dos projetos R&D reincidiram apenas cerca de 23%, já os ofensores sujeitos a tratamentos no quadro das práticas rotineiras reincidiram cerca de 40%. Assim, no caso

---

<sup>27</sup> Tratamento administrado com o objetivo de investigação, no qual os investigadores escolhem os técnicos para implementarem o programa, sendo estes treinados e supervisionados.

<sup>28</sup> Implementados pelas agências de justiça criminal, no qual o investigador não contacta com os ofensores, nem supervisiona os técnicos.

dos projetos R&D a reincidência decresce 49%, enquanto que nas práticas rotineiras só diminui 11%.

O papel do técnico passa pela estimulação e motivação dos ofensores para a mudança e pela colaboração na construção de um contexto social que atenda às necessidades exigidas. É com o objectivo de perseguir este fim que são, de acordo com uma série de estudos, fornecidas recomendações sobre as competências exigíveis aos técnicos que pretendam aplicar estes programas, tais como a capacidade de se relacionarem empaticamente com os ofensores mantendo a disciplina, de confrontar os agressores sem adoptar uma atitude de superioridade, utilização de competências verbais acima da média, resolução de problemas, raciocínio lógico e racional, abertura a novas ideias, aceitação incondicional ou ainda a sensibilidade para trabalhar em dinâmicas de grupo. Os técnicos dispõem, ainda, de liberdade para adicionar ou modificar o programa de acordo com as especificidades dos ofensores (Andrews & Bonta, 2006; Bonta & Andrews, 2007; Lipsey, Chapman, & Landenberger, 2001).

Importa notar também que a abordagem do técnico no contacto direto com os ofensores depende se estes *se encontram numa fase de encaminhamento, de avaliação, de criação de um plano de manutenção, de supervisão/intervenção, ou numa fase final* (Geiran, 2011, pp. 14), isto é, varia consoante a fase em que o delinquente se encontra.

Concluindo, numa óptica do papel do técnico de reinserção social, a importância das características predominou nos primórdios da história da *probation*, tendo vindo a diminuir desde a profissionalização e a época do *casework* e diagnóstico, desaparecendo quase por completo no período do *nothing works* e início do *what works*; no paradigma da desistência as características dos técnicos voltam a ganhar relevo. As capacidades dos técnicos assumem uma crescente importância na era da profissionalização, seguida de uma diminuição de atenção durante a época pessimista, tendo regressado nos movimentos mais recentes – *what works* e paradigma da desistência. Por sua vez, era igualmente atribuída uma importância reduzida aos programas, durante os primeiros anos de história da *probation*, tendo aumentado desde a profissionalização da atividade (Durnescu, 2012).

Por outro lado, enfatizando as finalidades dos serviços de reinserção social, estes tendem cada vez mais a recorrer ao tratamento reabilitativo, sendo que este é *distinguido das sanções correcionais pela centralidade das intervenções com os ofensores e implica a motivação, orientação e suporte nas mudanças estruturais das características ou*



*circunstancias asociadas ao comportamento criminal* (Lipsey & Cullen, 2007, pp. 302). O que, por outras, corresponde a afirmar na perspectiva de Purkiss e seus colaboradores (2003) que, ao longo do tempo, existiu um maior investimento nas tarefas descritas como reabilitativas, ou seja, o aconselhamento, o apoio na reinserção, entre outras, em detrimento de mecanismos de controlo de aplicação da lei, isto é, a supervisão ou a vigilância.

Em suma, o foco está na mudança do indivíduo e não no desperdício de recursos de aprisionamento e vigilância (Priestley & Vanstone, 2006). E o entrave à prossecução de tais fins prende-se com o facto de nem sempre os técnicos desempenham os papéis que lhes são atribuídos (Purkiss, 2003). Não significa isto que a missão ou objetivo sejam subvertidos, contudo, o desempenho profissional é influenciado por variáveis como o treino do técnico, a sua experiência e toda uma panóplia de fatores. Portanto, nem sempre o que é definido pela evidência empírica como mais eficaz é o que se aplica na real intervenção com os ofensores (Geiran, 2011).

O CCB consubstancia-se num conceito criminológico que surge da necessidade de desconstruir o enlace criado entre criminalidade e pobreza. Assim, atribui um enfoque à franja de crimes praticados por indivíduos de elevado estatuto socioeconómico. Conceito lançado por Sutherland (1939), segundo o qual pressupõe a existência de um crime, cometido por pessoas respeitáveis, com elevado estatuto social, no exercício da sua profissão, ocorrendo, em regra, uma violação de confiança.

Partindo desta definição muitas críticas surgiram, bem como redefinições e aperfeiçoamentos associados também à evolução da sociedade eminentemente globalizante e de carácter reflexivo. É com o avançar do interesse pelo tema que surgem estudos que concluem que este tipo de crimes são acompanhados de particulares características, como o facto de estes atos serem encobertos com atividades legítimas, os seus ofensores serem tendencialmente mais velhos, casados, com um emprego estável e perspetivados (tanto por si próprios, como pela restante sociedade) como normativos, ou a dificuldade acrescida em relação a estabelecer nexos causais, devido às vítimas indiretas e ao desfasamento espacial e temporal entre um acontecimento e outro (o ato e a vitimação), ou mesmo o acrescido número de cifras negras uma vez que estas questões contribuem para a dificuldade em medir os danos deste tipo de criminalidade, já que o mesmo é pouco reportado.

Por outro lado, importa ressaltar que não apenas estas questões de (re)definição dos conceitos, como o facto de não se deverem prender a um conceito meramente jurídico (uma vez que se altera ao longo do tempo, ou de país para país), são importantes de estabelecer devido à comparabilidade entre estudos. É considerando esta advertência que deverá ser lido o segundo capítulo, onde é realizada uma análise ao sistema sancionatório português e onde são apuradas as finalidades das penas no sentido de se perceberem se estas são cumpridas nas medidas principais aplicadas, com especial enfoque na pena de prisão.

Cumprirá a pena de prisão a finalidade de, para além de punir, reintegrar o agente na sociedade? Concluímos que não.

Percebemos, com a realização da presente investigação, que as hipóteses ganham aqui terreno uma vez que, atendendo aos estudos que pretendem deslindar a eficácia destas medidas, os resultados não são consensuais, mas, ainda assim, não obstante determinadas investigações demonstrarem resultados mais céticos face à eficácia das medidas alternativas, as revisões sistemáticas elaboradas mais recentemente nos indicarem que, quando acompanhadas de programas de reabilitação, estas apresentam capacidade para reduzir a reincidência e promover a segurança pública<sup>29</sup>. Esta questão levou-nos aos recursos que têm demonstrado um maior sucesso na diminuição das taxas de reincidência dos ofensores, são eles: os programas elaborados de acordo com o modelo RNR, que atendem aos princípios do risco, necessidade e responsividade, bem como aqueles que recorrem a uma abordagem Cognitivo-comportamental, desenhados de forma a corrigir padrões de pensamento disfuncionais e criminógenos.

Todavia, apesar dos resultados positivos oferecidos pelos programas de reabilitação, temos vivido recentemente um período demarcado por um movimento tendencialmente punitivo, pelo que um abundante número de ofensores não é sujeito a qualquer tratamento<sup>30</sup>, o que impele a que haja uma maior adequação da prática ao que a evidência empírica indica como mais promissor para a reabilitação dos ofensores.

---

<sup>29</sup> (Lipsey & Cullen, 2007).

<sup>30</sup> (Tewksbury *et al.*, 2000 *cit in* Lipsey & Cullen, 2007).



## Bibliografia Consultada

---

Agnew, R. (1992). Foundation for a general strain theory of crime and delinquency. *Criminology*, 30(1), 47-87.

Agra, C. D. (2001). Elementos para uma epistemologia da criminologia. *Estudos em comemoração dos cinco anos (1995-2000) da Faculdade de Direito do Porto*.

Agra, C. & Kuhn, A. (2010). Somos todos criminosos? Pequena introdução à criminologia e ao direito das sanções. Alfragide: Casa das Letras.

Akers, R. & Sellers, C. (2004). *Criminological theories: Introduction, evaluation, and application* (4th ed.). Los Angeles, CA: Roxbury.

Alalehto, T. (2003). Economic crime: Does personality matter?. *International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology*, 47(3), 1-22.

Alalehto, T. (2015). White collar criminals: the state of knowledge. *The Open Criminology Journal*, 8, 28-35.

Alalehto, T., & Larsson, D. (2012). Who is the economic criminal? : a comparison between countries and types of crime. *Sociologisk Forskning*, 49(1), 25-44.

Alalehto, T. I., & Persson, O. (2013). The Sutherland tradition in criminology: a bibliometric story. *Criminal justice studies*, 26(1), 1-18.

Alarid, L. F., Cromwell, P. F., & Carmen, R. V. (2010). *Community-Based Corrections*. Belmont CA: Cengage Learning

Allard, A. (1868). *Histoire de la justice criminelle du seizième siècle*. Hoste.

Andrade, M. D. C. (1998). Direito penal económico e europeu: textos doutrinários. *Coimbra: Ed. Coimbra, 1*.

Andrade, M. D. C., & Dias, J. D. F. (2013). Criminologia: O homem delinquente e a sociedade criminógena. *Coimbra: Coimbra Editora*.

Andrews, D., Bonta, J., & Wormith, J. S. (2011). The Risk-Need-Responsivity (RNR) Model : Does Adding the Good Lives Model Contribute to Effective Crime Prevention? *Criminal Justice and Behavior*, 735-755.

Apel, R., & Paternoster, R. (2009). Understanding “criminogenic” corporate culture: What White-Collar crime researchers can learn from studies of the adolescent employment–crime relationship. In *The criminology of white-collar crime* (pp. 15-33). Springer New York.

Applegate, B. K., Smith, H. P., Sitren, A. H., & Springer, N. F. (2009). From the Inside: The Meaning of *Probation* to *Probationers*. *Criminal Justice Review*, 34(1), 80-95.

Arneklev, B. J., Elis, L. & Medlicott, S. (2006). Testing the general theory of crime: comparing the effects of „imprudent behavior“ and an attitudinal indicator of „low self-control“. *Western Criminology Review*, 7(3), 41–55.

Arnulf, J., & Gottschalk, P. (2013). Heroic leaders as white-collar criminals: An empirical study. *Journal of Investigative Psychology & Offender Profiling*, 10(1), 96-113.

Babiak, P. & Hare, R. (2006). *Snakes in suits: When psychopaths go to work*. New York: HarperCollins.

Bachelard, G. (1968). *The Philosophy of No a Philosophy of the New Scientific Mind*.

Barnett, H. C. (1981). Corporate capitalism, corporate crime. *Crime & Delinquency*, 27(1), 4-23.

Baumol, W. (1990). Entrepreneurship: productive; unproductive; and destructive. *Journal of Business Venturing*, 11(1), 3-22.

Bauwens, A., & Egan, V. (2011). Are white-collar criminals a homogeneous or heterogeneous group?. *Home Team Journal, Behavioural Sciences in Home Team Operations*, 3, 91-101.

Beccaria, C. (2011). *De los delitos y de las penas*. Fondo de Cultura Económica.

Becker, G. S. (1968). Crime and punishment: an economic approach. *Journal of Political Economy*, 79(2), 169-217.

Becker, G. S. (1974). A Theory of Social Interactions. *Journal of Political Economy*, 82(6), 1063-1093.

Beleza, T. P. (1984). *Direito penal*.

Ben-David, S. (1991). Personality traits in white-collar offenders. *Medicine and Law*, 10(6), 527-536.

Benson, M. L. (1990). Emotions and adjudication: status degradation among white-collar criminals. *Justice Quarterly*, 7(3), 515-528.

Benson, M. L. (2002). *Crime and the life course: an introduction*. Los Angeles, CA: Roxbury.

Benson, M. L. (2013). Editors Introduction - White-collar crime bringing the offender back. *Journal of Contemporary Criminal Justice*, 29(3), 324-330.

Benson, M. L., & Cullen, F. T. (1988). The special sensitivity of white-collar offenders to prison: A critique and research agenda. *Journal of Criminal Justice*, 16(3), 207-215.

Benson, M. L., & Kerley, K. (2001). Life course theory and white-collar crime. In H. Pontell & D. Shichor (eds.), *Contemporary issues in crime and criminal justice: Essays in honor of Gilbert Geis* (pp. 121-136). Upper Saddle River, NJ: Prentice Hall.



Benson, M. L. & Moore, E. (1992). Are white-collar and common offenders the same? An empirical and theoretical critique of a recently proposed general theory of crime. *Journal of Research in Crime and Delinquency*, 29(2), 251– 272.

Benson, M. L. & Simpson, S. (2009). *White-collar crime: An opportunity perspective*. New York: Routledge.

Beirne, P., & Messerschmidt, J. W. (2011). *Criminology: A sociological approach*.

Berry, C. M., Ones, D. S. & Sackett, P. R. (2007). Interpersonal deviance, organizational deviance, and their common correlates: A review and metaanalysis. *Journal of Applied Psychology*, 92(2), 410–424.

Blickle, G., Schlegel, A., Fassbender, P. & Klein, U. (2006). Some personality correlates of business white-collar crime. *Applied Psychology: An International Review*, 55(2), 220- 233.

Bonta, J., & Andrews, D. A. (2007). *Risk-Need-Responsivity Model for Offender Assessment and Rehabilitation*. Canada: Her Majesty the Queen in Right of Canada.

Bottoms, J. S., Anthony, Farrall, S., McNeill, F., Priede, C., & Robinson, G. (2012). *The quality of probation supervision - a literature review*. Sheffield: Centre For Criminological Research.

Bouffard, J. A., & Muftic, L. R. (2007). The Effectiveness of Community Service Sentences Compared to Traditional Fines for Low-Level Offenders. *The Prison Journal*, 171-194.

Bourgon, G., Gutierrez, L., & Ashton, J. (2011). The Evolution of Community Supervision Practice: The Transformation from Case Manager to Change Agent. *Irish Probation Journal*, 8, 28-48.

Braithwaite, J. (1985). White collar crime. *Annual Reviews of Sociology*. 11, 11-25.

Braithwaite, J. & Geis, G. (1989). On theory and action for corporate crime control. In N. Shover & J. P. Wright (Eds.), *Crimes of privilege, readings in white-collar crime* (pp. 361-379). Oxford: Oxford University Press.

Brightman, H. (2009). *Today's White Collar Crime: Legal, Investigative and Theoretical Perspectives*. New York: Routledge.

Britt, C. L., & Gottfredson, M. R. (Eds.). (2003). *Control theories of crime and delinquency: Advances in criminological theory* (Vol. 12). New Brunswick, NJ: Transaction.

Brody, R. G., & Kiehl, K. A. (2010). From white-collar crime to red-collar crime. *Journal of financial crime*, 17(3), 351-364.

Castro, P. C. B. M. D. (2000). (A) normatividade familiar na desviância juvenil.

Cid, J. (2009). Is Imprisonment Criminogenic? : A Comparative Study of Recidivism Rates between Prison and Suspended Prison Sanctions. *European Journal of Criminology*, 6(6), 459-480.

Clinard, M. & Quinney, R. (1967). Criminal behavior systems: A typology. New York: Holt, Rinehart & Winston.

Clinard, M. B. & Yeager, P. (1980). Corporate crime. In N. Shover & J. P. Wright (Eds.), Crimes of privilege, readings in white-collar crime (p.392). Oxford: Oxford University Press.

Clinard, M. B. & Yeager, P. (1983). Corporate crime. New York: Free Press .

Cohen, S. (1975). Un escenario para el sistema penitenciario futuro. *Nuevo Pensamiento Penal*.

Cohen, M. A., & Simpson, S. S. (1997). The origins of corporate criminality: rational individual and organizational actors. In W. F. Lofquist, M. A. Cohen, & G. Rabe (Eds.), Debating corporate crime (pp. 35-51). Cincinnati, OH: Anderson.

Coleman, J. W. (1987). Toward an integrated theory of white-collar crime. *American Journal of Sociology*, 93(2), 406-439.

Coleman, J. W. (1994). Toward an integrated theory of white-collar crime. In D. Nelken (Ed.), *White-Collar Crime* (pp. 153-186). Aldershot: Dartmouth.

Coleman, J. W. (2005). The criminal elite: Understanding white-collar crime. New York: Worth Publishers.

Collins, J. M., & Bagozzi, R.P. (1999). Testing the equivalence of the socialization factor structure for criminals and noncriminals. *Journal of Personality Assessment*, 72(1), 68.

Collins, J. & Schmidt, F. (1993). Personality, integrity, and white collar crime: a construct validity study. *Personnel Psychology*, 46(2), 295-311.

Commission, A. (1989). *The Probation Service: Promoting Value for Money*. Londres: HMSO.

Connelly, B. & Ones, D. (2008). Personality of corruption: a national-level analysis. *Cross-Cultural Research*, 42(4), 353-385.

Cooley, C. (2001). The interactionist school. In I. L. Moyer (Ed.), *Criminological theories, traditional and nontraditional voices and themes*, (pp. 159-188). California: Sage Publications.

Correia, E. (1998). Direito penal e direito de mera ordenação social. *Direito Penal Económico Europeu: Textos Doutrinários* (1).

Costa, M. J. D. A. (1992). História do direito português.

Costa, J. F. D. F. (1992). O perigo em direito penal. *Coimbra Editora*.

Costa, J. F. (2003). Direito Económico. Coimbra Quarteto, 1(1).

Costa, A. M. D. A. (1985). O Registo Criminal. História. Direito Comparado. Análise Político-Criminal do Instituto. *Suplemento do Boletim da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra*.

Croall, H. (2001). Understanding White Collar Crime. Buckingham: Open University Press.

Croall, H. (2007). Victims of white collar and corporate crime. In: Davies P., Francis, P. & Greer, C. (Eds.), *Victims, crime and society*. London: SAGE, 78– 108.

Cruz, J. (2012). O crime de colarinho branco: complexidades na definição e delimitação do objeto de estudo. In C. Agra (Ed.), *A Criminologia: um arquipélago interdisciplinar* (pp. 313-357). Porto: U. Porto.

Cruz, J. (2013a). A Criminologia e o Crime de Colarinho Branco. In J. N. Cruz, C. S. Cardoso, A. L. Leite & R. Faria (Eds.), *Infrações económicas e financeiras: estudos de criminologia e de direito* (pp. 53-76). Coimbra: Coimbra Editora.

Cruz, J. (2013b). O ofensor de colarinho branco é um empreendedor? In J. N. Cruz, C. S. Cardoso, A. L. Leite & R. Faria (Eds.), *Infrações económicas e financeiras: estudos de criminologia e de direito* (pp.199-210). Coimbra: Coimbra Editora.

Cruz, J., Faria, R., Leite, A. & Sousa, P. (2015), How does law enforcement respond to entrepreneurial white-collar crime?, In J. van Erp, W. H. Huisman & G. V. Walle (Eds.), *Handbook of White-Collar and Corporate Crime in Europe* (pp. 512-530). New York: Routledge,

Cullen, F. T., Clark, G. A., Mathers, R. A., & Cullen, J. B. (1983). Public support for punishing white-collar crime: blaming the victim revisited?. *Journal of Criminal Justice*. 11, 481-93.

Curran, D. J. & Claire M. R. (1994) *Theories of crime*. Boston, MA: Allyn & Bacon.

Cusson, M., & Boudon, R. (2014). *La criminologie*. Hachette Éducation.

Daboub, A. J., Rasheed, A. M., Priem, R. L. & Gray, D. A. (1995). Top management team characteristics and corporate illegal activity. *The academy of management review*, 20(1), 138-170.

da Silva, M. C. F. (2009). *Classes sociais: condição objectiva, identidade e acção colectiva*. Húmus.

Debuyst, C., Digneffe, F., & Pires, A. P. (2008). *Histoire des savoirs sur le crime et la peine: 3. Expliquer et comprendre la délinquance (1920-1960) (Vol. 3)*. Larcier.

De Almeida, A. Q. (2015). *Direito penal econômico e autoria no crime tributário praticado em nome e no interesse da pessoa jurídica: O sócio ou representante legal da pessoa jurídica como autor do ilícito penal*. Revolução eBook.

de Figueiredo Dias, J. (2001). *Temas básicos da doutrina penal*. Coimbra.

DeLisi, M. (2005). *Career criminals in society*. Thousand Oaks, CA: Sage.

DeLisi, M., & Piquero, A. R. (2011). New frontiers in criminal careers research, 2000–2011: A state-of-the-art review. *Journal of Criminal Justice*, 39(4), 289-301.

Deslauriers, J. & Kérisit, M. (1997). Le devis de recherche qualitative. In J. Poupart, A. Pirès, & J. Deslauriers (Eds.), *La recherche qualitative. Enjeux épistémologiques et méthodologiques* (pp. 85-111). Boucherville, Canada: Gaëtan Morin.

Dias, J. F. & Andrade, M. C. (1997), *Criminologia O Homem Delinquente e a Sociedade Criminógena*. Coimbra: Coimbra Editora.

Dias, J. D. F. (2006). Breves considerações sobre o fundamento, o sentido e a aplicação das penas em Direito Penal Econômico. *Direito Penal Económico Europeu: Textos Doutrinários* (1).

Dias, T., & Cruz, J. (2013). Abordagem do labeling e infrações económicas e financeiras. In J. N. Cruz, C. S. Cardoso, A. L. Leite & R. Faria, *Infrações económicas e financeiras: estudos de criminologia e de direito* (pp. 105-117). Coimbra: Coimbra Editora.

Durkheim, E. (1933). *The division of labor in society*. New York: The Free Press.

Durnescu, I. (2012). What matters most in *probation* supervision: Staff characteristics, staff skills or programme? *Criminology and Criminal Justice*, 12(2), 193-216.

Eaton, T. V., & Korach, S. (2016). A criminological profile of white-collar crime. *The Journal of Applied Business Research*, 32(1), 129-142.

Edelhertz, H. (1970). The nature, impact and prosecution of white collar crime. Washington D.C.: US Department of Justice.

Eggleston, E. P., & Laub, J. H. (2002). The onset of adult offending: a neglected dimension of the criminal career. *Journal of Criminal Justice*, 30(6), 603-622.

Elis, L. & Simpson, S. (1995). Informal sanction threats and corporate crime: additive versus multiplicative models. *Journal of Research in Crime and Delinquency*, 32(4), 399-424.

Faria, R., Leite, A., Sousa, P. & Cruz, J. (2013). Economic and financial crime in Portugal. In S. Wiil, S. Handelman & D. C. Brotherton (Eds.), *How they got away with it: Lessons from the financial meltdown* (pp. 246-277). Columbia: Columbia University Press.

Farrant, F. (2006). Knowledge production and the punishment ethic: The demise of the *probation* service. *Probation Journal*, 317-333.

Farrington, D. P. (2008). Integrated developmental and life-course theories of offending (advances in criminological theory). Transaction Publishers.

Feeley, D. (2006). Personality, environment, and the causes of white-collar crime. *Law and Psychology Review*, 30, 291-213.

Ferreira, J. M. D. S. C. (2013). *Criminalidade económica: entre o crime de colarinho branco e o crime de colarinho azul, existirá o crime de colarinho cinzento?* (Doctoral dissertation).



Ferro, A. L. A. (2008). Sutherland, a teoria da associação diferencial e o crime de colarinho branco. *De jure: revista jurídica do Ministério Público do Estado de Minas Gerais*.

Foucault, M. (1979). Microfísica do poder. *Tr. de Julia Varela y Fernando Álvarez-Uría*. 2a. ed. Madrid, La Piqueta.

Foucault, M. (2012). *Discipline & punish: The birth of the prison*. Vintage.

Foucault, M. (2002). A Arqueologia do Saber, 7ª. Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária.

Foucault, M. (2013). *Politics, philosophy, culture: Interviews and other writings, 1977-1984*. Routledge.

Frana, J. F., & Schroeder, R. D. (2008). Alternatives to Incarceration. *Justice Policy Journal*, 5(2).

Freitas, F. M. D., & Dellagerisi, B. O. (2016). A Criminologia e o Crime de Colarinho Branco: Porquê do (não) enfrentamento?. *Seminário Nacional Demandas Sociais e Políticas Públicas na Sociedade Contemporânea*.

Friedrichs, D. O. (1992). State crime or governmental crime: making sense of the conceptual confusion. In J. Ross (Ed.), *Controlling state crime* (pp. 53-80). New York: Garland.

Friedrichs, D. O. (2002). Occupational crime, occupational deviance, and workplace crime: sorting out the difference. *Criminology and Criminal Justice*.

Friedrichs, D. O. (2010). *Trusted criminals: White collar crime in contemporary society*. Belmont: Wadsworth Cengage Learning.

Geiran, V. (2011). Defining What We Do: The Meaning of ‘Supervision’ in *Probation*. *Irish Probation Journal*, 8, 6-27.

Geis, G. (2010). On the absence of self-control as the basis for a general theory of crime: a critique. *Theoretical Criminology*, 4(1), 35-53.

Gerber, J. (1994). “Club FED” in Japan? Incarceration experiences of Japanese embezzlers. In B. K. Payne (Ed.) (2012). *White-Collar Crime*, (pp. 628-635). Los Angeles: Sage Publications.

Gibbs, J. (1987). The state of criminological theory. *Criminology*, 25(4), 821-840.

Golden, L. S. (2002). Evaluation of the efficacy of a cognitive behavioral program for offenders on *probation*: Thinking for a Change.

Gomes, G., Albuquerque, J., Ferreira, L., & Wulk, N. (2012). Reforma atrás das grades: pressupostos e possibilidades do sistema prisional. *Simulação das Nações Unidas para Secundaristas*, 434-461.

Gottschalk, P. (2010). *White collar crime: Detection, prevention and strategy in business enterprises*. Florida: Universal-Publishers Boca Raton.

Gottschalk, P., & Glaso, L. (2013). Gender in white-collar crime: an empirical study of pink-collar criminals. *International Letters of Social and Humanistic Sciences*, 4, 22-34.

Gottfredson, M. and Hirschi, T. (1990). *A General Theory of Crime*. Stanford, CA: Stanford University Press.

Gouveia, J. B., & de Sousa, M. R. (1995). *Os direitos fundamentais atípicos*.

Gouveia, J. B. (2003). A afirmação dos direitos fundamentais no Estado Constitucional Contemporâneo. AAVV, *Direitos humanos—teorias e práticas*, Coimbra.

Gouveia, J. B. (2007). *Estudos de direito e segurança*. Almedina.

Gouveia, J. B. (2011). Regulação e limites dos direitos fundamentais. AAVV, *Dicionário Jurídico de Administração Pública*, 450-472.

Gouveia, J. B. (2015). *Manual de direito constitucional* (Vol. 1). Leya.

Gouveia, J. B., & Santos, S. (2015). *Enciclopédia de Direito e Segurança*.

Graham, M. (2012). White collar crime and the United States' economy. Honors Theses. Paper 49. University of New Hampshire.

Guedes, I. & Cruz, J. (2011). Existe uma “personalidade” dos criminosos de colarinho branco? *Ousar e Integrar*, 10, 47-60.

Guedes, I., & Cruz, J. (2013). Infrações económicas e financeiras: aplicação da Teoria da Associação Diferencial de Sutherland. In J. N. Cruz, C. S. Cardoso, A. L. Leite & R. Faria (Eds.), *Infrações económicas e financeiras: estudos de criminologia e de direito* (pp. 91-103). Coimbra: Coimbra Editora.

Guedes, I., & Cardoso, C. (2013). Personalidade, adoção de risco e crime de colarinho branco. In J. N. Cruz, C. S. Cardoso, A. L. Leite & R. Faria (Eds.), *Infrações económicas e financeiras: estudos de criminologia e de direito* (pp. 77-90). Coimbra: Coimbra Editora.

Hagan, J. & Parker, P. (1985). White-collar crime and punishment: The class structure and legal sanctioning of securities violations. *American Sociological Review*, 50(3), 302-316.

Helmkamp, J., Ball, J. & Townsed. K. (1996). Defitional dilemma: Can and should there be a universal definition of white collar crime? Morgantown, WV: National White Collar Crime Center.

Henry, P. S. (2003). On the Effectiveness of Prison as Punishment. *Incarceration Nation: The Warehousing of America's Poor*. Indiana.

Hill, C. W. L., Kelley, P. C., Agle, B. R., Hitt, M. A., & Hoskisson, R. E. (1992). An empirical examination of the causes of corporate wrong-doing in the United States. *Human Relations*, 45(10), 1055-1075.

Hirschi, T., & Gottfredson, M. (1993). Commentary: Testing the general theory of crime. *Journal of Research in Crime & Delinquency*, 30(1), 47-54.

Hirschi, T. (1969). *Causes of delinquency*. Berkeley, California: University of California Press.

Holtfreter, K. (2005). Is occupational fraud “typical” white-collar crime? A comparison of individual and organizational characteristics. *Journal of Criminal Justice*, 33(4), 353–365.

Holtfreter, K., VanSlyke, S., Bratton, J., & Gertz, M. (2008). Public perceptions of white-collar crime and punishment. *Journal of Criminal Justice*, 36(1), 5060.

Justice Committee (2013). *Inquiry into white collar vs. blue collar crimes: do current sentences reflect the economic and social impacts of these crimes?*. New Zealand, Justice Committee.

Kevin Marsh, C. F. (2009). Is custody an effective sentencing option for the UK? Evidence from a meta-analysis of existing studies. *Probation Journal*, 129-151.

Kindleberger, C. P. (2009). *Da Euforia ao Pânico*. Editora Gente Liv e Edit Ltd.

Klaus, J. F. (1998). *Handbook on Probation Services: Guidelines for Probation Practitioners and Managers*. Roma/Londres: UNICRI.

Klenowski, P. M., & Dodson, K. D. (2016). Who commits white-collar crime, and what do we know about them?. In S. R. V. Slyke, M. L. Benson, F. T. Cullen (Eds.). *The Oxford Handbook of White-Collar Crime*. USA: Oxford University Press.

Landenberger, N. A., & Lipsey, M. W. (2005). The Positive Effects of Cognitive-Behavioral Programs for Offenders: A Meta-Analysis of Factors Associated with Effective Treatment. *Journal of Experimental Criminology*.

Langton, L. & Piquero, N. L. (2007). Can general theory explain white-collar crime? A preliminary investigation of the relationship between strain and select white-collar offenses. *Journal of Criminal Justice*, 35(1), 1-15.

Lascoumes, P., & Nagels, C. (2014). *Sociologie des élites délinquantes: de la criminalité en col blanc à la corruption politique*. Armand Colin.

Lasley, J. (1988). Toward a control theory of white collar offending. *Journal of Quantitative Criminology*, 4(4), 347-362.

Laub, J. H. & Sampson, R. J. (1991). The Sutherland–Glueck debate: on the sociology of criminological knowledge. *The American Journal of Sociology*, 96(6), 1402-1440.

Laub, J. H., & Sampson, R. J. (2003). *Shared beginnings, divergent lives: delinquent boys to age 70*. Cambridge, MA: Harvard University Press.

Lesha, J. & Lesha, D. (2012). Psychopathy and white collar crime: A review of literature. *SEEU Review*, 8(2), 1-18.

Lipsey, M. W., Chapman, G. L., & Landenberger, N. A. (2001). Cognitive-Behavioral Programs for Offenders. *The ANNALS of the American Academy of Political and Social Science*, 144-157.

Lipsey, M., & Cullen, F. T. (2007). The Effectiveness of Correctional Rehabilitation: A Review of Systematic Reviews. *Annual Review of Law and Social Science*, 3, 297-320.

Listwan, S., Piquero, N. & Voorhis, P. (2010). Recidivism among a white-collar sample: does personality matter? *The Australian and New Zealand Journal of Criminology*, 43(1), 156-174.

Listwan, S. J., Van Voorhis, P. & Ritchey, P. N. (2007). Recidivism among a white-collar sample: Does personality matter?. *Personality, criminal behavior, and risk assessment*. *Criminal Justice and Behavior*, 34, 37–59.

Lopes, J. M. (2003). Das penas e da sua aplicação: velhas questões, novos desafios. *Observatório Permanente da Justiça Portuguesa*. Coimbra.

Lourenço, N., & Lisboa, M. (1996). Violência, criminalidade e sentimento de insegurança.

Lourenço, N. (2013). Globalização, metropolização e insegurança: América Latina e África.

Lourenço, N. (2010). Cidades e sentimento de insegurança: Violência urbana ou insegurança urbana. *E. A. Pereira Júnior, J. Francisco da Silva e Juliana Maron (org.). Um Toque de Qualidade. Eficiência e Qualidade na Gestão da Defesa Social*.

Lugo, M. A. (2013). Self-Control, attitudinal beliefs, and white-Collar crime intentions. (Dissertação de Mestrado). University of South Florida.

MacKenzie, D. L. (2009). What Works in Correctional Education? *Reintegration Puzzle Conference*. Perth, Australia: Australasian Corrections Education Association.

Makkai, T., Braithwaite, J. (1994). The dialectics of corporate deterrence. *Journal of research in crime and delinquency*, 31(4), 347-373.

Mannheim, H. (1986). *Criminologia comparada*. Edições Fundação Calouste Gulbenkian.

Manouk, V. (2011). *Vers un retour aux fondements théoriques de la criminalité en col blanc*, *Revue Internationale de Criminologie et de Police Technique et Scientifique*. Genève, 64 (1), 3-22.

Marion, N. (2002). Effectiveness of Community based Correctional Programs: A Case Study. *The Prison Journal*, 478-497.

Matthews, R. (2003). *Pagando tiempo: una introducción a la sociología del encarcelamiento*.

McKendall, M. & Wager, J. (1997). Motive, opportunity, choice, and corporate illegality. *Organization Science*, 8(6), 624-647.

McKenzie, D. L., Browning, K., Skroban, S. B., & Smith, D. A. (1999). The Impact of *Probation* on the Criminal Activities of Offenders. *Journal of Research in Crime and Delinquency*, 36(4), 423-453.



McNeill, F. (2009). *Probation, rehabilitation and reparation. 2nd Annual Martin Tansey Memorial Lecture*. Dublin: Association for Crime and Justice Research.

McNeill, F. (2011). *Probation, Credibility and Justice. Probation Journal*, 58(1), 9-22.

McWhinnie, A. (2006). *The principles and practices related to the “What Works” in correctional programming*. British Columbia: International Centre for Criminal Law Reform.

Meier, R. F. (1996). Understanding the context of white-collar crime: a Sutherland approbation. In J. Helmmkamp (Ed.). *Definitional Dilema: can and should there be a universal definition of white-collar crime*. Morgantown WV: National White-Collar Crime Research and Training Institute.

Merrington, S. (2006). Is more better? The value and potential of intensive community supervision. *Probation Journal*, 53(4), 347-360.

Merton, R. K. (1938). Social structure and anomie. *American Sociological Review*, 3(5), 672-682.

Merton, R. K. (1968). *Social Theory and social structure* (enlarged edition). New York: The Free Press.

Messner, S. F. & Rosenfeld, R. (1994). *Crime and the american dream*. Belmont: Wadsworth.

Milkman, H., & Wanberg, K. (2007). *Cognitive-Behavioral Treatment: A review and discussion for corrections professionals*. Washington DC: National Institute of Corrections.

Mon, Wei-The (2002). Causal factors of corporate crime in Taiwan: qualitative and quantitative findings. *International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology*, 46(2), 183-205.

Morgado, M. J. & Vegar, J. (2007). *O inimigo sem rosto. Fraude e corrupção em Portugal*. Lisboa: D. Quixote.

Moore, E. & Mills, M. (1990). The neglected victims and unexamined costs of white-collar crime. *Crime & Delinquency*, 36(3), 408-418.

O'Brien, C. (2015). Behavioral characteristics of white-Collar crime and the preemployment hiring process. (Tese de Doutoramento). Georgia State University, Atlanta.

Onna, J. H. R., Geest, V. R., Huisman, W., & Denkers, A.J. M. (2014). Divergent trajectories: Criminal careers of white collar crime offenders in the Netherlands, *Journal of Research in Crime and Delinquency*, 51(6), 759-784.

ONU (2003). *Direito Humanos na Administração da Justiça: Manual de Direitos Humanos Para Juízes, Magistrados do Ministério Público e Advogados* (Vol. I). Lisboa: Gabinete de Documentação e Direito Comparado da Procuradoria-Geral da República.

Ore, T., & Birgden, A. (2003). Does Prison Work? A view from criminology. *Policy*, 19(2), 62-63.

Ouimet, M., & Le Blanc, M. (1996). Life events in the continuation of the adult criminal career. *Criminal Behavior and Mental Health*, 6(1), 75-97

Pacheco, F. B., & Pacheco, M. B. (2002). As reacções criminais do Direito Penal Português na perspectiva de reintegração social. *Análise Psicológica*, 3(20), 331-335.

Paternoster, R. & Simpson, S. (1996). Sanction threats and appeals to morality: testing a rational choice model of corporate crime. *Law and Society Review*, 30(3), 549-584.

Payne, B. (2012). *White Collar Crime. A text/reader*. Los Angeles: Sage Publications.

Payne, B. K. (2016). *White-collar crime: The essentials*. SAGE Publications.

Pedroso, J., Trincão, C., & Dias, J. P. (2001). *Percursos da informação e da desjudicialização - por caminhos da reforma da administração da justiça (análise comparada)*. Coimbra: Observatório Permanente da Justiça Portuguesa/Centro de Estudos Sociais.

Perri, F. S. (2011). White-collar criminals: The 'kinder, gentler' offender? *Journal of Investigative Psychology & Offender Profiling*, 8(3), 217-241.

Perri, F. S. (2013). Visionaries or false prophets. *Journal of Contemporary Criminal Justice*, 29(3), 331-350.

Pestana, M. H. & Gageiro, J. N. (2008). *Análise de dados para ciências sociais. A complementaridade do SPSS (5ª ed.)*. Lisboa: Edições Sílabo.

Piquero, N. L., & Benson, M. L. (2004). White-collar crime and criminal careers. *Journal of Contemporary Criminal Justice*, 20(2), 148- 165.

Piquero, N. L., & Piquero, A. R. (2006), Control balance and exploitative corporate crime. *Criminology*, 44(2), 397–430.

Piquero, N. L., Tibbets, S. G., & Blankenship, M. (2005). Examining the role of differential association and techniques of neutralization in explaining corporate crime. *Deviant Behavior*, 26(2), 159-189.

Piquero, N. L., Schoepfer, A., & Langton, L. (2010). Completely out of control or the desire to be in complete control? How low self-control and the desire for control relate to corporate offending. *Crime & Delinquency*, 56(4), 627-647.

Piquero, N. L., & Weisburd, D. (2009). Developmental trajectories of white-collar crime. In: Simpson, S. S., & Weisburd, D. (Eds.), *The Criminology of White Collar Crime* (pp. 153-171). Springer New York.

Pogarsky, G. (2007). Deterrence and Individual Differences Among Convicted Offenders. *Journal of Quantitative Criminology*, 23(1), 59-74.

Poortinga, E., Lemmen, C., & Jibson, M. D. (2006). A case control study: white collar defendants compared with other defendants charged with nonviolent theft. *Journal of the American Academy of Psychiatry and the Law*, 34(1), 82–89.

Price, M. & Norris, D. M. (2009). White collar crime: corporate and securities and commodities fraud. *The Journal of the American Academy of Psychiatry and the Law*, 37(4), 538-544.

Priestley, P., & Vanstone, M. (2006). Abolishing *probation*-a political crime? *Probation Journal*, 53(4), 408-416.

Queloz, N. (1999). Recherche sur les processus de corruption en Suisse: Une première In J. M. Bessette (Ed.), *Crimes et Cultures* (pp. 189-204). Paris: L'Harmattan.

Quivy, R. & Campenhoudt, L. (2008). *Manual de investigação em ciências sociais*. Lisboa: Gradiva.

Ragatz, L. & Fremow, W. (2010). A critical examination of research on the psychological profiles of white-collar criminals. *Journal of Forensic Psychology Practice*, 10(5), 373-402.

Rains, P. M., Kitsuse, J. L., Duster, T., & Freidson, E. (2003). The labelling approach to deviance. *Journal of Research in Special Educational Needs*, 3(2), 109-114.

Ray, J. V. (2007). *Psychopathy, attitudinal beliefs and white collar crime*. (Dissertação de Mestrado). University of South Florida.

Raynor, P., & Robinson, G. (2009). Why help offenders? Arguments for rehabilitation as a penal strategy. *European Journal of Probation*, 1(1), 3-20.

Ribeiro, A. R. A. (2016). A personalidade e o autocontrolo dos ofensores de colarinho branco e dos ofensores comuns: um estudo comparativo.

Remington, B., & Remington, M. (1987). Behavior Modification in *Probation Work* : A Review and Evaluation. *Criminal Justice and Behavior*, 156-174.

Roberts, J. V., & Hough, M. (2011). Custody or community? Exploring the boundaries of public punitiveness in England and Wales. *Criminology and Criminal Justice*, 11(2), 181-197.

Robinson, G., & Raynor, P. (2006). The future of rehabilitation: What role for the probation service? *Probation Journal*, 53(4), 334-346.

Rouland, N. (1998). *Introduction historique au droit*. Presses universitaires de France.

Rovira, J. O. (1945). Sobre el concepto del delito en el Derecho de la Alta Edad Media. *Anuario de Historia del Derecho español*, (16), 112-192.

Santos, C. (2001). O crime de colarinho branco: Da origem do conceito e sua relevância criminológica à questão da desigualdade na administração da justiça penal. Coimbra: Coimbra Editora.

Sarre, R. (1999). *Beyond "what works?": a 25 year jubilee retrospective of Robert Martinson*. Canberra: Australian Institute of Criminology.

Saunders, P., & Billante, N. (2002-03). Does Prison Work? *Policy*, 8(4), 3-8.

Schoepfer, A. & Piquero, N. (2006). Exploring white-collar crime and the American dream: a partial test of institutional anomie theory. *Journal of Criminal Justice*, 34(3), 227-235.

Schwalbe, C. S. (2012). Toward an Integrated Theory of *Probation*. *Criminal Justice and Behavior*, 39(2), 185-201.

Shapiro, S. (1980). Thinking about white-collar crime: Matters of conceptualization and research. Washington, D.C.: Department of Justice, National Institute of Justice.

Shapiro, S. (1985). The road not taken: the elusive path to criminal prosecution for white-collar offenders. *Law and Society Review*, 19(2), 179-217.

Shapiro, S. (1990). Collaring the crime, not the criminal: reconsidering the concept of white-collar crime. *American Sociological Review*, 55(3), 346-365.

Silva, G. M. D. (1998). *Direito penal português - Parte geral II (Teoria do crime)*.

Simpson, S. & Koper, C. (1997). The changing of the guard: Top management team characteristics, organizational strain, and antitrust offending. *Journal of Quantitative Criminology*, 13, 373-404.

Simpson, S., & Piquero, N. (2002). Low self-control, organizational theory, and corporate crime. *Law & Society Review*, 36(3), 509-548.

Skeem, J., Louden, J. E., Manchak, S., Vidal, S., & Haddad, E. (2009). Social Networks and Social Control of *Probationers* with Co-Occurring Mental and Substance Abuse Problems. *Law and Human Behavior*, 33, 122-135.

Sousa, T. & Cruz, J. (2013). O autocontrolo e o crime de colarinho branco. In J. N. Cruz, C. S. Cardoso, A. L. Leite & R. Faria (Eds.), *Infrações económicas e financeiras: estudos de criminologia e de direito* (pp. 137-151). Coimbra: Coimbra Editora.

Stanley, S. (2009). What Works in 2009: Progress or stagnation? *Probation Journal*, 56(2), 153-174.

Sutherland, E. H. (1940). White-collar criminality. *American Sociological Review*, 5(1), 1-12.

Sutherland, Ed. H. (1949) *White collar crime*. New York: Holt, Rinehart & Winston.

Sutherland, E. H. (1983). *White collar crime: The uncut version*. New York: Yale University Press.

Sutherland, E. H., Cressey, D. R., & Luckenbill, D. F. (1992). *Principles of criminology*. Rowman & Littlefield.

Sykes, G. M., & Matza, D. (1957). Techniques of neutralization: a theory of delinquency. In J. Jacoby (Ed.) (2004), *Classics of Criminology* (pp. 268-271). Long Grove: Waveland Press.



Szockyj., E. (1999). Imprisoning white-collar criminals? Southern Illinois University Law Journal, 23, 485-504.

Szockyj, E., & Geis, G. (2002). Insider trading patterns and analysis. Journal of Criminal Justice, 30(4), 273-286.

Tarbell, I. M. (2009). *The history of the Standard Oil company*. Cosimo, Inc.

Taylor, I., Bonger, W., & Turk, A. T. (1971). Criminality and Economic Conditions.

Teague, M. (2011). *Probation* in America: Armed, private and unaffordable? *Probation Journal*, 58(4), 317-332.

U.S. Department of Justice, Federal Bureau of Investigation (1989). White collar crime: A Report to the public. Washington, D.C.: Government Printing Office.

Van Wyk, J. A., Benson, M. L., & Harris, D. K. (2000). Test of strain and self-control theories: Occupational crime in nursing homes. Journal of Crime & Justice, 23(2), 27-44.

Vaughn, D. (1998). Rational choice, situated action, and the social control of organizations. Law & Society Review, 32(1), 23-61

Velloso, R. (2006). O crime de colarinho branco. Visão geral. Revista Millenium.

Ventura, A. (2014). Lições de Direito Penal. Chiado Editora.

Ventura, A. (2014). Lições de Direito Fiscal. Chiado Editora.

Ventura, A. (2014). A Nova Administração Pública. Quid Juris.

Ventura, A. & Fernandes, M. (2015). Justiça, Corrupção e Jornalismo. Vida Económica.

Ventura, A. (2016). Introdução ao Direito. Almedina.

Walters, G., & Geyer, M. D. (2004). Criminal thinking and identity in male whitecollar offenders. *American Association for Correctional Psychology*, 31(3), 263-281.

Waring, E., Weisburd, D., & Chayet, E. (1995). White-collar crime and anomie. In Adler, F. & Laufer, W. S. (Eds.), *The legacy of anomie theory* (pp. 207-225). New Brunswick, NJ: Transaction Publishers.

Weisburd, D. (1991). *Crimes of the middle classes: White-collar offenders in the federal courts*. Yale University Press.

Weisburd, D., Chayet, E. F., & Waring, E. (1990). White-collar crime and criminal careers: Some preliminary findings. *Crime & Delinquency*, 36(3), 342-355.

Weisburd, D., Wheeler, S., Waring, E. & Bode, N. (1991). *Crimes of the Middle Classes: White-Collar Offenders in the Federal Courts*. New Haven: Yale University Press.

Weisburd, D., Waring, E. & Chayet, E. F. (2001). *White-Collar Crime and Criminal Careers*. Cambridge: Cambridge University Press.

Wellford, C. (1975). Labelling Theory and Criminology: An Assessment. *Social Problems*, 22(3), 332-345.

Wheeler, S. (1988). *White Collar Crimes and Criminals*. Faculty Scholarship Series. Paper 4127.

Wheeler, S. (1992). The problem of white-collar crime motivation. In P. A. Bamberger & W. J. Sonnenstuhl (eds.), *Research in the Sociology of Organizations: Deviance On and Of Organizations*, Vol. 15 (pp.108-123). Stamford: JAI Press.

Wheeler, S., Weisburd, D. & Bode, N. (1982). Sentencing white-collar offender: rhetoric and reality. In D. Nelken (Ed.) (1994). *White-collar crime* (pp. 489-507). Aldershot: Dartmouth Publishing Company Limited.

Wheeler, S., Weisburd, D., Waring, E. & Bode, N. (1988). White collar crimes and criminals. *American Criminal Law Review*, 25(3), 331-357.

Wodahl, E. J., & Garland, B. (2009). The Evolution of Community Corrections. *The Prison Journal*, 89(1\_suppl), 81S-104S.

Worrall, J., Schram, P., Hays, E., & Newman, M. (2001). *Does Probation Work? An analysis of the relationship between caseloads and crime rates in California Counties*. California Institute for County Government.

Código Penal Português (2016). Almedina.

Decreto-Lei n.º 486/99, de 13 de novembro

Lei n.º 15/2001, de 5 de junho

Lei n.º 25/2008, de 5 de junho

(21 de Maio de 2017). Obtido de Direção Geral de Reinserção Social:  
<http://www.dgrs.mj.pt>

**Anexo 1** - Elevado risco e/ou fatores de necessidade, risco associado e necessidade de intervenção para reduzir a reincidência

<i>Fatores</i>	<i>Risco</i>	<i>Necessidade dinâmica</i>
<i>Pensamento/cognição antissocial</i>	Atitudes, valores, crenças, e racionalizações que suportam o crime; estado emocional cognitivo de raiva, ressentimento e provocação; identidade criminal <i>versus</i> identidade anti criminal	Reduzir as cognições antissociais; reconhecer os pensamentos e sentimentos de risco; construir alternativas com menos sentimentos e pensamentos de risco; adotar e / ou reformar uma identidade anti criminal
<i>Associação a pares antissociais</i>	Associação com outros delinquentes e relativo isolamento face aos indivíduos normativos. Suporte social imediato	Reduzir a associação criminal com os outros; aumentar a associação com pares não criminais
<i>Padrão de personalidade antissocial</i>	Aventureiros que procuram o prazer; baixo autocontrole; incansavelmente agressivos	Construir um plano de competências; autogestão de competências
<i>História do comportamento antissocial</i>	Envolvimento precoce e continuado em vários atos antissociais	Construir uma alternativa de comportamento não criminal (normativo) em situações de risco
<i>Tempos livres</i>	Baixos níveis de envolvimento e satisfação nas atividades de lazer normativas	Aumentar o envolvimento, recompensas e satisfações
<i>Família e/ou conjugue</i>	Dois elementos são: acompanhamento e/ou cuidado; monitorização e/ou supervisão	Reduzir o conflito; construir relações positivas; aumentar a monitorização e supervisão
<i>Abuso de substâncias</i>	Abuso do álcool e/ou drogas	Reduzir o abuso de substâncias; reduzir os suportes pessoais e interpessoais do comportamento orientado de consumo de substâncias, aumentando alternativas ao abuso de drogas

Tabela 1: Adapada de Andrews, D., Bonta, J. & Wormith, J. (2006). The recent past and near future of risk and/or need assessment. *Crime & Delinquency*, 52 (11), 7-27<sup>31</sup>.

<sup>31</sup> A tradução é responsabilidade da autora da presente investigação.

## Anexo 2

### O Modelo RNR: avaliação e reabilitação do delinquente

#### *Princípios Gerais*

<b><i>Princípios</i></b>	<b><i>Afirmação</i></b>
<i>Respeito pela pessoa</i>	Serviços são prestados de forma ética, legal, justo, moral, humana e digna.
<i>Teoria</i>	Uso da teoria geral da personalidade e da teoria cognitivo-social.
<i>Serviço Humano</i>	Apresentar a prestação de serviços humanos em vez de depender da gravidade da pena.
<i>Prevenção do crime</i>	A base teórica e empírica do modelo RNR assenta no serviço de humanos e por isso, deve ser amplamente divulgado para fins de prevenção do crime, reforçando esta ideia em todo o sistema de justiça e não só (por exemplo, serviços gerais de saúde mental).

#### *RNR*

<b><i>Princípios</i></b>	<b><i>Afirmação</i></b>
<i>Risco</i>	Comportamento criminal pode ser predito a intensidade da intervenção para reduzir esse risco deve ser coincidente com o nível de risco do agressor.
<i>Necessidade</i>	Aceder às necessidades criminógenas e intervir sobre elas no tratamento.
<i>Responsividade</i>	Aumentar a capacidade do delinquente para aprender/interiorizar a intervenção reabilitadora, fornecendo tratamento cognitivo-comportamental e adaptar a intervenção ao seu estilo de aprendizagem, motivação, capacidades e pontos fortes.
<i>Geral</i>	Uso de métodos de aprendizagem cognitivo-sociais para influenciar o comportamento.
<i>Específico</i>	Intervenções ao nível do cognitivo-comportamental que levam em conta os pontos fortes do sujeito, estilo de aprendizagem, personalidade, motivação e biossocial (por exemplo, sexo, raça), isto é, as características do indivíduo.

*Avaliações estruturadas*

<b>Princípios</b>	<b>Afirmação</b>
<i>Avaliar RNR</i>	Uso de instrumentos estruturados e validados de avaliação de risco, necessidade e responsividade.
<i>Pontos fortes</i>	Avalia os pontos fortes pessoais e integros na intervenção.
<i>Alcance/distância</i>	Avalia os fatores específicos - risco / necessidade / responsividade, bem como fatores não criminais e necessidades que podem ser obstáculos à mudança pró-social, mas mantendo sempre maior atenção nos fatores principais do RNR.
<i>Discrecionalidade Profissional</i>	Desvio/contorno dos princípios do modelo RNR por razões específicas.

*Execução do Programa*

<b>Princípios</b>	<b>Afirmação</b>
<i>Dosagem</i>	Envolver casos de maior risco e minimizar o abandono de programas que aderem ao RNR.
<i>Práticas do Staff:</i> - <i>Capacidade de relacionamento</i> - <i>Capacidade de estruturação</i>	O <i>staff</i> deve ser respeitador, colaborador e cuidadoso, utilizando estes princípios na entrevista motivacional. Uso do modelo pró-social e utilização adequado do reforço e reprovação, da reestruturação cognitiva e da entrevista motivacional.

<i>Organização</i>	
<b><i>Princípios</i></b>	<b>Afirmação</b>
<i>Comunidade – base</i>	Serviços que aderem ao RNR são mais eficazes quando realizados na comunidade, embora os serviços domiciliários ou institucionais que aderem ao RNR também podem reduzir a reincidência.
<i>Continuidade do serviço</i>	Prestação de serviços e acompanhamento contínuo do progresso.
<i>Agência de gestão</i>	Seleção e treino do Staff de acordo com as suas capacidades de relacionamento e estruturação, fornecendo supervisão clínica de acordo com o modelo RNR, certificando também que existem mecanismos organizacionais para manter o acompanhamento, apreciação e integridade das avaliações e dos programas.
<i>Ligações na comunidade</i>	O organismo em que o programa está inserido manterá relações positivas com outras agências e organizações.

**Tabela 2:** Adaptado de Bonta, J. & Andrews, D. A. (2007). Risk-Need-Responsivity Model for Offender Assessment and Rehabilitation. Ottawa: Public Safety Canada.



### Anexo 3

<i>MÓDULO</i>	<i>COMPONENTES E CAPACIDADES COGNITIVAS DESENVOLVIDAS</i>
<i>RESOLUÇÃO DE PROBLEMAS</i>	Os ofensores são ensinados a reconhecer e compreender problemas, bem como a identificar os sentimentos que lhes estão associados de forma a reunir a informação necessária para considerar as opções existentes e selecionar a melhor solução a adotar.
<i>COMPETÊNCIAS SOCIAIS</i>	São desenvolvidas no indivíduo, capacidades que lhe permitam agir de forma pró-social, pretendendo-se que este seja capaz de expressar empatia e corresponder aos sentimentos dos que o rodeiam, bem como a possíveis reações que os incomodem. Neste módulo utilizam-se cinco técnicas: pré-treino, <i>modeling</i> , <i>role-playing</i> , <i>feedback</i> e aplicação das capacidades em situações da vida real.
<i>COMPETÊNCIAS DE NEGOCIAÇÃO</i>	Pede-se aos indivíduos que identifiquem e desenvolvam a sua própria forma de lidar com os conflitos interpessoais. Isto para serem capazes de encontrar a solução a tomar perante situações de conflito, considerando as possíveis consequências.
<i>GESTÃO DE EMOÇÕES</i>	Instrui-se os participantes a gerir as próprias emoções quando confrontados com um problema interpessoal, evitando respostas violentas. Recorre-se a técnicas como a respiração controlada e autorreflexão.
<i>PENSAMENTO CRIATIVO</i>	O objetivo é responder aos défices cognitivos que os ofensores apresentam ao desenvolver visões alternativas, ajudando-os a criar soluções inovadoras.
<i>ASSIMILAÇÃO DE VALORES</i>	Os ofensores são levados a examinar os próprios valores e pontos de vista, comparando-os com a visão dos que os rodeiam. Não se pretende, no entanto, promover certas referências como as mais corretas ou erradas. Usa-se como técnica central a apresentação de <i>dilemas morais</i> .
<i>RACIOCÍNIO CRÍTICO</i>	Os ofensores são ensinados a pensar de forma lógica, cuidadosa e concertada. Deseja-se aumentar a curiosidade mental dos ofensores, bem como a sua objetividade e capacidade de decisão.

**Tabela 3:** Adaptado de Marmelo *et al.*, 2012.